

Edneila Rodrigues Chaves  
Marcos Vinícius Pacheco Pereira  
(Orgs.)

# O espaço social rural em diálogos interdisciplinares

UFVJM  
2019

**Edneila Rodrigues Chaves**  
**Marcos Vinícius Pacheco Pereira**  
**(Organizadores)**

---

**O espaço social rural**  
**em diálogos interdisciplinares**

1ª Edição

UFVJM  
Diamantina/MG  
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS RURAIS**

**Reitor:**

Prof. Dr. Gilciano Saraiva Nogueira

**Vice Reitor:**

Prof. Dr. Claudio Eduardo Rodrigues

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:**

Prof. Dr. Murilo Xavier Oliveira

**Diretora de Pós-Graduação:**

Teresa Cristina Vale

**Diretor da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades:**

Prof. Dr. Heron Bonadiman

**Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais**

**Coordenação**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Edneila Rodrigues Chaves

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Aline Weber Sulzbacher

**Conselho Editorial**

Adriano Toledo Paiva (UFMG)

Ariane Fernandes da Conceição (UFTM)

Marileide Lázara Cassoli (UFJF)

1<sup>a</sup> Edição

ISBN: 978-65-990231-3-2

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

E77

O espaço social rural em diálogos interdisciplinares /  
Organizado por Edneila Rodrigues Chaves e Marcos  
Vinicius Pacheco Pereira. – Diamantina: UFVJM, 2019. 174  
p.

ISBN: 978-65-990231-3-2.

1. Ciências Humanas. 2. Ciências Sociais. 3. Estudos rurais. 4.  
Interdisciplinaridade. I. Chaves, Edneila Rodrigues. II. Pereira,  
Marcos Vinicius Pacheco. III. Título. IV. Universidade Federal  
dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD300**

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária: Jullyele Hubner Costa – CRB6/2972

## Sumário

<b>O espaço social rural em diálogos interdisciplinares</b> .....	4
Edneila Rodrigues Chaves Marcos Vinícius Pacheco Pereira	
<b><i>Os espaços em perspectiva histórica</i></b> .....	7
<b>Agricultura, pecuária e regime de trabalho escravo: a configuração econômica de Rio Pardo - região Norte de Minas Gerais (século XIX)</b> .....	8
Edneila Rodrigues Chaves	
<b>“Plantemos em alta escala” – a educação rural entre Dom Joaquim Silvério de Souza e Dom José Newton de Almeida Batista – histórias sobre Diamantina e região na primeira metade do século XX</b> .....	36
Helder de Moraes Pinto Claudiene dos Santos Oliveira Pereira	
<b>Entre representações sociais e trocas: a feira livre municipal de Capelinha/MG</b> .....	57
Keyla Karla Fernandes Ferreira Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani Josélia Barroso Queiroz Lima	
<b><i>Políticas públicas</i></b> .....	86
<b>Feiras livres: os espaços de reprodução da agricultura familiar em Almenara/MG</b> .....	87
Marcos Vinícius Pacheco Pereira Edneila Rodrigues Chaves	
<b>A compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar através do Pnae no município de Ladainha/MG</b> .....	112
Mariane Rodrigues Silva Nadja Maria Gomes Murta	
<b>O Programa Nacional de Alimentação escolar e a promoção da segurança alimentar</b> ..	123
Mariane Rodrigues Silva Nadja Maria Gomes Murta	
<b><i>Identidades de gênero e cidadania</i></b> .....	132
<b>(Des)diagnosticando a identidade trans: reflexões acerca da Cid-11 e seus desdobramentos nas multivisões de sociedade</b> .....	133
Gabriel Lohan de Paula e Silva	
<b>Mulheres rurais: a busca por direitos sociais e de igualdade</b> .....	149
Geraldo Lucas Lopes Ferreira	
<b>Bibliografia</b> .....	162
<b>Sobre os autores</b> .....	173

## O espaço social rural em diálogos interdisciplinares

Edneila Rodrigues Chaves

Marcos Vinícius Pacheco Pereira

### Introdução à obra

Estelivro aborda o espaço social rural, em interface com espaços sociais urbanos e em diálogos interdisciplinares, nos seguintes temas, teorias e metodologias. Constituído de três sessões temáticas e oito capítulos, a obra oferece resultados de pesquisas do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM), incluindo pesquisas que foram apresentadas no I Encontro de Estudos Rurais – 2018 (evento de caráter científico e acadêmico do Programa). Tratam-se também de resultados de pesquisas externas ao Programa, de pesquisadores que participaram desse evento - I Encontro de Estudos Rurais. Tanto as pesquisas internas ao Programa como as externas podem ser identificadas pelas autorias e vínculo dos autores.

O enfoque da obra é para espaços sociais rurais e em interação com espaços sociais urbanos, com referências para sociedades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Os assuntos abordados estão articulados em temáticas. Quais sejam: processos históricos de constituição destes espaços, políticas públicas, identidades de gênero e cidadania. Desse modo, os capítulos foram agrupados em três sessões temáticas: Os espaços em perspectiva histórica, Políticas Públicas, Identidades de gênero e cidadania.

Na primeira sessão sobre a constituição de espaços, inclui o texto de autoria de Edneila Rodrigues Chaves, intitulado *Agricultura, pecuária e regime de trabalho escravo: a configuração socioeconômica de Rio Pardo - região Norte de Minas Gerais (século XIX)*. A autora analisa a configuração socioeconômica da sociedade de Rio Pardo, região Norte de da província de Minas Gerais. Identifica-se uma sociedade de caráter agrário e de sistema escravista, com a verificação dos setores econômicos e do regime de trabalho escravo. Aspectos da dinâmica dessa sociedade agrária e escravista permaneceram no tempo, como traços característicos de sociedades contemporâneas, seja regional, seja nacional. O texto de Helder de Moraes Pinto e de Claudiene dos Santos Oliveira Pereira, intitulado *“Plantemos em alta escala” – a educação rural entre Dom Joaquim Silvério de Souza e Dom José Newton de Almeida Batista – histórias sobre Diamantina e região na primeira metade do século XX*, compõe essa temática. Demonstra-se a relação entre a Igreja Católica e educação rural em

meados do século XX em Diamantina-MG, por meio de ações educativas de bispos. Observa-se que as ações episcopais pretenderam conter o êxodo rural por meio da educação dos camponeses, com a doutrinação desse segmento contra ideologias rivais da Igreja. Essa sessão finaliza-se com o texto de Keyla Karla Fernandes Ferreira, Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani e Josélia Barroso Queiroz Lima - *Entre representações sociais e trocas: a feira livre municipal de Capelinha/MG*. As autoras analisam o significado que a feira livre de Capelinha-MG tem para os seus respectivos sujeitos, com base em premissas de estudos antropológicos, históricos e psicossociais. Analisam-se também processos sociais de trocas, sociabilidades e resistências práticas comerciais desses sujeitos.

A segunda sessão é referente a políticas públicas. Inicia-se com o texto *Feiras livres: os espaços de reprodução da agricultura familiar em Almenara-MG*, de autoria de Marcos Vinícius Pacheco Pereira e de Edneila Rodrigues Chaves. Buscou-se identificar as feiras livres fixas e eventos relacionados às feiras livres, com atuação de agricultores feirantes. Verifica-se que o Programa Feira Livre da Agricultura Familiar tem abrangência em Almenara e ele é observado na sua proposição de política pública de apoio a agricultores feirantes. O segundo texto é de autoria de Mariane Rodrigues Silva e Nadja Maria Gomes Murta - *A compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar através do PNAE no município de Ladainha-MG*. Analisa-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ladainha-MG no aspecto da compra de alimentos, em seu marco legal, o qual incorpora para a alimentação escolar os gêneros alimentícios produzidos pelo setor da agricultura familiar local. São verificados os impactos do Programa em relação ao incentivo à produção da agricultura familiar, com o fomento à comercialização destes produtos. Na sequência, no texto *O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a promoção da segurança alimentar*, também de autoria de Mariane Rodrigues Silva e Nadja Maria Gomes Murta, aborda-se sobre esse mesmo Programa (PNAE), com enfoque para a promoção da segurança alimentar e do direito humano à alimentação, por meio de políticas públicas no Brasil. Em análise sobre a produção científica para as primeiras iniciativas relativas à alimentação escolar, dos anos de 1950 até a contemporaneidade, constata-se que ocorre um processo de consolidação dessa política pública de acesso à alimentação para os grupos vulneráveis.

Por fim, a sessão sobre identidades de gênero e cidadania, com dois textos. Em *(Des)diagnosticando a identidade trans: reflexões acerca da Cid-11*, Gabriel Lohan de Paula e Silva abordam o conceito de transexualidade, tendo sido considerada como uma patologia por algumas ciências e pela OMS. Verificam-se debates e de desafios, em âmbito social e jurídico

para o segmento de transexuais. Com abordagem para a *Instituição Casa Nem*, na cidade do Rio de Janeiro e para aspectos do campo de pesquisa em âmbito do espaço social rural, a análise é instrumentalizada pela perspectiva analítica da diversidade sexual e da construção móvel e fluídas das identidades. No texto *Mulheres rurais: a busca por direitos sociais e de igualdade*, Geraldo Lucas Lopes Ferreira aborda sobre mulheres de espaços sociais rurais, com discussão para direitos sociais e igualdade de gênero. Analisam-se de forma comparativa trajetórias de mulheres de áreas rurais e de áreas urbanas, com fins de problematizar os papéis de gênero e verificar as lutas desses segmentos por igualdade, oportunidade, reconhecimento e equidade.

Com essa publicação, oferece-se ao público interessado pela temática aqui tratada, divulgação de resultados de pesquisas internas ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como resultados de pesquisas externas e em diálogo com o Programa. Logo, pretende-se contribuir com a divulgação científica de estudos e com a promoção de debates sobre o campo de Estudos Rurais, em caráter interdisciplinar. Visa-se também contribuir com o fomento de proposições para as sociedades rurais, tanto em nível de sociedade civil, com em nível de sociedade política e em perspectiva de transformação social crítica. Considera-se que os seus segmentos sociais são os sujeitos protagonistas das transformações a serem promovidas.

*Profª Drª Edneila Rodrigues Chaves*

*Coordenadora -PPGER*

*Prof. Mestre Marcos Vinícius Pacheco Pereira*

*Mestre em Estudos Rurais - PPGER*

*Organizadores da obra*

Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER)  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)  
*Campus JK*

Diamantina, dezembro de 2019

## **Os espaços em perspectiva histórica**



**Agricultura, pecuária e regime de trabalho escravo:  
a configuração econômica de Rio Pardo - região Norte de Minas Gerais (século XIX)**

**Edneila Rodrigues Chaves**

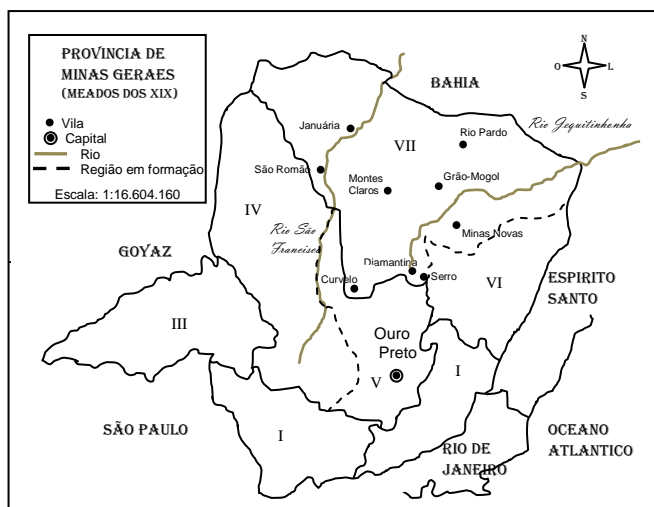
**Resumo:** Neste texto, objetiva-se abordar sobre a sociedade de Rio Pardo, com enfoque para os elementos constituintes da sua configuração econômica. Trata-se de sociedade situada da região Norte de Minas Gerais, cujo período se refere ao século XIX. Foi utilizado um conjunto documental cartorial, uma série de 401 processos de inventário *post mortem*. Buscou-se identificar nesses materiais, no quesito bens patrimoniais, dados da composição da riqueza local e dos bens principais. Isso para verificação de traços constituintes da configuração econômica da sociedade. A análise se ancora em uma periodização de 1833-1852 e de 1853-1872, tendo em vista a diferenciação de acesso à propriedade escrava por parte de proprietários em Rio Pardo, que foi marcada pela elevação de preços de escravos em nível nacional. A observação da conjuntura local e em interação com conjunturas regional, provincial e nacional também instrumentalizam a análise. Em termos de resultados, constata-se uma sociedade de base agrária e de sistema escravista, com verificação de que escravos, terras e produção pecuária constituíam-se as principais riquezas. A base agrária funda-se na presença predominante dos setores econômicos da agricultura, direcionada para o autoconsumo, e da pecuária, com produção comercial. Já o sistema escravista, ele é evidenciado no recurso à mão de obra adicionais escrava. O nível de recurso a essa modalidade de trabalho, em termos de números de escravos, demarcou níveis diferenciados de produção e de diversificação de atividades, bem como dos níveis de riqueza, na esfera das unidades domésticas produtivas. Observa-se que essa diversificação de atividades é caracterizada pela associação entre as atividades predominantes, as agropecuárias, e as atividades complementares, dos setores de produção artesanal de bens de consumo e do setor mercantil.

**Palavras-chave:** sistema agrário – sistema escravista - Rio Pardo - Minas Gerais

## **Introdução**

O termo da vila de Rio Pardo se localizava na região Norte da província de Minas Gerais, que se caracterizou pela diferenciação regional. Sua população passou por expressivo crescimento no século XIX, até mesmo agregando a maior concentração de escravos do País. As regiões Centro e Sul abarcavam maior densidade populacional e estavam inseridas na economia de abastecimento interno, em conexão comercial com áreas escravistas e agroexportadoras do Império. A região Norte tinha densidade populacional considerável, com formas de produção predominantemente voltadas para o autoconsumo (FIG. 1).

**Figura 1 – Mapa da província de Minas Gerais por regiões (século XIX)**



Fonte: CHAVES, 2012, p. 117.

Nota: Divisão regional com três agrupamentos. Regiões “estáveis” (V – Centro, I – Sul e VII – Norte), “em formação” (III – Triângulo e II – Mata) e de formação “incompletas” (VI – Leste e IV – Oeste)

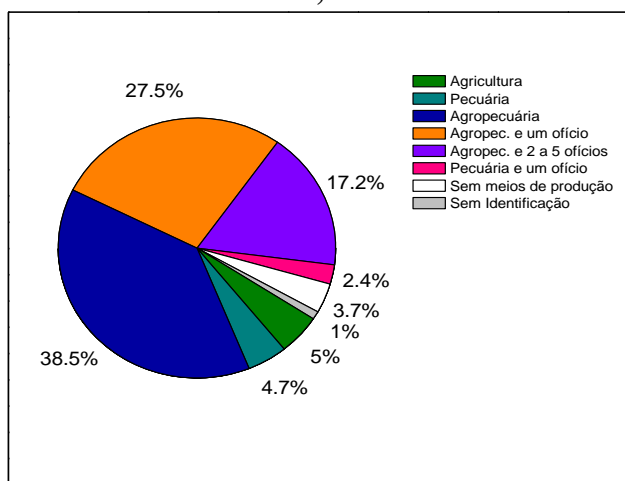
Aspectos econômicos da sociedade de Rio Pardo para o período de 1833-1872 são analisados com base em setores que conformavam a estrutura econômica e nos bens principais que compunham a riqueza local. Foi utilizada uma série de 401 processos de inventário *post mortem* para verificar a composição da riqueza de unidades domésticas de proprietários que tiveram bens inventariados.<sup>1</sup> A análise se ancora em conjunturas local, regional, provincial, bem como conjunturas gerais para o Império do Brasil. No que se referem aos setores econômicos, eles foram classificados com base nos meios de produção de unidades domésticas (terras, animais, instrumentos agrícolas e instrumentos de atividade artesanal). Para a caracterização do setor comercial foram observados os seguintes elementos: estoque de produtos, presença de animais de carga e produção agrícola. Nestes termos, identificam-se quatro setores: agrário, de ofícios artesanais, de comércio e de sem meios de produção (GRAF. 1).

Constata-se expressiva predominância do setor agrário (95%) na estrutura econômica dessa sociedade. As atividades do setor de ofícios artesanais (47%) eram desenvolvidas de forma complementar à agropecuária, em uma diversificação de atividades econômicas nas unidades domésticas. O setor de comércio (5%) era também complementar ao setor principal. Assim, boa parte dos proprietários que atuaram no comércio (70%) possuía unidades

<sup>1</sup> O número de processos (401) corresponde ao total de documentos conservados pelo Arquivo do Fórum da Comarca de Rio Pardo de Minas (AFCRPM) para o período de 1833-1872. O estudo da riqueza de sociedades com base em processos de inventários *post mortem* é corrente em trabalhos de cunho historiográfico e econômico.

domésticas com a maior diversificação de atividades, destacando-se entre os proprietários mais ricos. Já o setor de sem meios de produção, ele se referia às unidades que não possuíam nenhum dos meios de produção relacionados (3%). O recurso à mão de obra adicional, no caso escrava, demarcou o nível de produção nas unidades domésticas. Por isso, foram definidos dois subperíodos para balizar a análise dos aspectos econômicos da sociedade (GRAF. 1).

**Gráfico 1 – Distribuição de unidades domésticas por categorias econômicas - Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*. Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Nota: O número de unidades domésticas é 401.

## Periodização

O primeiro subperíodo, 1833-1852, inicia-se com a instalação da vila de Rio Pardo e indo até o fim do tráfico internacional. O subsequente, 1853-1872, caracterizou-se pela transição gradual do regime de trabalho escravista para o livre. Neste tempo, o sistema escravista teve seus dois pilares principais destituídos: o tráfico internacional, abolido em 1850 e o princípio da perpetuidade, com a Lei do Ventre Livre (1871). A partir do início da década de 1870, inaugurou-se outra conjuntura de desfecho para o fim da escravidão (GEBARA, 1986, p. 11-25).

A periodização definida teve em vista o acesso à propriedade escrava por parte de proprietários em Rio Pardo, marcada pela elevação de preços em nível nacional. O aumento de preços de escravos foi verificado localmente também, ainda que em uma economia sem dependência do trabalho cativo e menos ainda do tráfico internacional. Quanto à conjuntura de preços, o primeiro subperíodo (1833-1852) tem seu início marcado pela pressão inglesa

para o fim do tráfico internacional. Isso teve papel importante na elevação do preço da mão de obra escrava e na entrada de cativos (FLORENTINO, 1997, p. 43-44; MAMIGONIAN, 2009, p. 207-233). Já o segundo subperíodo (1853-1872) insere-se em um contexto após o fim do tráfico internacional, quando os preços dos escravos alcançaram preços mais elevados.

Para o período, o interstício de maior aumento dos preços de escravos foi entre 1851 e 1861, correspondendo à década seguinte ao fim do tráfico internacional. Entretanto, os preços aumentaram em mercados escravos nas Américas, independentemente da presença do tráfico. Tal foi o caso dos Estados Unidos e de Cuba, verificando-se tendências de aumento de preços na década de 1850 para os três maiores sistemas escravistas das Américas (BERGAD, 2004, p. 249-251).

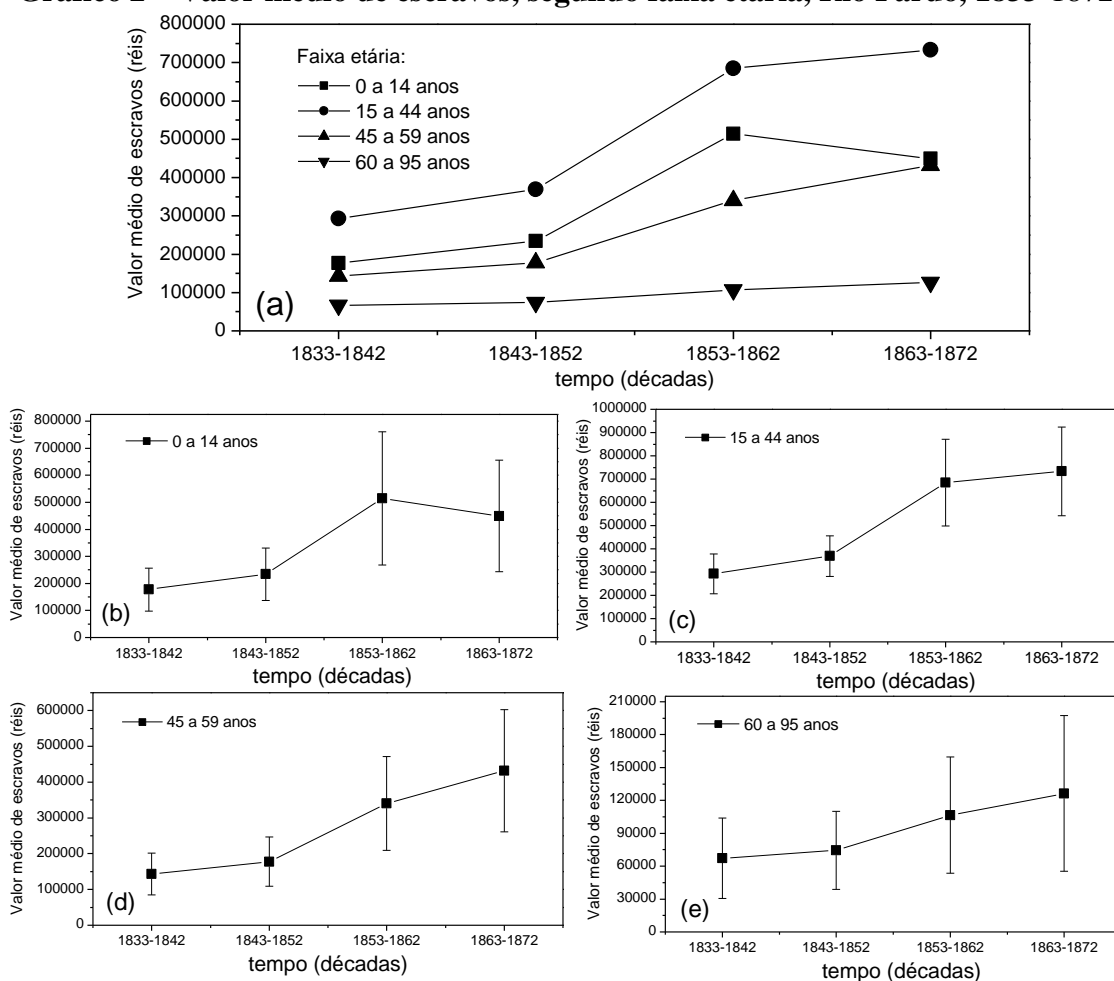
O aumento dos preços de escravos nessa década no Brasil foi resultado do fim do tráfico internacional. Mas as tendências paralelas de aumento de preços observadas em outros mercados americanos indicam que havia outras razões para sua elevação no Brasil. É provável que os preços tenham subido em razão da demanda europeia por produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e na lucratividade da mão de obra escrava. A elevação da demanda por essa mão de obra provocou-lhe o aumento de preço, que se refletia no aumento das demandas da produtividade e das mercadorias (BERGAD, 2004, p. 252-258). Logo, no Brasil, o tráfico internacional foi interrompido em uma conjuntura de demanda maior pela mão de obra escrava para a produção direcionada ao mercado internacional, como ao mercado interno. Os dois fatores, juntos, contribuíram para o aumento expressivo dos preços de escravos.

Os preços de escravos subiram e o comércio no mercado interno passou a atender atividades mais produtivas e rentáveis, como a cafeeira. As áreas de cafeeira se concentravam nas regiões ao centro-sul, que passaram a absorver grande quantidade de cativos de outras regiões do País. No caso de Minas Gerais, a região cafeeira da Mata recebeu mais cativos do comércio interno da própria província do que originários de outras províncias (LIBBY; PAIVA, 2000, p. 62-63). Em Montes Claros, por exemplo, ocorreu comércio de escravos intraprovincial, de onde eram conduzidos escravos para a região da Mata (BOTELHO, 1994, p. 76-78).

Os efeitos da conjuntura nacional e inter-regional de elevação de preços e de redistribuição da mão de obra escrava provocaram também elevação de preços em Rio Pardo. Os preços de escravos sofreram aumento em todas as faixas de idade. Na década de 1850, o mesmo movimento de aumento dos preços de escravos constatado em nível nacional, e mesmo internacional, é observado para lá, com a ocorrência de elevação contínua dos preços

(GRAF. 2). Assim, o aumento dos preços em contexto mais amplo teve desdobramentos imediatos localmente. Tratava-se de processo em cadeia, constatando-se sua grande abrangência ao agregar localidades distantes dos centros ligados ao tráfico internacional e de menor dependência por esse regime de trabalho. Tal era o caso de Rio Pardo.

**Gráfico 2 – Valor médio de escravos, segundo faixa etária, Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Nota: O gráfico A apresenta o comportamento dos preços em quatro faixas etárias. Os gráficos B, C, D e E mostram a variação do valor médio de escravos em única faixa etária, acompanhada das barras de desvios dos preços.

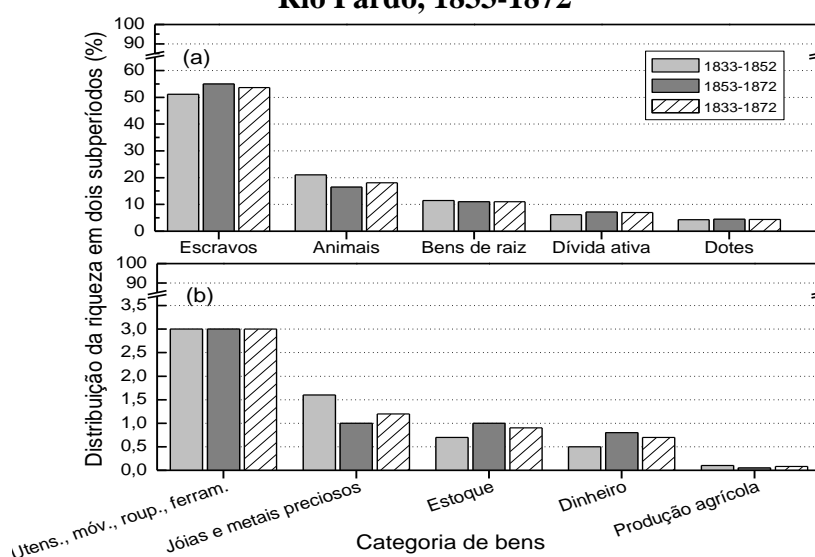
A propriedade escrava era um dos principais referenciais de riqueza nessa sociedade. Indicativo disso eram o elevado preço do escravo e a estreita relação entre utilização de mão de obra cativa e nível de produção das unidades domésticas. Na composição da riqueza local, o bem escravo teve maior taxa de representatividade, seguido de animais, bens de raiz e dívidas ativas. Estes bens constituem elementos importantes para a caracterização do sistema econômico.

## Aspectos econômicos na composição da riqueza local

### Composição da riqueza e bens principais

Os três primeiros bens que se destacaram na composição da riqueza de proprietários em Rio Pardo foram escravos, animais e bens de raiz (GRAF. 3).<sup>2</sup> Terras e produção pecuária como principais riquezas reitera a vigência de sistema econômico de base agrária. Seu regime de trabalho incluía a mão de obra escrava, fundado em relações de produção não capitalistas.

**Gráfico 3 – Distribuição da riqueza, por categoria de bens em dois subperíodos – Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Nota: Valores em réis: a) 1833-1852: 446:590\$881, b) 1853-1872: 853:778\$270, c) 1833-1872: 1.300:369\$151

No Brasil da primeira metade do século XIX, o sistema agrário estava fundado em formas históricas de produção. Os processos de produção da agricultura de alimentos e de desenvolvimento da pecuária eram caracterizados por baixa densidade demográfica e disponibilidade de matas virgens. Isso favorecia o sistema de exploração de solo extensivo. Os principais meios de produção eram a mão de obra e a terra, ficando em segundo plano as técnicas e os instrumentos de trabalho (FRAGOSO, 1983, p. 15-16). Constata-se duplo processo de expansão da fronteira agrícola, sob a vigência do trabalho escravo. Um foi constituído pela agricultura comercial especulativa e exportadora (expansão da fronteira econômica). O outro, vinculado à produção para o autoconsumo (expansão de fronteira demográfica) (CASTRO, 2009, p. 21-22).

<sup>2</sup>Os valores dos bens são tratados como valor nominal e correlacionados em valores percentuais, a fim de não comprometê-los com um eventual processo inflacionário que pode ter ocorrido no tempo observado.

Os traços desse sistema agrário que se constituiu historicamente em largas áreas do Brasil são observados também em Rio Pardo. O sistema de produção que lá vigorava tinha como principais meios de produção a terra e a mão de obra, com recurso ao trabalho escravo. Seu território foi ocupado inicialmente pelo movimento da expansão da fronteira pecuária e de buscas por riquezas minerais. Depois, o crescimento demográfico foi promovido pela expansão espontânea da fronteira agrícola. Em Minas Gerais, ocorreu maior índice de crescimento demográfico entre o período de 1833-1872 na região ao norte da província, onde circunscrevia Rio Pardo. Isso se deveu à existência de terras devolutas para a criação de animais e para o desenvolvimento da agricultura. O fato atraía migrantes de outras partes da província, onde a aquisição da terra já era limitada (BERGAD, 2004, p. 170-171).

Retomando a composição da riqueza em sua conformação no tempo, as três categorias de bens mais representativas (escravos, animais e bens de raiz) mantiveram a mesma ordem de importância nos dois subperíodos, bem como a quarta categoria (dívidas ativas). Ao longo do tempo analisado não houve mudanças econômicas significativas que provocassem alteração na alocação de recursos por parte de proprietários. Observa-se que ocorreu elevação da taxa de participação de escravos e diminuição do peso de animais (GRAF. 3). A participação maior da propriedade escrava na composição da riqueza no segundo tempo reflete elevação de preço. Para Campanha (1832-1865), situada ao sul da província, o aumento do valor percentual de escravos na composição das fortunas de 4% é semelhante ao verificado para Rio Pardo que tinha economia distinta (ANDRADE, 2008, p. 73-74).

Quanto à categoria animais, sua redução de participação no conjunto da riqueza pode estar relacionada com o aumento da representatividade de escravos, em decorrência da redistribuição da riqueza nas outras categorias de bens. Mas há outro dado a esclarecer essa diminuição: no tempo, a produção pecuária, tratada adiante, reduziu 9,4%, influenciando diretamente na queda da participação de animais (GRAF. 3).

Já os bens de raiz, eles sofreram ligeira diminuição de participação na riqueza. O processo comum seria o aumento de participação desta categoria de bem, dado o movimento mais geral de elevação de preços de terras a partir de 1850. Com a Lei de Terras de 1850, determinou-se a ocupação da terra devoluta somente por meio de compra. Ao desagregar bens de raiz em imóveis rurais e casas nos arraiais e na vila, verifica-se valorização dos imóveis rurais, ainda que não tenha ocorrido aumento de participação da categoria no conjunto da riqueza.

Observa-se aumento de alocação de recursos em casas localizadas em arraiais e na vila e a consequente redução de aplicação em imóveis rurais. Isso se deveu ao crescimento

populacional verificado para o termo de Rio Pardo. Houve aumento do número de casas nas sedes dos distritos e da vila, promovendo valorização desses imóveis. Se os investimentos em imóveis rurais decaíram 3,3% em favor de casas em arraiais e na vila, que subiram igual número percentual no conjunto dos bens de raiz, outro movimento se constatou no que refere à riqueza total: enquanto os imóveis rurais decaíram 0,9% na participação da riqueza, as casas subiram 0,4%. Como a participação das casas subiu menos em relação à redução de participação dos imóveis rurais, os números apontam para maior valorização destes últimos (TAB. 1).

**Tabela 1: Bens de raiz, por participação na composição da riqueza e por subperíodo – Rio Pardo, 1833-1872**

BENS DE RAIZ	1833-1852			1853-1872		
	Bens de raiz	Bens de raiz	Riqueza total	Bens de raiz	Bens de raiz	Riqueza total
	N. ab	N. %	N. %	N. ab	N. %	N. %
Imóveis rurais	46:371\$055	90,3	10,4	80:258\$632	87	9,5
Casas – arraiais/vila	4:960\$749	9,7	1,1	12:525\$801	13	1,5
<b>Total</b>	<b>51:331\$804</b>	<b>100</b>	<b>11,5</b>	<b>92:784\$433</b>	<b>100</b>	<b>11</b>

Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Nota: a moeda é real, plural – réis. Trata-se de moeda corrente do período em questão.

Não se verifica valorização fundiária em níveis consideráveis por algumas razões. Primeiro por causa do processo de apropriação fundiária, decorrente da expansão espontânea da fronteira agrícola. Segundo, pelo acesso estável à terra, com desconcentração fundiária no tempo considerado. Terceiro, porque se tratava de uma economia de baixo grau de mercantilização, não promovendo o aumento de preço das terras. De fato, não houve maior valorização fundiária, decorrente da institucionalização do comércio de terras após 1850. Em Rio Pardo, não foi a terra que constituiu elemento principal para a obtenção de maiores níveis de produção, e sim a propriedade escrava.<sup>3</sup> É para esta que se verifica significativa elevação de preços em nível nacional, com desdobramentos semelhantes em esfera local.

A propriedade fundiária, entretanto, tinha sua expressão como segundo meio de produção mais importante no sistema produtivo. Os proprietários que tinham maiores níveis de produção em suas unidades domésticas possuíam maior volume de mão de obra escrava e eram os que tinham mais terras. Quanto ao aumento da representatividade das casas nos bens de raiz, ainda que se observe crescimento populacional, o termo de Rio Pardo tinha baixos

<sup>3</sup>Hebe Mattos faz esta constatação para Capivary, que se tratava de uma economia comercial escravista. Conforme a autora, a propriedade da terra por si só não diferenciava socialmente os proprietários, e sim a dimensão da exploração agrícola e da escravaria. (Cf. CASTRO, 2009, p. 40).



níveis de urbanização, tal como sua região Norte. Isso quando se compara a regiões mais urbanizadas da província, como a região Central e a região Sul. Mesmo tendo ocorrido aumento na taxa de participação das casas, a expressiva predominância em bens de raiz era de imóveis rurais, que para o período equivalia a 88%. Assim, os fatores ponderados auxiliam a compreender a permanência de bens de raiz com a mesma taxa de representatividade na composição da riqueza.

Por fim dívidas ativas, que era a quarta categoria de bem de maior representatividade. No primeiro subperíodo, ela correspondeu a 6% e no segundo, a 7%. O fornecimento de crédito e o comércio compunham o setor mercantil, que era pouco expressivo na estrutura econômica (5%). Isto porque as formas de produção da sociedade eram predominantemente voltadas para o autoconsumo. Quanto às práticas creditícias, elas eram caracterizadas por formas mais antigas de relações econômicas, fundadas em relações pessoais, constitutivas de sociedades não capitalistas.

O aumento da taxa de participação das dívidas ativas, ainda que pouco expressivo, é compreensível à luz de conjuntura local, bem como nacional. No primeiro caso, insere-se crescimento de população, crescimento de comércio e aumento de níveis de urbanização, com mais oferta de serviços (RODARTE; PAULA; SIMÕES, 2004, p. 16-37).<sup>4</sup> No segundo, a regulamentação das relações comerciais com o Código Comercial de 1850 (Lei de 25 de junho de 1850). Este Código regulou as relações de créditos mercantis, garantido legalmente sua existência, com base em elementos de comprovação, (art. 122), bem como garantindo as condições cobrança (art. 376 e 377). Assim, instituiu-se garantias de caráter legal para os credores. Isso se somou às garantias já asseguradas pelas relações interpessoais, inaugurando um elemento novo e externo a este caráter de relações sociais.

Com variações internas, as quatro principais categorias de bens (escravos, animais, bens de raiz e dívidas ativas) permaneceram na mesma posição de importância entre os bens que compunham a riqueza ao longo do tempo. Os bens que se destacaram elucidam traços característicos da economia local. Se não foram constatadas mudanças de âmbito estrutural na configuração da economia, observam-se, por sua vez, alterações em âmbito da disponibilidade de mão de obra escrava, da produção pecuária e do fornecimento de crédito. Elas podem ser entendidas à luz de conjunturas quer circunscritas, quer mais amplas. Segue-se caracterização

---

<sup>4</sup>Rodarte analisa a estrutura urbana da província na década de 1830 e em 1872, definindo três níveis de centralidade. Verificam-se o número e as categorias de ocupações para 143 localidades, com base nas informações das listas nominativas da década de 1830 e do recenseamento de 1872. Dada a estrutura ocupacional de Rio Pardo da década de 1830, o termo não se inseriu em nenhum nível urbanização. Já em 1872, as categorias ocupacionais existentes habilitaram o termo para o nível médio de urbanização em âmbito provincial (RODARTE; PAULA; SIMÕES, 2004, p. 16-37).

destes bens e suas alterações conjunturais para melhor compreensão dos aspectos econômicos desta sociedade.

### *Propriedade escrava*

A propriedade escrava era o principal bem na composição da riqueza local. As características do sistema escravista e a conformação demográfica do segmento escravo estavam relacionadas com o recurso que se fazia da mão de obra compulsória, como com sua reposição. Rio Pardo se inseria na região Norte da província. Nela, as características econômicas de produção apresentavam menor demanda por essa mão de obra em relação a outras regiões. Na população local da década de 1830, o segmento escravo correspondia a 24% e em 1872, 13%. O segmento reduziu sua taxa de participação na população total, mas houve crescimento de 219% (CHAVES, 2012, p. 121-128). A taxa de participação do segmento escravo na população total é, portanto, o primeiro elemento a caracterizar o sistema escravista que lá vigorava.

Um segundo elemento na caracterização desse sistema era a estrutura da posse de escravos. Tratando-se de uma sociedade nacional escravista, a propriedade escrava em Rio Pardo era bastante difundida. Verifica-se que 79% de indivíduos tinham escravos entre os bens inventariados.<sup>5</sup> No que se refere ao perfil de proprietários, a maioria (63%) possuía pequenas posses, seguida de um grupo menor detentores de posses médias (6-20). Um número reduzido deles contava com posses grandes e muito grandes em suas unidades domésticas (GRAF. 4).

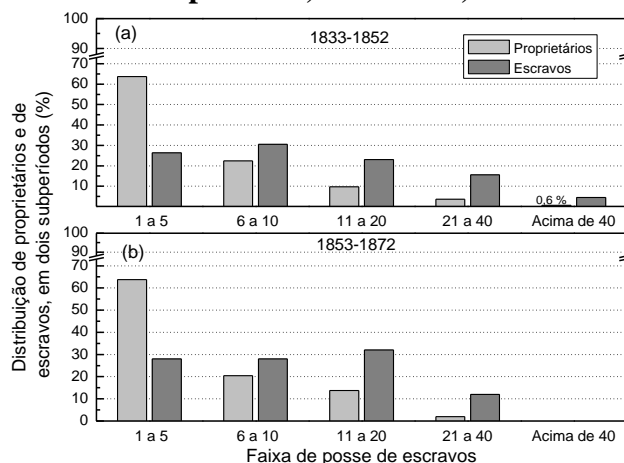
No tempo, o número percentual de proprietários de pequenas posses se manteve (63%). A alteração é constatada entre os que possuíam posses médias, posses grandes e muito grandes. O subgrupo de proprietários de posses médias tornou-se ligeiramente maior e o de posses grandes reduziu. Já a posse muito grande, que era exceção, existiu apenas no primeiro tempo. A mudança no perfil de proprietários está relacionada com a retração da mão de obra, refletindo na concentração de escravos por faixas de posse. A tendência foi de diminuição do número de proprietários e do tamanho das posses. Em primeiro nível, ocorreu um leve aumento do número percentual de escravos nas pequenas posses e sua diminuição nas posses médias inferiores (6-10). Em segundo, houve aumento do número deles nas posses médias

---

<sup>5</sup>A distribuição da propriedade escrava é observada por meio da classificação das posses em cinco faixas: menores (1-5), médias inferiores (6-10), médias superiores (11-20), grandes (21-40) e muito grandes (acima de 40).

superiores (11-20) e redução nas posses grandes (21-40), não existindo mais posses muito grandes (GRAF. 4).

**Gráfico 4 – Distribuição de proprietários e de escravos, por faixas de posses de escravos em dois subperíodos, Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Nota: N° de proprietários e de escravos: 1833-1852: 165 proprietários e 980 escravos. 1853-1872: 152 proprietários e 881 escravos.

No tempo, o número percentual de proprietários de pequenas posses se manteve (63%). A alteração é constatada entre os que possuíam posses médias, posses grandes e muito grandes. O subgrupo de proprietários de posses médias tornou-se ligeiramente maior e o de posses grandes reduziu. Já a posse muito grande, que era exceção, existiu apenas no primeiro tempo. A mudança no perfil de proprietários está relacionada com a retração da mão de obra, refletindo na concentração de escravos por faixas de posse. A tendência foi de diminuição do número de proprietários e do tamanho das posses. Em primeiro nível, ocorreu um leve aumento do número percentual de escravos nas pequenas posses e sua diminuição nas posses médias inferiores (6-10). Em segundo, houve aumento do número deles nas posses médias superiores (11-20) e redução nas posses grandes (21-40), não existindo mais posses muito grandes (GRAF. 4).

Não obstante a redução do tamanho de posses, a tendência foi de concentração social da propriedade. Se no primeiro tempo a maior parte dos escravos estava na faixa de 6-10 (30,5%), no segundo, a maior concentração deles se verifica na faixa de 11-20 (32%). Logo, no que se refere à distribuição dos proprietários por tamanho de posses, o sistema escravista em Rio Pardo tinha estrutura de posses desconcentrada. Já quanto à distribuição dos escravos por tamanho de posses, observa-se que ao longo do tempo ocorreu ligeira concentração da propriedade em posses maiores. Um dos fatores que provocaram essa concentração foi o

preço de escravos, que estava mais alto no segundo subperíodo. Assim, diminuiu-se o poder de compra dessa mão de obra por parte de proprietários menos abastados.

Quanto aos padrões de posse de escravos, trabalhos historiográficos pioneiros relativizam a antiga tese da predominância de grandes propriedades no regime escravista brasileiro, apontando para difusão da propriedade escrava (SCHWARTZ, 1999, p. 356-376; CASTRO, p. 35). Em Minas Gerais na região aurífera no início do século XIX, observa-se predominância de proprietários de escravos com pequenas posses (LUNA, 1982, p. 31-56). Já para a província na década de 1830, constata-se que o maior subgrupo de proprietários (28%) possuía pequenas posses, tendo sido raras as grandes posses (50-100). Padrões de posse em Minas na década de 1830 assemelhavam-se aos verificados para a Bahia (1816- 1817) e para São Paulo (1804). Assim, as grandes posses de escravos eram exceção no Brasil. Seu padrão de posses se assemelhava mais aos das regiões não açucareiras do sul dos Estados Unidos, caracterizadas por uma diversificação econômica, tal como em Minas, do que aos padrões estabelecidos no Caribe, cuja economia era marcada pela monocultura especializada (LIBBY, 1988, p. 97-104).<sup>6</sup>

As pequenas e médias posses eram comuns na estrutura de posses em Minas. Mas, elas eram proporcionalmente mais numerosas em regiões e localidades com economias sem expressão provincial e, conseqüentemente, com menor demanda pelo trabalho escravo. Em regiões e localidades com economias direcionadas para mercados de abastecimento eram maiores os números percentuais de escravos em posses grandes e muito grandes. Isso porque em maior número de unidades domésticas desenvolveram-se atividades econômicas em níveis expressivos com maior dependência do trabalho escravo (PAIVA, 1996, p. 136-138; PAIVA; GODOY, 2002, p. 50-53).

Por fim, o terceiro elemento na caracterização do sistema escravista. Trata-se da conformação demográfica do segmento cativo, que estava associada à estrutura econômica produtiva e à demanda de utilização da mão de obra compulsória de determinada economia. Para a província de Minas, constatou-se heterogeneidade na estrutura demográfica do segmento, que refletia a diferenciação econômica regional.<sup>7</sup> Em Rio Pardo, como verificado, era baixa a taxa de participação do segmento escravo na população em relação a outras localidades de características econômicas distintas.

No que se refere aos aspectos demográficos deste segmento, observam-se os quesitos sexo, idade e origem para uma caracterização em linhas gerais. Quanto a sua composição

---

<sup>6</sup>Sobre os dados para a Bahia, cf. SCHWARTZ, 1983; para São Paulo, cf. LUNA; COSTA, 1983.

<sup>7</sup>Dentre outros trabalhos, cf. LIBBY, 1988; PAIVA, 1996; PAIVA; GODOY, 2002.

segundo o sexo, verifica-se uma razão de sexos ligeiramente equilibrada (1,11). A desproporção entre os sexos a favor dos homens indicava a capacidade de uma dada sociedade de importar escravos africanos, evidenciando seu nível de inserção no tráfico internacional (LIBBY, 1988, p. 56-57). Não era o caso de Rio Pardo. A expressiva maioria dos escravos de lá era de origem brasileira, com apenas 8,9% de africanos.<sup>8</sup>

Localidades inseridas em regiões com produção mercantil de expressividade provincial dependiam, em maior grau, da mão de obra escrava, principalmente via comércio internacional. Era o caso do termo de Mariana (região central). Lá havia uma produção mercantil de artigos diversificados, com demanda maior para a mão de obra escrava. Entre 1830 e 1840, os escravos africanos representavam 36% do segmento (ALMEIDA, 1994, p. 114). Uma participação de africanos, portanto, três vezes maior que em Rio Pardo para o período.

A participação de africanos no segmento, que já era pequena, decaiu ao longo do tempo (de 12% para 5%). A predominância era de escravos nascidos no Brasil, os crioulos e os mestiços. Os primeiros eram de ascendência exclusivamente africana. Quanto aos mestiços, o termo se referia aos miscigenados: cabras, pardos, mistos, mulatos e mestiços. Com o decréscimo da participação de escravos africanos, a representatividade de crioulos reduziu-se, aumentando a de escravos miscigenados.<sup>9</sup> A enorme presença de escravos brasileiros no segmento cativo, a pequena participação de escravos africanos, seguida de sua redução, o decréscimo da taxa de razão de sexos e a grande proporção de crianças indicam que a reposição dessa mão de obra ocorreu quase exclusivamente via reprodução interna (GRAF. 5).

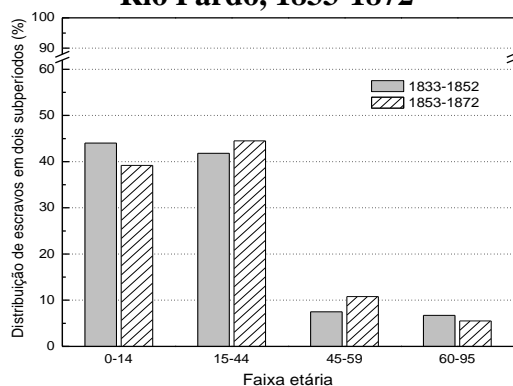
As evidências de que Minas durante o século XIX possuiu elevada população escrava – 15% a 25% do segmento em âmbito nacional entre 1819 e 1872 – fundamentam diferentes proposições sobre os mecanismos de reposição ou ampliação da mão de obra escrava. Uma argumentação é que o crescimento do segmento ocorreu essencialmente por meio do tráfico internacional até 1850 (MARTINS, 1994). Outra proposição defende que a reprodução endógena respondia pela maior parte da reposição ou crescimento desse segmento (LUNA; CANO, 1983; BERGAD, 2004). Ambas as formas diferenciadas de repor ou ampliar a mão de obra escrava na província são “estritamente corretas, embora incompletas de compreender uma mesma realidade” (PAIVA; GODOY, 2002, p. 55).

---

<sup>8</sup> Sobre a distribuição de escravos por cor e origem, os dados são os seguintes: nº de escravos em 1833-1852: 348 mestiços, 373 crioulos e 98 africanos; 1853-1872: 393 mestiços, 246 crioulos e 34 africanos (Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo, 1833-1872 - Acervo do AFCRPM)

<sup>9</sup> Ver dados da nota 8.

**Gráfico 5 – Distribuição de escravos, por faixa etária em dois subperíodos – Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Nota: Nº de escravos: 1833-1852: 935 1853-1872: 857

O regime de trabalho escravista em Minas foi caracterizado pela diferenciação econômica regional. Isso demarcou configurações distintas para o segmento, inclusive no quesito de sua reposição ou ampliação. Tal como em Rio Pardo, para Montes Claros (região Norte), as evidências são de que a reprodução interna teve expressiva importância no crescimento da mão de obra cativa (BOTELHO, 1994, p. 84-124). Para Barbacena (região da Mata), a importação de escravos foi importante para a formação de grandes posses de escravos lá verificadas (SARAIVA, 2008, p. 91, 242-243). Já em Paracatu (região Oeste), as duas formas de manutenção da mão de obra escrava coexistiram (FIG. 1) (PAIVA; LIBBY, 1995, p. 203-233).

### *Animais*

Os animais tinham o segundo maior peso na composição da riqueza, com a atividade pastoril presente em 90% das unidades (GRAF. 1). Isso confirma a importância desta atividade no território, iniciada com a expansão da fronteira pecuária. Em Rio Pardo, seguiu-se tendência de sua região pecuarista, os sertões do norte,<sup>10</sup> com a criação predominante do gado bovino em processo de reprodução de forma extensiva.

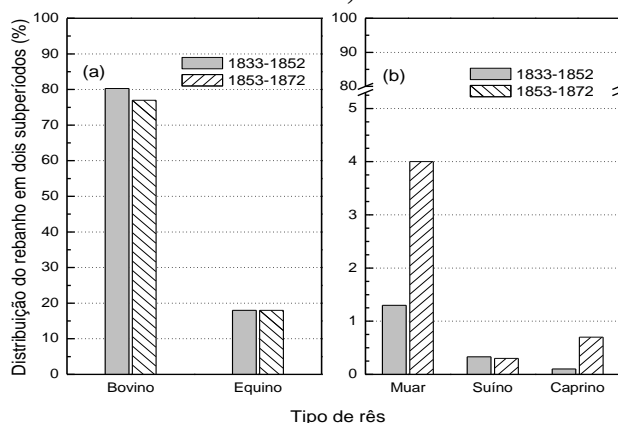
Em nível geral, o rebanho reduziu em 9,4%, reiterando a queda de participação da categoria animais na composição da riqueza local (GRAF. 3). Apontamentos em fins dos anos de 1820 e de 1830 informavam sobre um tempo de “continuadas secas”, que provocaram

<sup>10</sup>Prado Júnior identifica três grandes regiões de pecuária da época colonial: os sertões do norte, as planícies do sul e a parte meridional de Minas Gerais (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 192-198).

diminuição do rebanho bovino.<sup>11</sup> A falta de chuva, marcando longos períodos de seca, levou à redução do gado nas propriedades, diminuindo o número de fazendas com grandes quantidades de cabeças e a concentração do rebanho.

Quanto à distribuição dos três maiores rebanhos, apenas para o gado muar registrou-se crescimento. O aumento da taxa de representatividade de 1% para 4% demonstra difusão de animais de carga utilizados para transporte de produtos comercializados (GRAF. 6). Isso é indicativo do crescimento do setor comercial, evidenciado também no aumento de participação das categorias de bens a ele vinculadas – dívidas ativas, estoque, dinheiro (GRAF. 3).

**Gráfico 6 – Distribuição do rebanho, por tipo de rês em dois subperíodos- Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.  
Nota: Nº de cabeças: 1833-1852: 9.872; 1853-1872: 8.943.

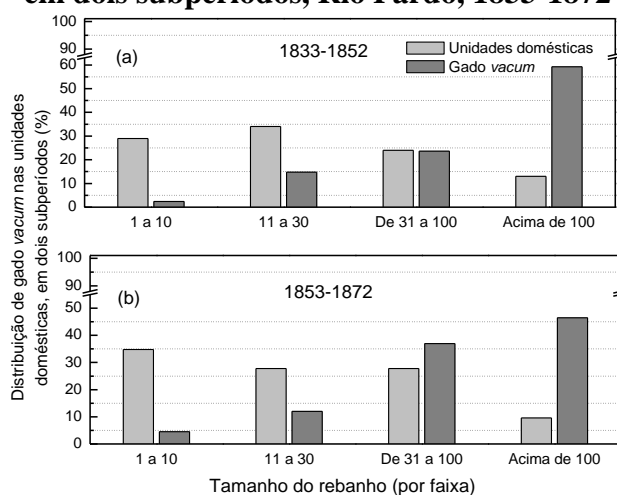
Para o gado bovino, verifica-se o nível de concentração nas propriedades, que é indicativo do grau de mercantilização da produção. Sua distribuição é observada em quatro faixas: 1 a 10 (pequena), 11 a 30 (média), 31 a 100 (grande) e acima de 100 (muito grande). Não se verifica grandes alterações no tempo para a concentração nas propriedades nem para o tipo de proprietário. Para as faixas grandes e muito grandes, os números são os mesmos nos dois subperíodos: 83% do rebanho concentrava-se nelas, correspondendo a 37% de proprietários. Constata-se que o rebanho era mais concentrado no primeiro tempo e era também maior (GRAF. 7).

Boa parte do gado estava reunida nos grandes rebanhos e concentrado nas mãos de menor número de proprietários. Sua concentração nos rebanhos grandes e muito grandes indica que parte considerável da produção era direcionada à comercialização. Vendia-se tanto

<sup>11</sup>Tratam-se de informações dos seguintes documentos: ofício de fiscal do distrito do Rio Pardo. Rio Pardo, 29 dez. 1829. Acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Minas Novas (ACMMN); ofício da câmara municipal de Rio Pardo. Rio Pardo, 11 jan. 1837. Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM). PP 1.33, cx. 222, doc. 30.

para o comércio local de abate, como para boiadeiros forasteiros.<sup>12</sup> Os criadores de grandes quantidades de cabeças buscavam um mercado externo, já que a demanda local poderia ser atendida pelos criadores de rebanhos mais modestos.

**Gráfico7 – Distribuição de gado *vacum* nas unidades domésticas, por faixa de tamanho em dois subperíodos, Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Nota: N° de unidades e de cabeças: 1833-1852: 159 unidades e 7933 cabeças. 1853-1872: 158 unidades e 6895 cabeças.

O gado bovino de Rio Pardo, tal como das regiões ao norte e ao nordeste da província, era direcionado ao mercado do centro provincial e ao da Bahia. Este gado se incluía entre as principais exportações pela recebedoria de Rio Pardo (RESTITUTTI, 2006, p. 170). Nessas regiões, o comércio de gado gerava baixos rendimentos aos criadores, visto que o comércio era intermediado por atravessadores (PAIVA, 1996, p. 118- 120). Já a comarca do Rio das Mortes, que tinha seu setor agropecuário destinado ao mercado de abastecimento, atendia ao mercado da corte e às áreas cafeeiras fluminense e paulista. A pecuária era uma das atividades que inseria a região na pujante economia mercantil de abastecimento e o gado bovino foi um dos principais gêneros exportados ao longo do século XIX (RESTITUTI, 2006, p. 82).

Na província, os maiores lucros do comércio pecuarista provinham do Rio de Janeiro. Os bovinos das fazendas mineiras conduzidos ao Rio de Janeiro eram das bacias dos rios Grande e São Francisco, do oeste, do noroeste, do Triângulo. O preço do gado *vacum* nas feiras dos sertões chegava a quadruplicar nas feiras fluminenses. Parte pouco significativa do gado bovino mineiro também era destinada ao comércio na Bahia, via postos fiscais de Rio

<sup>12</sup>Trata-se de informação do seguinte documento: ofício de fiscal do distrito do Rio Pardo Salvador Cardoso de Sá. Rio Pardo, 2 jul. 1831. Acervo do ACMMN.



Pardo, ao norte, e São Sebastião do Salto Grande, ao nordeste (RESTITUTI, 2006, p. 124-126). No caso da região ao norte, a criação do gado *vacum* era comercializada, principalmente, com a Bahia, cuja atividade era considerada de baixos rendimentos e sem expressividade na pauta de exportações da província (PAIVA, 1996, p. 117-120; RESTITUTI, 2006, p. 124).

Se comparados os números médios de animais de pecuaristas em Rio Pardo com os de São João Del Rei, verificam-se criadores de maior porte na primeira localidade. Considerando proprietários de Rio Pardo que possuíam acima de cem cabeças de gado *vacum* (1833-1852), o número médio de animais era de 223. Já para São João (1831-1850), o número médio era de 146 (GRAÇA FILHO, 2002, p. 146). Em Baependi (1859), o barão Junqueira possuía um rebanho de 358 cabeças de gado *vacum*, o que o qualificava como grande pecuarista. O tamanho desse rebanho se aproximava do padrão das propriedades de porte semelhante no termo de Campanha (ANDRADE, 2008, p. 124, 222-223). Já em Rio Pardo (1859), o proprietário Ribeiro tinha 405 cabeças de gado bovino, cujo rebanho era maior que os encontrado para as localidades referidas.<sup>13</sup> Lembrando que elas contavam com um expressivo setor mercantil agropecuário, diferentemente de Rio Pardo.

Em Rio Pardo, portanto, a atividade pecuária era bastante expressiva. Todavia, a localidade não estava inserida em circuito comercial em proporção à de outras localidades, como das regiões Central e Sul. O padrão de grandes pecuaristas de Rio Pardo não diferia dos padrões dos de São João Del Rei e dos de Campanha, superando-os. Entretanto, a produção era escoada por boiadeiros sertanejos, que a encaminhava, principalmente, para o mercado da Bahia, sem expressividade provincial. Diferentemente, localidades do centro-sul estavam inseridas nos dois processos: de criação e de comercialização lucrativa do gado. O comércio interprovincial de gado bovino era desenvolvido especialmente com o Rio de Janeiro e com São Paulo. Foi na região ao sul da província que se articulou o comércio externo e localidades tornaram-se entrepostos de outras regiões da província, concentrando parte do lucro da produção gerada nas demais regiões produtoras (RESTITUTI, 2006, p. 244).

### *Terra e produção agrícola*

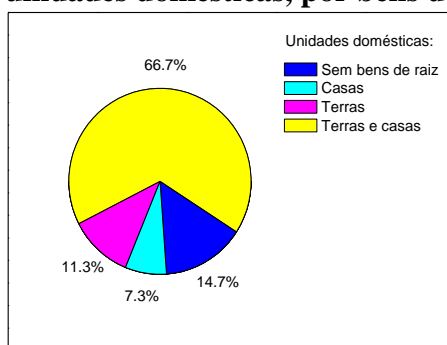
Quanto aos bens de raiz, eles correspondiam à terceira categoria de bem mais representativa na composição da riqueza. Nela estão relacionados os imóveis (terras e casas).

---

<sup>13</sup>Trata-se de informação do seguinte documento: processo de inventário *post mortem* de João Lourenço Ribeiro. Rio Pardo, 1859. Acervo do AFCRPM.

Os imóveis rurais, incluindo as terras e as respectivas casas, constituíam maioria (88%). No grupo de proprietários, 78% deles possuíam terras (GRAF. 8). No caso, era pequena a parcela que estava destituída do principal meio de produção em uma sociedade eminentemente agrária.

**Gráfico8 – Distribuição de unidades domésticas, por bens de raiz, Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Nota: O número de unidades é 401

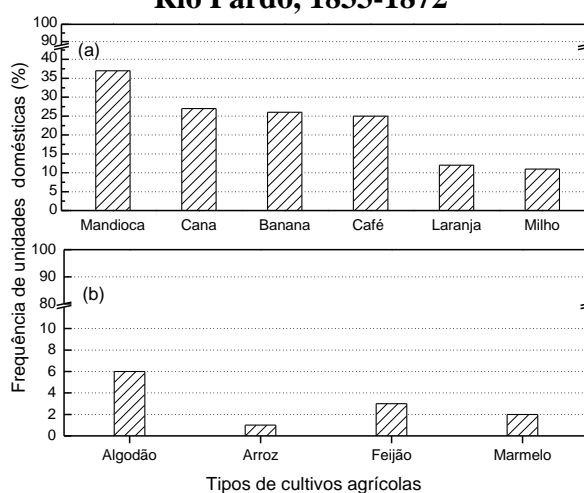
Verificou-se estabilidade do acesso à terra para Rio Pardo e para a província mineira também. No período de 1831-1840, apenas 7% da força de trabalho livre masculina era de assalariados (LIBBY, 1988, p. 91). Ainda assim, havia disponibilidade de terras para a maioria dos trabalhadores. Isso por se tratar de uma província cuja forma de produção predominante era a agricultura para o autoconsumo. A presença de uma fronteira aberta, caracterizada pela abundância de terras, e a mobilidade espacial permitiam acesso estável das famílias à terra e à sua reprodução. Este processo verificado em Minas inseriu-se no processo de expansão da fronteira agrícola e resultou em uma expansão demográfica espontânea, em busca da reprodução das condições de vida material.

Se a criação de gado bovino em boa medida era comercializada, o mesmo não ocorria com a produção agrícola. A inexpressiva participação das plantações na riqueza demonstra que a produção de alimentos era predominantemente direcionada ao consumo doméstico (GRAF. 3). Como a pecuária, a agricultura era uma atividade largamente difundida.<sup>14</sup> A agricultura e a pecuária eram também as principais atividades econômicas para a maioria das localidades da província (FRAGOSO, 1992, p. 106-107). Tratava-se de uma economia com proeminente setor mercantil agropecuário de abastecimento. No entanto, o setor predominante era o da produção de autoconsumo, com excedentes comercializados em pequena escala.

<sup>14</sup>Consideram-se unidades produtivas que atuavam na agricultura não somente as que tinham terra, mas também aquelas que mesmo sem terra tinham instrumentos de trabalho agrícola. Daí a diferença de percentual entre as unidades que possuíam terra (78%) e as que desenvolviam agricultura (88%).

Em Rio Pardo, plantavam-se grãos, tubérculos, frutas, cana-de-açúcar e algodão. A mandioca foi o cultivo mais frequente, tendo sido base da alimentação local. A farinha de mandioca era beneficiada em tenda, com roda de ralar mandioca, prensa e forno. A roda de ralar mandioca era um dos instrumentos de beneficiamento agrícola mais difundido nas unidades domésticas, seguida do engenho e do alambique. A cana-de-açúcar era também um produto bastante cultivado. Ela era beneficiada, fabricando-se rapadura, açúcar e aguardente (GRAF. 9).

**Gráfico 9 – Frequência de unidades domésticas, por cultivos agrícolas – Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.  
Nota: O número de frequência é 114.

Além dos gêneros alimentícios, outro produto cultivado era o algodão, matéria-prima utilizada nos ofícios do setor têxtil, como fiação, tecelagem, renda e costura. Os ofícios relacionados às atividades têxteis eram mais representativos. Os instrumentos de beneficiamento do algodão eram descaroçador de algodão, roda de fiar, pente de tecer e tear. A roda de fiar era o mais comum. Além do cultivo do algodão para o beneficiamento doméstico, o produto era também comercializado. A comercialização do algodão já ocorria em tempos mais antigos. Em Rio Pardo, ainda arraial, havia muitas plantações de algodão, cuja produção era comercializada na Bahia (MATOS, 1981, p. 196).

A agricultura de alimentos era quase exclusivamente destinada ao consumo doméstico. Entre os produtos identificados para comercialização (sal, fumo, rapadura, algodão, tecido, ferragens, aguardente, cachaça, café, capim), apenas rapadura e café são da categoria de gêneros alimentícios. Não há informação para o tamanho das áreas cultivadas. Pelos baixos

valores que elas recebiam, certamente eram de dimensões modestas, limitando-se a atender ao autoconsumo. Contudo, é identificada produção agrícola excedente em unidades produtivas de maior porte, em cômodos de armazenamento de alimentos, cuja parcela excedente era certamente comercializada localmente ou em outros mercados.

Os instrumentos de trabalho agrícola eram machado, cavador, cavadeira, alavanca, foice e enxada. Eles eram rústicos, de baixo custo e eram utilizados tanto em unidades de pequeno porte de produção como de grande porte. A diferenciação era demarcada pela variação e pela quantidade.<sup>15</sup> A prática agrícola consistia em derrubar matas e capoeiras, dispensando poucos cuidados à plantação. A forma de produção agrícola era extensiva.<sup>16</sup> Os recursos técnicos eram rudimentares e caracterizavam-se como meios de produção secundários.

Um traço característico desse sistema de produção era a baixa densidade demográfica e a disponibilidade de matas virgens, que favorecia a exploração do solo de forma extensiva. Com técnica rudimentar, o fomento da agricultura dependia de novas aquisições de mão de obra e de terras. Em Rio Pardo, isso é elucidado na observação dos bens mais significativos da riqueza. As unidades domésticas que dispunham de mais mão de obra escrava tinham porte de produção maior. A mão de obra escrava e a terra correspondiam, respectivamente, à primeira e à terceira categorias de bens mais importantes, enquanto os instrumentos de trabalho tinham participação inexpressiva (GRAF. 3).

Logo, as atividades agropecuárias eram predominantes na estrutura econômica. havia diversificação econômica de atividades, que era proporcionada pela presença dos setores de ofícios artesanais e mercantil. A agricultura era destinada ao autoconsumo, com eventual comercialização de excedentes. Quanto à pecuária, o nível de comercialização era muito maior do que o da agricultura. Mas, eram mais comuns unidades que possuíam pequenos e médios rebanhos de gado bovino, destinados às necessidades domésticas. Já o recurso à mão de obra escrava, ele influenciou diretamente no nível de produção e de diversificação econômica.

### *Dívidas ativas*

---

<sup>15</sup>No estudo sobre o sistema agrário de Paraíba do Sul, Frágoso identifica esses mesmos instrumentos de trabalho agrícola, com exceção da alavanca (FRÁGOSO, 1983, p. 28).

<sup>16</sup>Essa prática agrícola, que remete desde aos tempos de colônia, era comum também em Portugal (MAGALHÃES, 1993, p. 135-136).

A representatividade das dívidas ativas no conjunto da riqueza (7%) indicava expressão menor do crédito em relação a outras localidades de maior acumulação mercantil.<sup>17</sup> Ainda que na quarta posição, a participação das dívidas ativas era pequena, dado o peso bastante expressivo das três principais categorias de bens – escravos, 53%, animais, 18%, e bens de raiz, 11% (GRAF. 3).

No período abordado, a participação das dívidas ativas cresceu de 6% para 7%, mantendo-se na quarta posição. A oferta de crédito foi maior no segundo subperíodo, concentrando-se nas mãos de um grupo menor de credores. O maior número de dívidas também foi registrado para o segundo subperíodo, com valores mais altos. A ocorrência de aumento de crédito reitera o gradativo crescimento do setor comercial, que abarcou 47% das operações creditícias.<sup>18</sup>

No que se referem aos valores das dívidas ativas, verifica-se predominância de pequenas dívidas com valores abaixo de 50\$000.<sup>19</sup> No tempo, essa predominância permaneceu, mas as mesmas diminuíram sua representatividade. Isso refletiu o aumento das dívidas com valores entre 100\$000 e 499\$000. Já as dívidas das duas faixas de valores mais altos dobraram sua participação, mas tinham pouca expressividade no conjunto. O fato retrata o próprio processo de fornecimento do crédito. A participação do crédito cresceu na composição da riqueza e ele se concentrou mais no segundo subperíodo. Assim, a tendência foi diminuir o número das dívidas de pequenos valores, subindo a participação das dívidas das três maiores faixas (GRAF. 10). Essas alterações na configuração do crédito evidenciavam conjunturas locais de crescimento da população e do setor de comércio, de aumento na oferta de serviços, bem como conjuntura nacional de regulamentação das relações comerciais com o Código Comercial (1850).

As práticas creditícias estavam difundidas entre a população. Recorria-se ao pagamento a prazo para atendimento às necessidades cotidianas, predominantemente em dívidas de baixo valor.<sup>20</sup> A maior parte dos créditos (47%) atendeu ao comércio, em

---

<sup>17</sup>Sobre o assunto para outras localidades, cf. ANDRADE, 2008; ALMEIDA, 2001; FRAGOSO, 1992; MATTOSO, 1992.

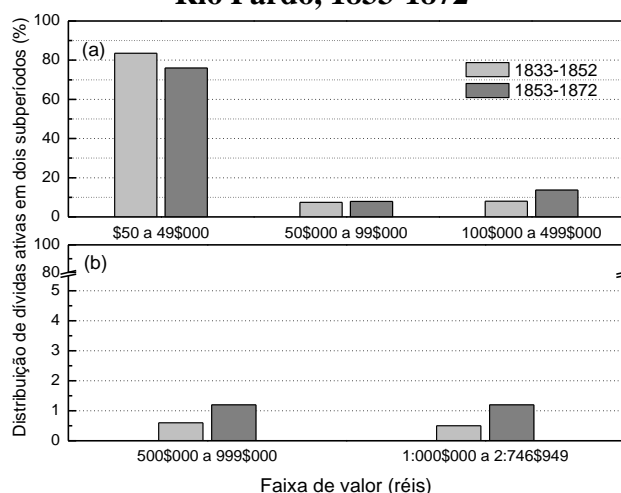
<sup>18</sup>O nº de credores é 151, de dívidas, 1431 e o valor do crédito, 90:148\$386. Valor médio do crédito: 1833-1852: 44\$587/ 1853-1872: 66\$808 (africanos (Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo, 1833-1872 - Acervo do AFCRPM).

<sup>19</sup>Foram definidos três níveis de dívidas ativas em cinco faixas de valores: pequenas dívidas, faixa inferior de \$50 a 49\$000 e faixa superior de 50\$000 a 99\$000; dívidas médias, faixa inferior de 100\$000 a 499\$000 e faixa superior de 500\$000 a 999\$000; dívidas grandes, faixa de 1:000\$000 a 2:746\$000.

<sup>20</sup>Santos demonstra para a comarca do Rio das Velhas (século XVIII), o predomínio de pequenas dívidas ativas. Do total das dívidas, 73% eram referentes a valores abaixo de 100\$000. Ainda que se tratasse de uma temporalidade anterior e de localidades de economias distintas da de Rio Pardo, verificou-se em Minas a permanência no tempo do recurso ao crédito predominantemente para atender às necessidades cotidianas da população (SANTOS, 2005, p. 102-104; SANTOS, 2010, p. 81).

operações de financiamento ao consumo e à produção.<sup>21</sup> Tratando-se de uma sociedade de sistema de produção de base agrária, os proprietários faziam novas aquisições de terra e de mão de obra escrava por meio de crédito. Assim, o financiamento proporcionava a ampliação de empreendimentos agrícolas. Comprar terra em um sistema que funcionava com a exploração do solo de forma extensiva, bem como adquirir escravos cuja mão de obra elevava o nível da produção, significava ampliar os principais meios de produção desse sistema e, por conseguinte, fomentar a produção.

**Gráfico 10 – Distribuição de dívidas ativas, por faixas de valor em dois subperíodos  
Rio Pardo, 1833-1872**



Fonte: Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.  
Nota: O número de dívidas é 1430.

Quanto à comercialização de animais, o gado se destacou entre produtos e bens relacionados nas operações de crédito. No total das transações com o gado muar, equino e bovino, as referentes a este último corresponderam a 74%. Assim, os dados reafirmam as inferências feitas sobre a pecuária. A principal produção local comercializada era a de gado bovino.<sup>22</sup>

Outra boa parte dos créditos tinha origem nos processos de partilha de bens entre herdeiros. Em menor medida, o empréstimo em dinheiro era também uma forma de fornecer crédito. As operações envolvendo empréstimos pessoais correspondiam a uma participação

<sup>21</sup>Há informação sobre as transações que originaram os créditos para 6% das dívidas.

<sup>22</sup>Nota: O número de créditos é 83. Os créditos de relativos à venda de bens ou de produtos representam 47% do total. Tipos de crédito: venda de animais, 22,9%; venda de fazenda seca e molhada, 15,7%; venda de terras, 4,8%; venda de escravos, 3,6%; herança, 43,4%; empréstimo, 6%; coarção, 2,4%; aluguel de escravos, 1,2% (Processos de inventário *post mortem*, Rio Pardo - 1833-1872. Acervo do AFCRPM).

pequena no conjunto das dívidas. A representatividade dos empréstimos era coerente em uma economia de baixa monetização. Entre os bens de proprietários, a moeda correspondeu a apenas 0,7% do total da riqueza (GRAF. 3). Assim, poucos indivíduos possuíam dinheiro em condições de fazer empréstimos, cuja capacidade financeira contribuía para a liquidez da economia local.

Duas outras práticas creditícias de menor representatividade referiam-se à coartação e ao aluguel de escravos. A coartação consistia em uma modalidade de alforria recorrida por escravos, que tinham condições de pagar pela sua liberdade com rendimentos próprios. Com a ascensão econômica, eles almejavam a ascensão social: da condição de escravos para a de libertos. Na coartação, eles compravam sua carta de manumissão. Quanto ao aluguel de escravos, o proprietário alugava o escravo e recebia o “jornal” correspondente ao trabalho realizado por ele. Em Minas, a prática de alugar cativos remonta ao século XVIII, quando a atividade mineradora exigia mobilidade da mão de obra, devido ao constante surgimento de novas áreas de extração. A prática permaneceu no século XIX. Os dados do censo da década de 1830 e do recenseamento de 1872 demonstram que o sistema de aluguel de cativos expandiu ao longo do século. E foi o setor agrícola o mais beneficiado com a transferência temporária da mão de obra escrava (LIBBY, 1988, p. 94-96).

As práticas creditícias já eram presentes nas Minas setecentistas em transações comerciais estabelecidas pela população no dia a dia, principalmente nas regiões mais urbanizadas. Em âmbito da colônia, a economia tinha traços pré-industriais, gerando mercado restrito. Havia escassez de moeda circulante, predominando o capital mercantil. O crédito era usado com regularidade, marcando a economia e a sociedade coloniais.<sup>23</sup> O importante papel que a praça do Rio de Janeiro desempenhou na reprodução da economia colonial possibilitou acumulação mercantil e concentração de riqueza pelos já afortunados segmentos mercantis. As operações com o crédito constituíram um dos mecanismos que promoveram essa acumulação, reservando ao capital mercantil residente papel importante na reprodução dessa economia. O segmento mais rico na hierarquia social correspondia a um grupo restrito de negociantes de grosso trato, que tinha supremacia sobre a aristocracia fundiária e escravista (FRAGOSO, 1992, p. 253-273).

Nas Minas, as transações mercantis eram marcadas pela dependência do crédito e pelo alto grau de endividamento. A escassez da moeda circulante (dinheiro de cobre e de prata) e a proibição da circulação do ouro em pó, que também circulava como moeda, proporcionou

---

<sup>23</sup>Sobre a questão do crédito e da circulação monetária na economia colonial, cf. ARRUDA, 1980; RUSSELL-WOOD, 1981. FRAGOSO, 1992; SAMPAIO, 2003.

difusão do sistema de crédito. Havia uma rede de endividamento, que era controlada por comerciantes. Os grandes atacadistas estabelecidos em Minas criaram importantes linhas de crédito interno. O capital comercial era importante fonte de financiamento de pessoas e de comerciantes.<sup>24</sup> Dada a circulação restrita de moedas, o recurso ao crédito era forma comum de se adquirir um produto ou bem, bem como de pagar por um serviço. Para a comarca do Rio das Velhas, por exemplo, verificaram-se várias práticas creditícias desenvolvidas pela população em suas atividades cotidianas (SANTOS, 2005, p. 109-156; SANTOS, 2010, p. 71-89).

O setor mercantil se destacou na economia colonial e também na economia da primeira metade do século XIX. Essas economias tinham traços pré-industriais que geravam um mercado restrito, bem como circulação restrita de moeda (FRAGOSO, 1992, p. 212). No século XIX, esse setor se destacou em localidades que estavam inseridas na economia de agroexportação e de abastecimento interno. Assim, o crédito adquiria maior importância em sociedades cujas atividades econômicas proporcionavam maior acumulação mercantil.<sup>25</sup> Como referido, o crédito em Rio Pardo teve pequena participação na composição da riqueza, onde foi baixo o grau de endividamento local. Isso porque as atividades econômicas lá desenvolvidas não favoreciam acumulação mercantil em níveis consideráveis.

### **Considerações finais**

A conformação de uma sociedade de base agrária em Rio Pardo no século XIX, ao norte da província de Minas Gerais, tem seus traços constituintes evidenciados na predominância dos setores econômicos da agricultura e da pecuária. Os bens escravos, animais e terras, elementos principais da riqueza constituíram-se em quesitos para a compreensão de traços dessa sociedade. Somado ao setor agrário, os setores de produção de bens de consumo e o setor mercantil também compuseram a estrutura econômica. Nisso verificou-se outro traço característico que foi a diversificação de atividades econômicas, com a associação entre as atividades predominantes, as agropecuárias, e as atividades complementares, dos setores de produção de bens de consumo e do setor mercantil.

---

<sup>24</sup>Sobre esse tema, cf.: FURTADO, 1999, p.120-122; SILVEIRA, 1997, p. 99-100; CHAVES, 1999, p. 33-45; PAIVA, 1995, p. 176-184; BOXER, 2000, p. 218; FERNANDES, 2000, p.135; SANTOS, 2004, p. 113-115.

<sup>25</sup>Dentre outros estudos, cf.: ALMEIDA, 2001; GRAÇA FILHO, 2002; ANDRADE, 2008; ALMICO, 2009. Para Rio de Janeiro: FRAGOSO, 1992. Para a Bahia: MATTOSO, 1992.



A diversificação das atividades econômicas e a definição dos níveis de produção e de riqueza dos proprietários, em suas unidades produtivas, foram decorrentes do recurso adicional à mão de obra escrava. A utilização do regime de trabalho escravo contribuiu consideravelmente para a elevação dos níveis de produção e de riqueza e também de diversificação econômica. A propriedade escrava era bastante difundida, predominando um perfil de proprietários donos de poucos cativos, em uma estrutura de posses desconcentrada. Essa era a tendência mais geral do sistema escravista, verificada para Minas Gerais. Não obstante isso, constata-se a predominância dessa tendência do sistema escravista em regiões e localidades com menor demanda pelo trabalho escravo, como era o caso de Rio Pardo.

As terras eram os meios de produção mais importantes, com o desenvolvimento da pecuária e da agricultura. Verificou-se estabilidade do acesso à terra para Rio Pardo. Havia disponibilidade de terras para a maioria dos trabalhadores. Isso é o que se verifica também em escala provincial, cuja forma de produção predominante era a agricultura para o autoconsumo. A presença de uma fronteira aberta, caracterizada pela abundância de terras, e a mobilidade espacial permitiam acesso estável das pessoas à terra e à sua reprodução. Os processos de produção da agricultura de alimentos e de desenvolvimento da pecuária eram caracterizados por baixa densidade demográfica e disponibilidade de matas virgens, que favoreciam o sistema de exploração de solo extensivo. Elementos que eram constitutivos do sistema agrário de abrangência para várias áreas do Brasil.

No delineamento da configuração econômica local por atividades, verifica-se que a pecuária era a atividade econômica mais expressiva. O gado bovino estava concentrado em grandes rebanhos, direcionado à comercialização, bem como concentrado nas mãos de menor número de proprietários, em uma desigual distribuição social da riqueza. Seu comércio era de baixos rendimentos, tal qual em esfera regional. Isso porque a região Norte não estava inserida em circuito comercial do comércio de gado, como se observa para a região Sul da província. De outro lado, eram mais comuns unidades que possuíam pequenos e médios rebanhos de gado bovino, destinados às necessidades domésticas. Já a agricultura, era uma atividade largamente difundida, cuja produção era direcionada para o autoconsumo. Ambas as atividades constituíam-se em principais, complementadas pelas atividades de produção de bens de consumo e do setor mercantil, em uma diversificação de atividades econômicas. Quanto ao setor mercantil tinha expressão reduzida, caracterizado pelo comércio e pelo fornecimento de crédito. Era baixo o grau de endividamento local, mas as práticas creditícias estavam difundidas entre a população. O crédito foi pouco representativo na riqueza e verificaram-se níveis baixos de acumulação mercantil.

Esses elementos característicos para a sociedade agrária de Rio Pardo, inserida na região Norte de Minas Gerais informam da diversidade socioeconômica regional da província. A essa época, Minas Gerais se caracterizava pela dimensão do território, pela concentração regional da urbanização, pela predominância de sociedades em áreas rurais, marcadamente de base agrária, como demonstrado para a sociedade de Rio Pardo.

## Referências

ALMEIDA, C. M. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ALMICO, R. C. *Dívida e obrigação*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ANDRADE, M. F. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARRUDA, J. J. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BERGAD, L. *Escravidão e história econômica*. Bauru: EDUSC, 2004.

CASTRO, Hebe M. *Ao Sul da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, FAPERJ, 2009.

BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BOXER. *A idade de ouro do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRASIL. Lei de 25 de junho de 1850. *Coleção das leis do Imperio do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 57- 239.  
Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa>>.

CHAVES, C. M. *Perfeitos negociantes*. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, E. *Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (1833-1872)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012).

FERNANDES, N. *A inquisição em Minas no século XVIII*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

FLORENTINO, M. *Em costas negras*. São Paulo: São Paulo Cia. das Letras, 1997.

- FRAGOSO, J. *Sistema agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, J. F. *Homens de negócios*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GEBARA, A. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GRAÇA FILHO, A. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.
- LIBBY, D. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, D; PAIVA, E. F. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2000.
- LUNA, Francisco. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco; COSTA, Iraci. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FINE/Pioneira, 1982, p. 31-56.
- LUNA, Francisco; COSTA, Iraci. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983.
- LUNA, Francisco; CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH*, Campinas, n. 10, 1983.
- MAMIGONIAN, B. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1, cap. 6, p. 207-233.
- MAGALHÃES, J. R. *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1993.
- MARTINS, R. B. *Minas e o tráfico de escravos o século XIX, outra vez*. Texto para discussão n. 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1994.
- MATOS R. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 1.
- MATTOSO, K. *Bahia, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- PAIVA, C. A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PAIVA, C.; LIBBY, D. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, 1995, p. 203-233.

PAIVA, C.; GODOY, M. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RESTITUTTI, C. C. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2006.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. *História econômica & História de Empresas*, São Paulo, v.7, n. 1, p. 7-45, 2004.

RUSSELL-WOOD. *Fidalgos e filantropos*. Brasília: UNB, 1981.

SAMPAIO, A. Crédito e circulação monetária na colônia. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, Caxambu, 2003.

SANTOS, R. F. Dívida e endividamento. In: ROMEIRO; BOTELHO. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

SANTOS, R. F. “*Devo que pagarei*”. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SANTOS, R. F. O ouro e a palavra. In: CARRARA, A. A. *À vista ou a prazo*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

SARAIVA, L. F. *O Império nas Minas Gerais*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-287, 1983.

SCHWARTZ, S. *Segredos internos*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

**“Plantemos em alta escala” –  
a educação rural entre Dom Joaquim Silvério de Souza e Dom José Newton de Almeida  
Batista – histórias sobre Diamantina e região na primeira metade do século XX**

**Helder de Moraes Pinto**

**Claudiene dos Santos Oliveira Pereira**

**Resumo:** Analisou-se aqui a relação entre a Igreja Católica e educação rural em meados do século XX em Diamantina-MG através das ações dos bispos D. Joaquim Silvério de Souza (1902-1933) e D. José Newton de Almeida Batista (1954-1960) que atuaram na cidade. Procurou-se identificar materialidades educacionais construídas em meio rural no período de atuação destes bispos e analisar “juízos” emitidos pela Arquidiocese sobre grupos e discursos “concorrentes” às suas doutrinas. Apontaram-se semelhanças e diferenças entre as visões dos dois episcopos. Realizou-se pesquisa bibliográfica nos jornais Pão de Santo Antônio; Voz de Diamantina e A Estrela Pollar. Assim, percebeu-se que parte da ação educativa destes bispos voltou-se a conter o êxodo rural por meio da educação dos camponeses, além de doutriná-los contra ideologias rivais da Igreja como ‘comunismo’, ‘maçonaria’ e ‘espiritismo’; isso foi feito por meio da imprensa com “propaganda conjugada”.

**Palavras-chave:** Igreja Católica; educação rural; anticomunismo; propaganda conjugada.

## **Introdução**

*Nunca nada me impressionou tanto como a fome daquele ano.*  
Helena Morley, domingo, 18 de junho de 1893.

Em julho de 1998 ocorreu no Brasil a “I Conferência Nacional Educação do Campo”, “promovida pelo MST, UNICEF, pela UNESCO, CNBB e UnB.” Este acontecimento consagrou um processo de ruptura histórica no domínio da escolarização rural no Brasil, bem como “teve papel significativo no retorno da questão da educação da população do campo para a agenda da sociedade e dos governos, e inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular: e não mais educação rural ou educação para o meio rural.” (II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004, p.3).

A partir das expressões “CNBB” e “retorno a questão da educação da população do campo” torna-se clara a presença dos bispos do Brasil, não pela primeira vez, na problematização e tentativa de solucionar o problema da educação escolar para as populações rurais. Isso porque, entre outros casos, no início até meados do século XX, ações educativas endereçadas ao público rural foram promovidas pelos bispos Dom Joaquim Silvério de Souza (1902-1933) e Dom José Newton de Almeida Batista (1954-1960). Desse modo, a identificação e análise dessas práticas educativas, assim como elas se estabeleceram, são

objetivos da investigação. Por práticas educativas, entendemos, entre outras coisas, a criação de espaços de escolarização formal e também ações discursivas na imprensa católica em Diamantina.

Inicialmente, foram tomadas as palavras de Dom Joaquim e Dom José Newton sobre a educação rural a partir de obras como *A Terra, o Pão e a Justiça social: a importante participação da Igreja nas políticas públicas no Brasil*. Foram ainda analisados os jornais diamantinenses católicos *Voz de Diamantina*, *A Estrela Pollar* e *Pão de Santo Antônio* (período de 1904 a 1960).

Esses jornais são relevantes, pois descrevem a “maneira como a Igreja Católica procurava conduzir, ou melhor, exercer sua liderança sobre a população local” (PINTO, 2015, p.77). Eles expressavam parte significativa dos pensamentos dos bispos sobre a educação rural, bem como críticas às doutrinas/religiões concorrentes a seus preceitos. Além disso, comparamos as informações que emergiram na pesquisa bibliográfica com dados dos jornais.

Assim, apontam-se relações diacrônico-convergentes/divergentes entre as visões dos dois episcopos. Procurou-se dar relevância aos progressos e produtos suscitados por eles para a edificação de uma escola rural mais procedimental, técnica, racional e “profissionalizante”.

Buscou-se também identificar/analisar as teorias/discursos/representações dos bispos sobre educação rural na região e as iniciativas semelhantes no Brasil; examinou-se, brevemente, as materialidades educacionais construídas para o meio rural por estes bispos, como os cursos e os edifícios. Por fim, analisaram-se as finidades/divergências entre as propostas de educação rural defendida pelos bispos em relação às políticas públicas educacionais da época.

As investigações pautaram-se nos seguintes questionamentos: Qual o conceito de escola e educação rural defenderam os bispos Dom Joaquim Silvério de Sousa e Dom José Newton de Almeida Batista? Que contradição estes conceitos sobre educação rural colocaram para as estruturas das escolas rurais à época? Quais as relações destes conceitos com as noções de atraso social, pobreza e desenvolvimento econômico presentes no imaginário político à época?

Inicialmente, é preciso ressaltar que a identificação da documentação aqui exposta, assim como sua análise, teve o auxílio de ferramentas emprestadas das pesquisas bibliográficas realizadas de forma diacrônica e sincronicamente às provas empíricas. Entre os manuais essenciais para a compreensão destes documentos destacam-se: *Fontes históricas* (PINSKY, 2005), *O historiador e suas fontes* (PINSKY, 2009), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* (CARDOSO & VAINFAS, 1997), *Dicionário das ciências históricas*

(BURGUIÈRE, 1993), História e Historiografia da Educação no Brasil (FONSECA, 2003), Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história (VEYNE, 1983), Apologia da história: ou o ofício de historiador (BLOCH, 2002), História comparada (BARROS, 2014), entre outras obras; em resumo, estes teóricos e livros ensinam a operacionalizar a pesquisa historiográfica – como se pesquisa/escreve história. Escrever a história implica, segundo esses autores, cavar dados empíricos antigos. Em simultâneo, estes devem ser lidos por conceitos teóricos como “imaginário” e “ideologia”, por exemplo; logo, da tensão entre os vestígios dos eventos empíricos e as premissas conceituais se produz o conhecimento histórico. No caso deste trabalho, se poderia falar das maneiras como a Igreja Católica trabalhava na produção de um imaginário anticomunista em Diamantina e região. Ou melhor: “todo discurso materializa”, como foi o caso da imprensa católica em Diamantina, “determinada ideologia na fala a partir de um idioma específico. Desse modo, todo discurso possui uma ideologia, e é a língua que permite aos indivíduos compreenderem e assimilarem tal ideologia” (SILVA e SILVA, 2009, p. 101). Portanto, como já enunciado, parte do fazer historiográfico consiste em tensionar vestígios históricos com categorias analíticas, pois é dessa articulação que se extrai como diz Certeau, a escrita da história.

Ora, isso posto, não parece exagero pronunciar que a Igreja Católica em Diamantina, ao longo das cinco primeiras décadas do século XX, através de seus dirigentes maiores: os bispos, disseminou na região um discurso, com as nuances peculiares dos ensinamentos da comunicação religiosa, no qual se nomeava os grupos socioculturais e religiosos opostos à sua doutrina, bem como trata tais grupos a partir de argumentos negativos e pejorativos, se assim podemos dizer.

Logo, o trabalho passou a ser realizado através de uma pesquisa documental na Biblioteca Antônio Torres e no Museu de Tipografia Pão de Santo Antônio, localizados em Diamantina, Minas Gerais. Aliado a isso, houve uma pesquisa bibliográfica norteada por artigos, dissertações, livros, dentre outros, em busca de assuntos como: escolas rurais/urbanas, cursos, professores, materiais das escolas rurais, anticomunismo.

Por fim, ocorreu a comparação dos dados produzidos pelos estudos bibliográficos com os coletados dos jornais. Como resultado, tem-se a “construção” de uma narrativa histórica sobre a educação rural em Diamantina e região capitaneada por Dom Joaquim Silvério de Souza e Dom José Newton de Almeida Batista, cuja visão de mundo apontava para a racionalização das técnicas agrícolas, e faziam isso, combatendo visões políticas como a comunista.

## **Algumas considerações sobre ideologia católica na imprensa em Diamantina-MG na primeira metade do século XX**

Como já exposto, o trabalho<sup>26</sup> apresentado pautou-se em sua maior parte pela pesquisa por jornais da Biblioteca Antônio Torres e do Museu de Tipografia Pão de Santo Antônio. De modo geral, buscou-se em jornais estudados o tema Educação Rural em face das ações educativas de Dom Joaquim Silvério de Souza e Dom José Newton de Almeida Batista, em um período de 1905-1964.

Contudo, à medida que a pesquisa desenvolveu-se, ficou evidente a presença de uma educação moral nos jornais analisados, que afirmava principalmente a superioridade da Igreja católica, de modo a ir contra outras:

- Ideologias: como o comunismo, socialismo, religiões;
- Religiões/Doutrinas: como o ateísmo, maçonaria, judaísmo, protestantismo, espiritismo;

Deste modo, por meio da catalogação e análise feita às imprensas: A Estrela Pollar, Voz de Diamantina e Pão de Santo Antônio, a pesquisa tomou um novo patamar: de início, através de onze jornais, observou-se uma doutrinação católica que além de ir contra as ideologias e religiões/doutrinas. Dessa “descoberta” surge o trabalho “‘Comunista Come criancinha’: Formação Docente e Anticomunismo em Minas Gerais Nos Meados Do Século XX”, o qual foi apresentado no Sintegra 2018, evento da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

O trabalho apresentado na Sintegra teve como tese a existência da formação de professoras, denominadas normalistas, na Escola Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza para atender escolas rurais condicionadas por um imaginário anticomunista. Tais imagens seriam promovidas, ao que tudo indica, pela Igreja Católica local/nacional, no período pós-ditadura Vargas.

À medida que foi realizada a catalogação de material da imprensa católica diamantinense, emergiram novos textos e informações anticomunistas. Junto a isso, percebeu-se nesses jornais uma “propaganda anticomunista conjugada”, ou seja, em um mesmo texto de jornal lançavam-se argumentos contra ideologias, religiões/doutrinas antagônicas ao catolicismo. Doravante, criou-se, no quadro abaixo, contabilizou-se o número desses jornais e suas temáticas:

---

<sup>26</sup>Esta pesquisa contou com recursos da CAPES e CNPQ



**Quadro 1- Categorização de dados acerca da disseminação de “propaganda conjugada”, anticomunista e de oposição da Igreja sobre algumas doutrinas/religiões.**

**A ESTRELA POLLAR**

TEMÁTICAS	Número de textos de jornais
Comunismo	2
Espiritismo	2
Protestantismo	2
Ateísmo	1
“Propaganda conjugada”	1

Fonte: *A Estrela Pollar*, Diamantina, 1937, 1956-1960.

Nota: 8 jornais analisados, dois de 1937 e o restante entre 1956-1960.

**VOZ DE DIAMANTINA**

Comunismo	26
“Propaganda Conjugada”	2

Fonte: *Voz de Diamantina*, Diamantina, entre 1950-1960.

Nota: 34 jornais analisados, entre 1950-1960.

**PÃO DE SANTO ANTONIO**

Espiritismo	2
Ateísmo	8
Maçon	1
“Propaganda Conjugada”	2

Fonte: *Pão de Santo Antônio*, Diamantina, 1907-1915.

Nota: 51 jornais analisados, entre 1907-1915

Em um total 93 jornais analisados, descobriu-se a veiculação de 49 textos de jornais analisados opositores de algumas doutrinas e religiões. Além disso, percebe-se que grande parte dos ataques feitos no início do século XX pelo Pão de Santo Antônio, período em que Dom Joaquim foi bispo, voltou-se ao ateísmo. Ao passo que no período do bispo D. José Newton a ideologia mirou o comunismo, desqualificando esta como uma expectativa positiva de modo de vida.

Segundo Souza (2008), através da Constituição de 1891 o Estado tem como função a promoção da educação primária gratuita. Com essa nova constituição o Estado torna-se laico. Nessa perspectiva, um dos maiores impactos “sofridos” pela Igreja refere-se a perda significativa de seu poder no campo educacional, haja vista que houve a retirada do ensino religioso do currículo das escolas.

A partir desse momento, a escola simbolizava um espaço ideal para transformações de realidade sociais, assim como forma de alcançar a modernização. De acordo com Queiroz (1976, 1978), “a visão dualista ou de oposição entre o rural e urbano foi um fenômeno construído e que se intensificou no Brasil em fins do século XIX e início do XX”.

Nesse período surge à expressão “escola rural”. No âmbito das escolas primárias rurais a situação era de extrema calamidade, sobretudo quanto à própria estrutura escolar e do corpo docente. Tal situação persistiu ao longo dos cinquenta primeiros anos do regime republicano. Segundo Ribeiro *et al.* (2012), a educação, sobretudo rural, até o começo de 1920 constituiu-se somente como uma forma de ampliar o eleitorado no país, o que confirma o quadro de precariedade.

### **Dom Joaquim Silvério de Souza: um personagem da Educação Rural**

Na segunda metade do século XIX, a Igreja Católica diamantinense assume a função de induzir a renovação das formas de produção ao patrocinar a implantação Fábrica do Biribiri, e na mesma medida, à entrada no ramo da indústria agrícola. Portanto, os bispos locais investiram em capital intelectual, social e material.

Eles fizeram isso a fim de qualificar as formas de vida humana atreladas ao mundo rural. Desse modo, houve um planejamento de um reaparelhamento da educação para esta se dedicar ao fenômeno rural nas suas diversas faces. Se por um lado a Igreja não poderia concentrar-se no campo educacional, pelo fato do Estado ser laico, ao longo dos primeiros anos do século XX, a Igreja católica diamantinense concentrou-se no movimento de Restauração Católica.

No período em que Dom Joaquim encontra-se bispo de Diamantina, esses ensinamentos católicos e discursos morais se deram por meio de imprensas católicas, as quais ao longo da pesquisa foram analisadas: Pão de Santo Antônio, A Estrela Pollar, Voz de Diamantina. Nessa perspectiva, através delas descobriram-se vários assuntos tratados: divórcio, religião, educação, catecismo, política, família.

Nesse contexto, identificaram-se iniciativas semelhantes no Brasil empregadas por imprensas católicas, como nos jornais O Horizonte (1923-1934) e O Diário (1935-1937). Oliveira (2010) discute que esses jornais católicos belo-horizontinos firmaram-se como importantes agentes políticos no cenário brasileiro das décadas de 1920 e 1930.

*O Horizonte* foi marcado pelo teor combativo presente nos textos doutrinários. Nele houve a expressiva participação do professor Lúcio dos Santos e do padre Álvaro

Montenegro. Já O Diário surgiu em meio a uma intensa campanha da Igreja contra o comunismo.

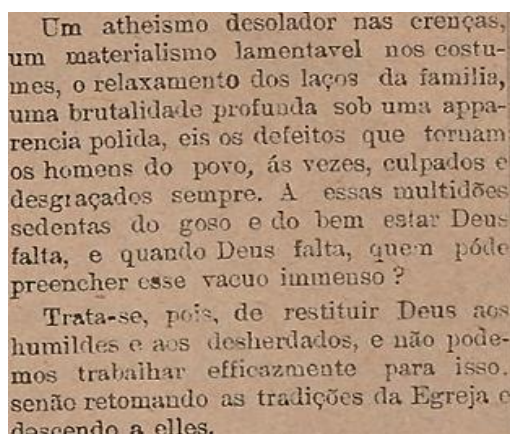
De acordo com Wander *et al.* (2010), em 1903, com o desejo de efetivar uma melhoria e combate à miséria, sobretudo no campo; nesse quadro, D. Joaquim realiza o Primeiro Synodo da Diocese de Diamantina. Através do Sínodo o epíscopo demonstrou “consciência sobre os usos e abusos cometidos na diocese e domínio sobre as mais recentes orientações da Igreja Romana (...)”.

D. Joaquim através do Sínodo delimita a primeira ação social voltada a Educação Rural, por meio de uma discussão sobre a pobreza e o êxodo rural. Tal como abordado na obra A terra, o pão e a justiça social:

(...) A indicação apresentada pelo sínodo refletia o processo de romanização em curso, cuja principal problemática girava em torno da crítica aos excessos do liberalismo econômico, gerador de profundas desigualdades sociais, e ao socialismo marxista, considerado limitador da fé e incapaz de elevar a palavra de Deus. A doutrina social cristã comumente denominada de Terceira Vila visava combater a pobreza e exigia a prática da justiça social, como forma de alcançar a paz e produzir o pão” (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p.30).

Faz-se necessário salientar a partir desse trecho, a disseminação do ideal católico por meio do Sínodo, haja vista que ia contra ideologias/doutrinas/religiões contrárias a Igreja. Em relação aos jornais averiguados, descobriu-se que no período em que D. Joaquim foi bispo houve um grande ataque ao ateísmo, expresso no jornal a seguir como um “materialismo lamentável nos costumes, o relaxamento dos laços da família”.

### Figura 1: Um ateísmo desolador



Um ateísmo desolador nas crenças, um materialismo lamentável nos costumes, o relaxamento dos laços da família, uma brutalidade profunda sob uma aparência polida, eis os defeitos que tornam os homens do povo, às vezes, culpados e desgraçados sempre. A essas multidões sedentas do gozo e do bem estar Deus falta, e quando Deus falta, quem pôde preencher esse vacuo immenso?

Trata-se, pois, de restituir Deus aos humildes e aos desherdados, e não podemos trabalhar eficazmente para isso, senão retomando as tradições da Igreja e descendo a elles.

Fonte: Pão de Santo Antônio, 06 de janeiro de 1909.

Há também textos do período que fazem críticas ao socialismo e a maçonaria. Essas ideologias/doutrinas eram associadas a coisas negativas. Aliado a isso, ficou evidente a realização de “propaganda conjugada” como no jornal acima, onde o ateísmo e o materialismo são postos como uma mesma coisa.

Na mesma medida, através do texto do Pão de Santo Antônio de 1909, constata-se que somente os jornais católicos, eram considerados pela Igreja Diamantinense como corretos. Isso porque iam contra a “onda de corrupção, de erros, que a imprensa sem Deus”, espalhava na sociedade da época.

Para Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010), durante o episcopado de Dom Joaquim a vocação sacerdotal foi algo muito estimulada. Segundo eles, o bispo possuía “a plena consciência de que, somente, se alcançaria a ação pastoral ideal através de um clero com volume significativo de sacerdotes bem formados”. Contudo, muitos jovens possuíam baixo poder aquisitivo, o que significava um problema interno ao seminário, ao mesmo tempo, apontava características econômicas, como a pobreza, algo majoritário nas regiões de origem dos seminaristas.

Em decorrência disso, D. Joaquim funda, em 1910, a Associação de São José que, entre os seminaristas encontrava-se Juscelino Kubitscheck de Oliveira. A Igreja teve como atividade mais expressiva no período de atuação de Dom Joaquim à indústria vinícola, iniciada pelos padres lazaristas franceses.

Para aumentar a produção Figueiredo e col., destacam que o bispo autorizou uma nova plantação nos terrenos da Chácara, Jogo da Bola, de propriedade do Bispado e próxima ao Palácio. Eles também afirmam que em 1914, essa indústria torna-se fonte de renda para o Bispado, sustentando grande parte de suas obras sociais no CSND, no seminário e no Palácio Episcopal, além da manutenção da Estrela Pollar e Bolsa São José.

Outra ação empregada por Dom Joaquim foi à participação em congressos eucarísticos, cujo tema geral era a discussão sobre as questões sociais. Também é mencionada nos jornais a situação da educação, a qual deveria ser norteada pelos princípios cristãos. Nos jornais também se fala sobre instituições católicas, imprensa católica, dentre outras temáticas.

D. Joaquim também buscou efetivar ações a exemplo do recolhimento dos pobres. A instituição católica Pia União ficou responsável por isso. Ela abrigava pessoas abandonadas e que não possuíam local para viver. A associação mantinha-se através de doações mensais de roupas e alimentos feitas, principalmente por sócios, além de quermesses. Essa instituição era, por muitos, chamada de “estabelecimento da caridade”.

**Figura 2: Congresso Católico**

**CONGRESSO CATHOLICO**

Realisar-se-á em setembro deste anno, a segunda reunião do Congresso Catholico da Archidiocese de Marianna.

Será organizado pelo *Centro da União Popular*, de Bello Horizonte, sendo os seguintes as theses a serem discutidas:

- 1ª. A obra dos Congressos e bases para melhor organização catholica;
- 2ª. Imprensa;
- 3ª. Ensino;
- 4ª. Casamento e Moral;
- 5ª. Instituições especiaes ( piedade, caridade, mutualidades, organização operaria e agricola).

Fonte: Pão de Santo Antônio. 08 março 1911.

Havia também a União Operária Beneficente, a qual possuía escolas noturnas em Diamantina. Nela encontravam-se matriculadas pessoas do sexo feminino e masculino das classes mais pobres. Dom Joaquim Silvério de Souza em seu episcopado também realizou inúmeras visitas pastorais, as quais visavam disseminar os ensinamentos católicos às comunidades, sobretudo em regiões rurais:

**Figura 3: Viagem Pastoral**

**Viagem Pastoral**

Desde o inicio de seu governo ecclesiastico na vasta diocese de Diamantina, confiada por Deus á sua administração sabia o prudente, tem s. exc. rvm. o sr. arcebispo-bispo d. Joaquim Silverio de Souza se entregado, com verdadeiro devotamento, ao mais pesado encargo do seu munus episcopal, fazendo annualmente a visita pastoral com que tem levado a todos os pontos do territorio de seu governo o conforto, o auxilio e o fervor á fé catholica, descortinando aos fieis o vastissimo campo da acção catholico-social com a pericia, tino e elevamento de idéas que lhe são peculiares.

Fonte: Pão de Santo Antônio, 11 de abril de 1910.

Em concordância com Figueiredo, Fernandes e Conceição,

(...) em 1927, o período do Terceiro Sínodo, a arquidiocese de Diamantina envolveu - se, definitivamente, com o problema da terra e da miséria rural. A condição para se alcançar a paz social e a prosperidade econômica seria intervir no meio rural, proporcionando educação ao homem do campo, alimentação digna, modernas técnicas de cultivo e manejo, aliadas à multiplicação da palavra de Deus” (FIGUEIREDO, FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2010, p.30).

Conforme os autores, o Terceiro Sínodo através dos artigos 300 e 301 discutiu o tema êxodo rural. Eles sublinharam a necessidade de desencorajar o costume dos homens de abandonar o meio rural. Através disso, D. Joaquim inicia reflexões acerca do Ruralismo Pedagógico. Entretanto, a discussão da educação rural ganha maior força no episcopado de Dom José Newton.

A questão da educação rural enfrentada por Dom Joaquim Silvério de Souza resultou na construção em 1918 do “Ginásio Agrícola São Francisco”. Este ginásio foi criado com a perspectiva de aprimorar as formas de exploração agrícola na região. Além disso, o bispo construiu em 1920, um edifício em Conselheiro Mata, distrito de Diamantina, em que pretendia preparar os seminaristas para uma vida mais próxima da realidade rural do norte e nordeste de Minas Gerais.

Segundo Ribeiro, apesar da presença da religião católica nas escolas normais antes da década de 30, somente com o Decreto nº 19.941 de 30 de Abril de 1931, estabelecido por Getúlio Vargas, que foi reintroduzido o ensino religioso nas instituições escolares, porém de caráter facultativo e multiconfessional:

Art. 153 - O ensino religioso era de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

### **Dom José Newton de Almeida Batista e as práticas de Educação Rural**

No ano de 1933 D. Joaquim Silvério de Souza faleceu. Logo assume o bispado Dom. Serafim. No período em que Dom Serafim atua há a disseminação do ruralismo pedagógico, e na mesma medida, do anticomunismo católico.

Conforme Sá Motta (2002), o anticomunismo consolidou-se especialmente em decorrência da Intentona Comunista, de 1935. Ele disserta que o catolicismo, nacionalismo e liberalismo uniram-se na criação de representações anticomunistas no Brasil, contra o chamado “perigo vermelho”.

Em Diamantina, a imprensa católica reforça seu ataque ao comunismo, agora, aliando-o a outras doutrinas e religiões. Em resumo, passaram a partir de 1930, a realizar como tática uma “propaganda conjugada”.

**Figura 4: Maçons e comunistas: os inimigos do povo.**



Fonte: A Estrela Pollar, Diamantina, 24 de janeiro de 1937.

Ao dizer procura-se pessoas para “tratar leprosos, civilizar índios, alisar velhos”, ou seja, realizar atos a favor de determinados grupos sociais excluídos, realiza-se uma crítica de que apenas a Igreja pudesse fazer o melhor para a massa excluída. É dito que os maçons e comunistas não querem fazer ações a favor desses grupos, pois são inimigos do povo.

No contexto de disseminação do anticomunismo católico, foi desenvolvido o Ruralismo Pedagógico. Segundo Cavalcante, o ruralismo pedagógico caracterizou-se por empreender políticas socioeducacionais. Essas políticas se davam através de projetos e campanhas que objetivavam impedir o êxodo rural.

Além disso, procuravam enfatizar o ideário nacionalista, através de uma união entre Igreja e Estado para bloquear o avanço do comunismo e de outras doutrinas e religiões. Uma das políticas do Ruralismo Pedagógico foi a escola normal rural regulamentada pelo decreto n.9450 de 18 de fevereiro de 1930, política que foi efetivada através de D. José Newton.

A educação católica que era almejada pela Igreja diamantinense se há alguma tentativa em caracterizá-la, esta poderia ser feita pela seguinte forma: uma educação moral do homem, que reforme seus hábitos, corrige vícios e polir os costumes, além de ser baseada nos direitos do indivíduo para com Deus, com a família e com a Pátria.

Em 28 de outubro de 1953 D. Serafim renuncia ao cargo. Dom José Newton de Almeida Baptista é o novo bispo. Figueiredo *et al.* (2012), afirma que ao longo do

episcopado, Newton adotou quatro vertentes: construção religiosa, cristianização a família, vocações sacerdotais e apostolado leigo. De certo modo, através dessa consideração, percebe-se uma convergência entre os episcopos D. José Newton e D. Joaquim quanto o foco de suas ações, sobretudo no que se refere à educação baseada nos princípios católicos.

Além disso, como disposto no trecho abaixo, os dois bispos realizaram visitas pastorais, sobretudo a comunidades rurais, como é descrito no trecho abaixo:

Tendo regressado do Rio de Janeiro onde participou das reuniões das Comissões dos Bispos brasileiros, o Exmo Sr. Arcebispo Metropolitano D. José Newton de Almeida Batista iniciará amanhã mais uma etapa de visita pastoral. S.Ex.<sup>a</sup> visitará: São João da Chapada, Inhaí, Santa Rita da Sopa e Guinda (VOZ DE DIAMANTINA, 5 de outubro de 1958).

Similarmente à D. Joaquim, Dom José Newton insistia constantemente segundo Figueiredo, Fernandes e Conceição (2010), que o socialismo, nem o capitalismo sobreviveriam. Para ele apenas a doutrina social cristã reunia, simultaneamente, liberdade individual e justiça social. Contudo, há uma divergência entre estes bispos: a partir da análise dos jornais do período em que Newton atuou como bispo, percebe-se uma maior disseminação do anticomunismo.

(...) inteiramente inversos, porém, é o sentido dessa entrega total no comunismo e no cristianismo. Naquele, o sacrifício integral do indivíduo é exigido em benefício exclusivamente do próprio movimento ou Estado Comunista; neste, os sacrifícios exigidos têm por finalidade alcançar a perfeição da personalidade do próprio homem. O cristianismo reconhece, portanto, que a pessoa humana tem um valor inviolável; o comunismo subordina e sacrifica a pessoa humana aos interesses do Partido ou do Governo (VOZ DE DIAMANTINA, 1 de setembro de 1957).

Uma das principais ações de D. José Newton foi a criação da Escola Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza. A escola situada no Distrito de Conselheiro Mata, no município de Diamantina, Minas Gerais, foi criada no governo do liberal Milton Campos (1946-1951). Ela foi construída como uma forma de homenagem a Dom Joaquim, “amigo da terra e do povo rural que sonhou com melhores tempos para os homens e mulheres do campo” (FIGUEIREDO *et al.*, 2012).

Em conformidade com Pinto (2007), a secretaria de educação do Estado de Minas Gerais oferecia nessa escola cursos de aperfeiçoamento para a formação de professoras rurais, também formavam as chamadas normalistas. Esses cursos eram de regime de internato e duravam cerca de três anos. Após se formarem, as normalistas deveriam atuar no ensino de



peças da zona rural, a fim de evitar o êxodo rural. Elas deveriam disseminar nos alunos a vontade de continuarem sua vida no campo.

Infere-se que D. José Newton empreendeu uma educação rural procedimental, técnica, racional e “profissionalizante”, visto que construía um ideal de professor cujo foco era a liderança cultural, especialmente a religiosa. Quanto à dimensão cultural, ela dava-se por meio, entre outros, de matérias e atividades como aulas práticas de jardinagem, horticultura, cujo foco seria fazer com que os educandos aprendessem a melhor maneira de utilizar a terra e ver através de uma boa educação a possibilidade de melhoria de seu ambiente social — o campo.

A formação do professor era uma necessidade e uma urgência, pois parte da igreja católica da época identificava a escola pública com o comunismo. O esforço de formação de um contingente de professores católicos para a zona rural era no sentido de que os mesmos poderiam atuar como um antídoto contra o comunismo vinculado à disseminação de escolas públicas estaduais” (WERLE, 2012, p.37,38).

No que concerne às matérias estudadas pelas normalistas, Andrade (2007) diz que elas foram elencadas no artigo 26 da Lei nº 5162/1928. Havia as seguintes disciplinas: língua pátria, aritmética, geometria, história do Brasil, higiene, ciências naturais, desenho, costura e jardinagem, canto, exercícios físicos, horticultura e prática pedagógica, além de instrução moral e cívica.

Nesse contexto, vale salientar a instrução moral direcionada a essas jovens que nas palavras da psicóloga Helena Antipoff concretizaria: (...) por intermédio do sacerdote que prestará sua colaboração espiritual, seja através de educadores da mais alta qualidade religiosa (grifo nosso), competentes e compreensivos (1949: 5).

Todavia, Andrade (2006, p.26) observa que a preocupação com a formação regular do professor para o ensino rural aparece antes desse período em Minas Gerais: no ano de 1927 através da Reforma Francisco Campos com apoio de Mário Casasanta. Existiam naquele período outros cursos com uma constituição semelhante ao dessa escola normal rural. Um deles é o curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo, que de acordo com ele foi criado em 1949, no governo de Milton Campos.

Nesse sentido, na percepção de Neto (2016):

O educador Sud Menucci destacou em seus trabalhos sobre educação rural a urgência em atrair o professor para o meio rural. Assim, “(...) os professores precisariam ser afeiçoados a esse meio. Afeição essa que somente seria

possível se o professor compreendesse a vida que o trabalhador rural levava” (2016, p.41).

Torna-se possível dizer, a partir do trecho acima, que o professor deveria não somente saber sobre a vida do campo, mas também estar afeiçoado ao meio rural. Através dessa instituição voltada à formação dos normalistas, observa-se outra divergência entre o programa de educação dos bispos D.Joaquim e D.Newton: o anticomunismo tornou-se presente no âmbito das salas de aulas desta escola normal rural.

D. José Newton e a comunidade católica diamantinense objetivavam a promoção de um discurso anticomunista entre as normalistas a fim de impedir o avanço do comunismo. Essa consideração confirmou-se a partir da identificação de onze textos de jornais com conteúdo anticomunista na imprensa de Diamantina, nos arquivos da Biblioteca Antônio Torres e do Pão de Santo Antônio, além de três livros com conteúdos anticomunistas nos arquivos da Fazenda do Rosário em Ibirité, Minas Gerais.

Em vista disso, é que surgiu o trabalho *Comunista come criancinha: formação docente e anticomunismo em Minas Gerais nos meados do século XX*, apresentado no Sintegra 2018. A partir desse trabalho averiguou-se com maior expressividade o anticomunismo, sendo que ao longo da pesquisa se constatou um número considerável de jornais anticomunistas, com teor de propaganda conjugada, sobretudo os da década de 50.

D. Joaquim Silvério de Souza (...) nos idos anos 20 construiu o prédio para fins de repouso dos alunos do Seminário. Um segundo prédio foi edificado no final da década de 1950, conforme relata em entrevista (2004) o atual diretor da escola, o professor Muniz. Isso indica que as normalistas ocuparam, inicialmente, o antigo edifício da Igreja e, posteriormente, o “pavilhão novo” (PINTO, 2007, p.77).

Conforme, informa Padre Marques Aleluia, professor da E.N.R D.J.S, o “comunista era visto como aquele que comia criancinhas” (depoimento). Assim, pode-se imaginar certo temor dos dirigentes de escolas acerca da possível penetração de tal doutrina na comunidade escolar. Por esta razão, confirma-se a visão de Sá Motta (2002) de que o compromisso dos religiosos para com o anticomunismo não se restringiu ao espaço interno da igreja.

Ademais, faz-se referência aqui sobre o discurso em jornais, de textos de teor anticomunista escritos por D. José Newton A. Batista, a exemplo do seguinte intitulado Por um mundo melhor. Com efeito, percebe-se que ao mesmo tempo em que o bispo opunha-se ao ideário comunista, ia também contra o capitalismo, exprimindo que somente a religião católica poderia indicar “o sendeiro a seguir”.

Segundo Sá Motta (2002), “a filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã (...)”. Ainda de acordo com o historiador, nesse período intensificaram-se os esforços para aumentar a divulgação dos argumentos anticomunistas de base religiosa.

D. José Newton em sua luta anticomunista teve o empenho não somente dos periódicos católicos, mas também a colaboração da imprensa leiga, assim como de políticos, principalmente o ex-presidente Juscelino. No jornal a seguir Juscelino faz a seguinte afirmação:

(...) os comunistas podem apoiar-me ou desapoiar-me, sem que isso altere o mínimo que seja as minhas ideias e a maneira com que me conduzo na vida pública. Há muita coisa interessante neste mundo. Gente também de todos os modos e feitios; gente boa, gente feia, gente doída, gente bonita, gente esquisita. Há festas, foguetes, greves e comunistas espíritas. (Voz de Diamantina, 28 de agosto de 1955).

**Figura 5: Juscelino Kubitschek nenhum compromisso tem com os Comunistas.**



Fonte: Voz de Diamantina, 28 de agosto de 1955.

Nota-se no discurso do ex-presidente a “propaganda conjugada”, haja vista que ele associou o comunismo ao espiritismo. Com isso, fica clara tal a persistência, iniciada como já abordado na década de 1930, embora passadas mais de duas décadas. Retomando as ações para a educação rural de Diamantina e região, ao contrário de D. Joaquim, durante seu bispado Newton realizou as Semanas Ruralistas, eventos anuais de caráter pedagógico e festivo, com forte apelo público.

Durante essas semanas, a juventude escolar era mobilizada para a realização de diversas atividades pedagógicas ligadas às maneiras racionais de produção agrícola. Com a

união de ministérios, o bispo conseguiu-se o apoio de técnicos federais, estaduais e municipais e, posteriormente, o apoio de sacerdotes da Igreja Católica, que recebiam treinamentos por intermédio das Semanas Ruralistas para o Clero.

Figueiredo *et al.* (2010), dissertam que o objetivo principal da I Semana Ruralista era compreender e solucionar as problemáticas agrícolas e sociais da Arquidiocese de Diamantina. A primeira semana ruralista ocorreu na Escola Normal Dom Joaquim Silvério de Souza, em Conselheiro Mata, essa semana foi motivo de vários eventos, pois “mostrava à sociedade da época qual o verdadeiro objetivo dos educandários, criados por D. Helena Antipoff”.

Através desses eventos, Dom José Newton iniciou a organização do Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência – para atuar na Educação e Saúde; Alimentação e Agricultura; Imigração e colonização, voltada ao homem campo. Além disso, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a partir destes eventos criou em 1956 o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) para reunir todos os serviços nacionais de doenças endêmicas em um departamento único.

No texto abaixo é relatada uma doação de medicamentos recebida pela Campanha de Educação Rural voltada a moradores da zona rural, além da criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais com a finalidade de combater doenças como a doença de chagas, febre amarela, dentre outras.

Despachos recentes do Rio informam que a Campanha de Educação Rural (CER) recebeu, por doação, grande quantidade de medicamentos para serem distribuídos às nossas populações rurais, através das 30 missões rurais de Educação que atualmente funcionam em todo país. Outra boa notícia no mesmo assunto é a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais, no ministério da saúde. O novo órgão terá a finalidade de organizar e executar serviços de investigação, promover o combate a malária, doença de chagas, peste, brucelose, febre amarela, esquistossomose, ancilostomose, filariose, bócio endêmico, tracoma e outras endemias, exceto àquelas para as quais já existam serviços federais específicos (A ESTRELA POLLAR, 18 de março de 1956).

Conforme expressado por SANTOS (2012), a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) de 1952 definiu-se como uma das maiores políticas afirmativas da educação rural. Ela teve como objetivo levar “às comunidades rurais conhecimentos técnicos e teóricos indispensáveis a uma vida compatível e digna de todos (...)”. No que diz respeito às missões rurais, AMMANN (1987, p. 53) argumenta que elas atuavam em projetos rurais de melhoria local e sempre vinculados à educação rural.

Através delas havia a concepção de que a educação seria a solução mais viável para a marginalidade social, bem como para o “atraso cultural” dos povos rurais. Contudo, segundo o autor, esta campanha “não pôde evitar o êxodo rural em meados do século XX”. Mediante SOUZA (2013), tanto a CNER, quanto às missões rurais se basearam no modelo mexicano, estudado na década de 50 pelo educador brasileiro Manoel Bergstrom Lourenço Filho.

Segundo Barreiro (2006) apud Souza (2013), o objetivo “maior” delas seria “tornar o homem do campo um cidadão, elevando os seus padrões culturais”. A II Semana Ruralista se deu entre 4 a 11 de julho de 1956. Ela foi promovida pela Arquidiocese de Diamantina e pelo serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, com a colaboração de diversos órgãos federais, estaduais e municipais. No dia 08 de julho de 1956 houve um Grande Desfile Agrário e Histórico-Regional em homenagem ao presidente da república Juscelino Kubitschek.

Posteriormente a isso, D. José Newton foi transferido para Brasília, como primeiro Arcebispo e por essa razão não ocorreu a III Semana Ruralista. Entretanto, similarmente a ele D. Geraldo Proença Sigaud persistiu em busca de meios adequados e eficazes para a superação da fome, da carência de trabalho, da ausência de políticas públicas capazes de sustentar a população da zona rural. Devido à expressividade de atuação de D. José Newton, em ações de Educação Rural em 1959 é criada a Escola Média de Agricultura D. José Newton:

O Deputado Saulo Diniz apresentou o seguinte projeto da Assembleia:

Art.1) Fica criada uma a escola média de Agricultura na cidade de Diamantina neste Estado.

§ -Será denominada à Escola Média de Agricultura Dom José Newton como homenagem ao Exmo, Sr Arcebispo D.José Newton de Almeida Batista.

Art. 2) A escola Média de Agricultura Dom José Newton reger-se- à pelas leis federais estaduais que regulam a matéria.

Art.3) - Caberá a Secretaria de Educação do Estado através de órgãos especializados, a execução da presente, lei, ficando também os mesmos órgãos estaduais responsáveis pelos estudos técnicos que se fizerem necessários à concretização do atual empreendimento.

Art.4) -Os executores desta lei terão o prazo de 150 dias para a apresentação do resultado dos estudos e providências no artigo anterior.

Art. 5) - A presente lei entrará em vigor na data de publicação, revogando se as disposições em contrário (VOZ DE DIAMANTINA,27 de dezembro de 1959).

### **Considerações finais**

Esta pesquisa buscou de modo geral, analisar o programa de escola e educação rural para Diamantina e região de Minas Gerais, na primeira metade do século XX, editado pelos

bispos Dom Joaquim Silvério de Sousa e Dom José Newton. Os jornais das imprensas locais católicos da época consistiam em mídias disseminadoras dos discursos morais desses episcopos e, sobretudo, um veículo de combate à doutrinas contrárias à Igreja.

Ressalta-se também a tentativa do trabalho em demonstrar discursos semelhantes ao empregado por Dom Joaquim, a exemplo dos jornais católicos belo-horizontinos Horizonte e O Diário. Nota-se que o Synodo foi o primeiro trabalho de D. Joaquim direcionado à educação rural. O Synodo teve como base a discussão a respeito da pobreza e o êxodo rural.

Com o Synodo também ganhou força a oposição da igreja frente às outras doutrinas/religiões/ideologias. Nesse sentido, ao tomar os jornais como documento de comprovação dessas ideias, observou-se nos jornais da Estrela Pollar durante o período em que d. Joaquim foi bispo o intenso combate moral, principalmente quanto ao ateísmo.

Ficou clara a expressividade dada pelo bispo à questão sacerdotal e de doutrinação. Isso se manifestou a partir da criação da Associação São José, do curso de humanidades, além de cursos de catequese. Sublinha-se a participação de D. Joaquim em congressos católicos que abordavam questões como educação, imprensa, e um tema corrente na educação rural: a organização operária e agrícola.

Além disso, existiam instituições voltadas aos mais pobres, como o Reconhecimento dos pobres e a União Operária Beneficente. O bispo fazia visitas pastorais a inúmeras comunidades, sobretudo nas comunidades rurais disseminando os princípios morais católicos. Em síntese, pode-se afirmar que em todos os ambientes, discursos e contextos sociais diamantinenses o bispo D. Joaquim Silvério realizava a propagação da doutrina católica, além de ir contra outras doutrinas/religiões.

A questão da educação rural enfrentada por Dom Joaquim Silvério de Souza resultou na construção em 1918 do “Ginásio Agrícola São Francisco”. O Terceiro Sínodo realizado por este bispo deu início a reflexões sobre a questão da terra e miséria rural. Nessa mesma conjuntura, discutiu-se sobre a educação rural: argumentava-se que através de uma alimentação digna e modernas técnicas de cultivo e manejo poderia ser evitado o êxodo rural, além de levar a multiplicação da palavra de Deus.

Ao longo do seu episcopado Dom José Newton Batista adotou quatro vertentes: construção religiosa, cristianização da família, vocações sacerdotais e apostolado leigo. Assim apresenta-se convergência entre ele e D. Joaquim quanto essas ações. Similarmente a Dom Joaquim, Newton realizou visitas pastorais a comunidades diamantinenses.

Porém, ao analisar os jornais confirmou-se que enquanto D. Joaquim se opôs ao ateísmo, Newton procurou disseminar o anticomunismo. Em vista do crescimento da onda

anticomunista é que surgiu o trabalho “*Comunista come criancinha*”: *formação docente e anticomunismo em Minas Gerais nos meados do século XX*.

D. José Newton criou uma escola rural, mais procedimental, técnica, racional e “profissionalizante”, a Escola Normal Dom Joaquim Silvério de Souza. Ao contrário de D. Joaquim, buscou formar professores para o meio rural, e ao mesmo tempo evitar o êxodo rural e impedir o avanço do comunismo a partir de jornais apresentados as normalistas, além de livros.

Durante seu bispado, Dom José Newton realizou as Semanas Ruralistas, evento que visava compreender e solucionar as problemáticas agrícolas e sociais da Arquidiocese de Diamantina. A partir deste evento, ele iniciou a organização do Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência – para atuar na Educação e Saúde; Alimentação e Agricultura; Imigração e colonização, voltada ao homem campo. Devido à expressividade de atuação na educação rural é criada a Escola Média de Agricultura Dom José Newton, uma homenagem a Newton.

É necessário, para alcançarmos maiores considerações, sobretudo acerca das materialidades constituídas, realizar um maior levantamento e análise em outros jornais, bem como de fontes manuscritas dos bispos: discursos, relatos de eventos, cartas, programas, outros. Além disso, é imprescindível aprofundar a investigação sobre o anticomunismo direcionado as normalistas da Escola Normal Rural D. Joaquim Silvério de Souza, como também avançar na investigação sobre as Semanas Ruralistas.

Certamente, a investigação histórica da educação rural em Diamantina e região em interface com a ação da Igreja Católica é uma relevante ferramenta teórica para a compreensão deste fenômeno obscuro e malcuidado, embora de suprema importância para a soberania e a cidadania no país, que são as escolas rurais. E ainda, é uma maneira de cooperar na edificação de um pensamento histórico sobre a educação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

## **Referências**

*A Estrela Pollar*, 24 de janeiro de 1937; 18 de março de 1956.

ANDRADE, T.. *O quê os diários revelam – práticas de formação de professoras para a escola rural, Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo – Ibirité, Minas Gerais, 1956-1959*. Belo Horizonte, 2006. 148p.

BARREIRO, I. Helena Antipoff -*A educadora ruralista: a construção de um acervo pessoal e sua relevância para a educação na atualidade*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007.

- BARROS, J. D.'A.. *História comparada*. Editora Vozes Limitada, 2014.
- BLOCH, M. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Zahar, 2002.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CARDOSO C. F. & VAINFAS R. (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Pe. Celso de. *Biografia de Dom Joaquim Silvério de Souza e trovas*. Diamantina: Arquidiocese de Diamantina/Gráfica Urgente, 2007.
- CAVALCANTE, L.. *Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 549-564, jul./set. 2010.
- COSTA, Dom José Pedro. *Vanguardeiro. Homenagem a Dom Joaquim Silvério de Souza no 60ª aniversário de sua morte a 30 de agosto de 1933*. Diamantina: s. ed., 1993.
- FERNANDES, A. C. *O turíbulo e a chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917)*. Dissertação (mestrado) – UFMG, FAFICH, 2005.
- FIGUEIREDO, A (org); Fernandes, A. Conceição, W.A terra, o pão, a justiça social: a importante participação das igrejas nas políticas públicas do Brasil. Belo Horizonte: Fumarc, 2010.184p.
- FIGUEIREDO, A. de P.; FERNANDES, A. C.; CONCEIÇÃO, W. J. da (orgs.). *A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da Igreja nas políticas públicas no Brasil*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.
- FINAL, Declaração. SOMOS, QUEM. *II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo*. Goiania, 2004.
- FONSECA. T. N. de L. (Org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- JINZENJI, M. Y.; da LUZ I. R.; CAMPOS, R. H. de F. *Escrita e leitura de diários na formação de professoras para escolas rurais em Minas Gerais (1948-1974)*, Educ. Pesqui, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 863-878, 2017.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC Rio, 2006.
- LE GOFF, J. *História e memória*. – 5ª ed. – Campinas SP: Ed. da UNICAMP, 2003.



MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas, 2010.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação: *Resolução SEE Nº 2820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015. Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais*.

NETO, Luiz Bezerra. *Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016, 192 p.

OLIVEIRA, R.B. *O conservadorismo católico na imprensa de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930: os jornais O Horizonte e Diário (1923-1937)*. Dissertação (Dissertação em História) – UFSJ. São João del-Rei, 2010.

*Pão de Santo Antonio*, 06 de janeiro de 1909; 08 março 1911; 11 de abril de 1910.

PEREIRA, R. C., PUREZA, A. M. S., & HAGE, S. A. M. *Educação do Campo e políticas públicas no município de Abaetetuba-Pará*, Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis, v. 2 n. 1 p. 364-388, 2017.

PINTO, H. M. *Entre a casa e a rua: uma história da mocidade de Diamantina-MG no final do século XIX*. 2015. 418f. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 15/12/2018.

PINTO, H. M. *A Escola Normal Regional Dom Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970*. 2007. Dissertação (mestrado em educação) – PUC MINAS, Belo Horizonte.

RIBEIRO, B. SILVA, L., & NETO, A. *Educação Rural em Minas Gerais: Gênese das Escolas Municipais Ituiutaba (anos 1940)*, Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.46, p. 74-93, 2012.

SÁ MOTTA, R. P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2002. Perspectiva.

SANTOS, C. *Escolas municipais rurais de Pato de Minas – MG (1941-1998): Da expansão à nucleação*. Dissertação (Dissertação em Educação). Uniube. 2012.

SILVA, K. V; Maciel H. S. *Discurso*. In: Dicionário de conceitos históricos. – 2. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Rosa. *A “Educação Rural no México” como referência para o Brasil*, Revista Educação em Questão, Natal, v. 45, n. 31, p. 61-81, 2013.

*Voz de Diamantina*, 28 de agosto de 1955; 1 de setembro de 1957; 5 de outubro de 1958.

## Entre representações sociais e trocas: a feira livre municipal de Capelinha/MG<sup>27</sup>

Keyla Karla Fernandes Ferreira

Maria Claudia Magnani Orlandi

Josélia Barroso Queiroz Lima

**Resumo:** As feiras livres possuem alta representatividade no Vale do Jequitinhonha, pois elas estão presentes em todos os municípios da região. Assim, além de terem sido fomentadas em prol da subsistência dos sujeitos do campo, e do fortalecimento da agricultura familiar, acabam por aquecer o mercado interno dos municípios, e se colocam como pontos de encontro, de relações, de vendas, de trocas e de resistência. Constituem-se, portanto, como um espaço vivo e dinâmico. A fim de possibilitar nossas investigações, o recorte da pesquisa se dará na feira livre municipal da cidade de Capelinha, localizada na microrregião do alto Jequitinhonha, por ser uma das maiores feiras da região. Sendo assim, o trabalho busca compreender o significado que a feira tem para os seus respectivos sujeitos, sejam eles vendedores, fregueses e demais. Portanto, a presente pesquisa será interdisciplinar, qualitativa, dialogando com bases e premissas de estudos antropológicos, históricos e psicossociais.

**Palavras-chave:** Feiras-livres; Vale do Jequitinhonha; Representações Sociais; Trocas.

### Introdução

O Vale do Jequitinhonha, localizado na porção nordeste de Minas Gerais, é uma região com características predominantemente rurais, com maior produção no setor primário, e geralmente conhecida pelos seus baixos indicadores socioeconômicos. Devido ao seu baixo índice de desenvolvimento regional, cujas médias estavam muito abaixo em relação ao estado e ao país, disseminou-se a ideia de região rural estagnada, uma espécie de estigma baseado no “paroxismo da pobreza” (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Muito embora a região enfrente grandes desafios sociais e econômicos, chama-nos a atenção Ribeiro *et al.* (2007) para o fato de que a ideia de “sofrido Vale” há tempos ganha simpatizantes no senso comum no sentido de sensibilizar as pessoas emocionalmente, e faz sucesso entre o público geral, sobretudo, entre os políticos que, a fim de solucionarem o

---

<sup>27</sup> Artigo apresentado no I Encontro de Estudos Rurais do Mestrado em Estudos Rurais/ UFVJM, realizado de 27 a 30 de Novembro de 2018, na UFVJM. Pesquisa concluída em 2019, com o título: Vida Talhada com as Mãos: as representações sociais de feirantes da feira livre de Capelinha/MG. A frase ‘ Vida Talhada com as Mãos’ da musica: Jequitinhonha, de Paulinho Pedra Azul, traduz a força e a significação daqueles que constroem a cultura do Jequitinhonha, colocando em xeque a lógica que os reduz a condição de pobreza. Na investigação qualitativa, com base em levantamento documental, na imersão no cotidiano da feira e do dia a dia, ouvimos e acompanhamos 5 feirantes, remontando histórias, memórias, e significações sobre a feira.

problema econômico, fomentaram grandes empreendimentos, advindos de fora da região, financiados a partir do dinheiro público emprestado a taxas de juros baixíssimas.

Além do estigma, Servilha (2015) atenta-nos ao fato de que o Vale do Jequitinhonha, enquanto região geográfica, simultaneamente ao Nordeste brasileiro, foi instituído a partir da criação de um órgão estatal. Sendo assim, em 1964 foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Codevale, passando a funcionar efetivamente em plena Ditadura Militar.

O discurso de miséria, legitimado pela tal comissão, foi usado intencionalmente para produzir a região. Assim, emergiu o Vale do Jequitinhonha enquanto uma região “inventada”, uma vez que estava “esquecida” do restante do estado desde a decadência da mineração, e que, segundo Servilha, fora pensada de forma a atender a necessidade de modernização pela qual Minas Gerais e o Brasil passavam, isto é, na segunda metade do século XX, corroborando então com a lógica capitalista de divisão territorial do trabalho.

Nesse sentido, o projeto redentor do Jequitinhonha contou com investimentos que visaram à exploração de um dos maiores potenciais da região: os recursos naturais – terras, água, granito, fauna e flora. Em outras palavras, significou um modelo privatizador dos recursos e do território, e que gerou poucos empregos, diferentemente do que se havia “prometido” (RIBEIRO *et al.*, 2007).

Assim, alguns anos após a implementação dos grandes empreendimentos na região, com a substituição da força de trabalho pelas máquinas, cada vez mais acentuada, a população, que em sua maioria é rural, viu-se encurralada devido ao aprofundamento da pauperização regional. Tal situação desencadeou várias consequências, dentre elas o movimento migratório do Vale do Jequitinhonha nas últimas décadas do século passado e que ainda persiste.

Dessa forma, algumas medidas foram tomadas a fim de auxiliarem os produtores rurais a enfrentar tais adversidades. Uma delas são as feiras livres municipais que, de acordo com Ribeiro *et al.* (2007), foram um dos primeiros alvos de incentivo e apoio público de desenvolvimento econômico na região, desde meados dos anos 1980, dadas as dificuldades que os lavradores tiveram em ocupar mercados distantes, o que tornava tal atividade extremamente onerosa.

A respeito das feiras livres do Vale do Jequitinhonha, Eduardo Ribeiro *et al.* (2013) desenvolveram um projeto de pesquisa e extensão importante sobre as mesmas, nas microrregiões do Alto e Médio Jequitinhonha, os quais afirmam ser a feira livre uma das

instituições mais consolidadas de Minas Gerais, sobretudo nas regiões nordeste, norte e noroeste do estado.

Segundo os autores, as feiras no Vale do Jequitinhonha estão presentes em todos os municípios da região, e ao invés de se retraírem, as mesmas têm se expandido cada vez mais, se constituindo, então, como espaços estratégicos para programas de desenvolvimento rural, uma vez que geram rendas e dinamizam os municípios em que a economia rural é diversificada, mas pouco integrada, além de serem espaços de socialização e de realimentação dos costumes e da manifestação da cultura.

Assim, as feiras, além de terem sido alvo de fomentos em prol da subsistência e manutenção dos sujeitos do campo, e do fortalecimento da agricultura familiar, aquecem o mercado interno dos municípios, e se colocam como pontos de encontro, de relações, de vendas, de trocas e de circulação. Constituem-se, portanto, como um espaço vivo, dinâmico, e estratégico, mas que recebem atenção pouco significativa em relação à movimentação econômica que promovem (RIBEIRO *et al.*, 2013).

Dessa forma, pensando em toda a diversidade e complexidade que compõem o Vale do Jequitinhonha, sobretudo de sua riqueza cultural e da questão do desenvolvimento regional, uma vez que a região possui uma alta expressividade rural, as feiras livres saltaram aos olhos enquanto objeto de estudo por alguns motivos, dentre os quais: i) pela sua representatividade, pois estão presentes em todos os municípios da região; ii) por serem um ponto de convergência entre cultura e economia; iii) por explicitarem a relação conflituosa entre modernidade e atraso.

Sendo assim, a pesquisa proposta busca a compreensão da relação dialética entre cultura e economia (na medida em que se determinam e são determinadas uma pela outra concomitantemente) dentro das feiras livres, nos dias atuais, visto que tem ocorrido um aprofundamento cada vez maior das crises oriundas do sistema capitalista. Constituem-se como pontos basilares as questões: Sendo uma instituição tão antiga, que expressividade as feiras livres do Vale do Jequitinhonha possuem atualmente, em tempos de mercados modernos<sup>28</sup> privilegiados em detrimento de espaços públicos tradicionais? Por que, constituindo uma atividade milenar, elas persistem ainda hoje? Como elas são representadas no imaginário coletivo local? Como têm sobrevivido?

---

<sup>28</sup> Aqui, nos referimos aos supermercados, como ambientes de compra e exposição de mercadorias *in natura* e industrializados. No modelo que associa compra, lazer e conforto, rompendo com o ambiente das feiras livres. No decorrer do texto, discutiremos ainda a ideia do mercado, como espaço produção de oferta e demanda, bem como produtor de ‘necessidades’, na lógica capitalista neoliberal.

A fim de possibilitar nossas compreensões, o recorte de investigação se dará na feira livre municipal da cidade de Capelinha, localizada na microrregião do alto Jequitinhonha, por ser uma das maiores feiras da região e por estar num espaço significativamente alterado pela monocultura de eucalipto – um dos principais empreendimentos fomentados pela política desenvolvimentista no Vale – bem como pela significativa produção de café. Nesse sentido, qual é a representatividade local da feira livre municipal de Capelinha atualmente?

Por conseguinte, enquanto hipótese que fundamenta essa pesquisa, acredita-se que é a cultura, neste caso expressa pelas representações sociais e pelas trocas simbólicas e materiais, a grande responsável pela sobrevivência da feira estudada enquanto espaço público tradicional em franco processo de modernização.

Portanto, iniciaremos as discussões do trabalho com um aprofundamento do referencial teórico e uma pesquisa histórica sobre as feiras. Assim, terão bastante relevância às contribuições de Fernand Braudel em “O jogo das trocas”, uma das obras mais importantes na historiografia sobre as relações socioeconômicas estabelecidas nas feiras e nos mercados ao longo do tempo. Tal estudo servirá como base para dialogarmos com textos que retomem pressupostos e condições possíveis ao surgimento do sistema capitalista que muito tem a dizer sobre a origem de nossas feiras. Retomaremos, dessa forma, à história e histórias das feiras.

Outrossim, entendendo que as feiras, em seu sentido mais elementar, são espaços econômicos de trocas, nos remeteremos às pesquisas de Marcel Mauss em “Ensaio sobre a dádiva”, como pressupostos de que tais espaços comerciais são constituídos de trocas materiais, mas, sobretudo, simbólicas. Assim, nossas compreensões se convergirão no sentido de como a sociedade é constituída por meio da razão de troca.

Nesse sentido, nossas elaborações se conformarão cada vez mais através dos simbolismos que envolvem o espaço em questão, uma vez que entendemos que o mesmo adquire sua dimensão concreta da realidade a partir do imaginário dos sujeitos que dele fazem parte. Assim, o estudo das Representações Sociais nos permitirá compreender como esse espaço público tradicional é significado pelos seus personagens, uma vez que as mesmas se constituem enquanto sistemas de referência para interpretação e comunicação das práticas sociais.

Posto isso, uma vez que iniciamos o presente trabalho partindo da caracterização clássica positivista do Vale do Jequitinhonha, construída exclusivamente a partir de visões materialistas e economicistas, temos por pretensão exclusiva problematizá-la, para então ressignificá-la.

Compreendemos, nesse sentido, que as representações sociais sobre a respectiva região foram construídas através de sistemas de pensamentos mais amplos, ideológicos, a partir do discurso de miséria, veiculadas, sobretudo, por meio de imagens e mensagens midiáticas, cristalizadas nas condutas dos seus respectivos sujeitos.

Assim, nos dedicaremos a ultrapassar os limites que as estatísticas e os números geralmente impõem, sobretudo por entendermos que o Vale do Jequitinhonha é complexo, mas profundamente diverso. Portanto, entendemos que em meio a tudo isso, existem riquezas contidas na população, na região, e no “entre”<sup>29</sup> que necessitam ser pesquisadas para que seus valores culturais e simbólicos sejam revelados.

### **Feiras: temporalidades, trocas e representações sociais**

O historiador Fernand Braudel, na trilogia “*Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*”, traz contribuições significativas em seu segundo volume “*Os Jogos das Trocas*”, ao se lançar sobre o desafio de observar, descrever, analisar e explicar aquilo que ele mesmo chamou de uma espécie de história econômica geral, e que nos expõe a oposição entre uma economia de troca rotineira, elementar, e uma economia bastante sofisticada, o capitalismo.

Para tanto, a obra articula-se numa interface entre a história e outras ciências humanas, em que são postas dialogicamente as vidas social, política e econômica, de forma que estas, ao longo do tempo, são o que conferem sentido à narrativa, e se concretizam por meio de mentalidades e agentes de formas distintas no espaço e no tempo. Assim, o autor demonstra como essa história econômica é fragmentada.

Nesse sentido, Braudel elucida que entre aquilo que ele chama de vida material, ou seja, no sentido mais elementar de economia, baseado no simples escambo, e vida econômica, em suas facetas mais elaboradas e contraditórias, isto é, ao mais sofisticado capitalismo, existem vários elementos que compõem um mesmo plano:

(...) a superfície de contato, que não é contínua, materializa-se em milhares de pontos modestos: feiras, bancas, lojas... esses pontos, são todos eles rupturas: de um lado, a vida econômica com suas trocas, suas moedas, seus pontos nodais e seus meios superiores, praças comerciais, bolsas ou grandes feiras; do outro, a “vida material”, a não-economia, sob o signo obcecante da auto-suficiência. A economia começa no limiar do *valor de troca* (BRAUDEL, 1996, p.3).

---

<sup>29</sup> Segundo Sandra Jovchelovitch (2008), os estudos psicossociais não estão contidos nem no indivíduo nem na sociedade, mas na zona enigmática que configura as relações entre os dois.

Dessa forma, existe uma hierarquia mercantil que compõe a vida econômica se contrapondo à vida material, ambas dispostas nessa história da economia que não é, em hipótese alguma, linear, mas que se origina a partir da troca elementar e se transforma em trocas muito mais elaboradas, complexas.

Braudel prioriza em sua análise a Europa, fazendo um recorte temporal dos séculos XV ao XVIII. Assim, o autor percebeu que o continente, mesmo antes do século XV, já havia eliminado as formas mais arcaicas de trocas, uma vez que encontrou evidências de que os preços flutuavam tal como hoje conhecemos, sendo a Inglaterra a primeira a apresentar evidências precoces nesse sentido – datam do século XII.

Portanto, já havia mercados modernos, constituindo uma rede de sistemas comerciais, os quais conectavam mercados a mercados, cidade a cidades. Dessa forma, as cidades já haviam absorvido tudo, sendo as feiras contidas praticamente nos burgos ou nas cidades, salvas raríssimas exceções localizadas em aldeias. Assim, concebe o autor, a feira como uma engrenagem da cidade, no respectivo período de análise.

As feiras urbanas, cuja periodicidade variava entre uma ou duas vezes na semana, inicialmente eram predominantemente abastecidas por produtos agrícolas, dependentes diretamente do tempo de produção do campo. Embora representassem a mais volumosa dos tipos de trocas conhecidos, e isso fez com que fossem permanentemente vigiadas, tal fiscalização e repreensão não foram capazes de impedir sua expansão, tampouco de se situarem no centro da vida urbana.

Juntamente com as cidades, as feiras cresceram e se multiplicaram, representando a franca modernização. Por não serem mais capazes de se comportarem, em termos de proporções, dentro dos muros das cidades, foram realocadas para fora destas, para novamente serem “engolidas” pelo crescimento urbano.

Mas com a expansão e proliferação das feiras, aumentaram-se as trocas, e as cidades tiveram de construir mercados (*halles*<sup>30</sup>), isto é, feiras cobertas, rodeadas pelas feiras livres, porém diferenciadas: agora são permanentes e especializadas. Dessa especialização, surgiram diferentes mercados, de acordo com suas respectivas mercadorias.

Porém, os *halles* continuaram a se especializarem e se expandirem, e à medida que fizeram esse movimento, mudaram sua forma de organização, que se tornou mais complexa,

---

<sup>30</sup> A palavra *halle* pode, portanto, ter mais de um significado, do simples mercado coberto até o edifício e a organização complexa dos *halles* que muito cedo constituíram o primeiro “ventre de Paris” (BRAUDEL, 1996, p.20).

despertando a concorrência, e em virtude desta se instaurou a crise econômica, sobrevindo uma vasta recessão, perdurando de 1350 a 1450, e que levou os mesmos a se deteriorarem.

No entanto, a partir do fim do século XVI, os *halles* começam a ser reconstruídos, adquirindo novas roupagens, novos arranjos internos, novas organizações, sendo transformados num espaço conjunto, logo mais complexo devido ao seu novo arranjo espacial, corroborando uma nova tendência mercantil: novos edifícios, os grandes *halles*.

Esses novos *halles*, com suas respectivas mercadorias, se proliferaram, ficando cada vez mais próximos uns dos outros e apresentando condições sanitárias ainda mais precárias. Estes tinham como finalidade abastecer grandes cidades. Assim, a expansão dos mercados estava condicionada ao crescimento das cidades, as quais precisavam mobilizar e organizar toda uma região ao seu redor para garantir seu abastecimento:

Daí uma série de medidas que dever ser continuamente tomadas e modificadas. Trate-se, no essencial, de salvaguardar a zona de abastecimento direto da cidade, de permitir o exercício da atividade dos produtores, revendedores e transportadores, todos atores modestos, que não param de abastecer os mercados da grande cidade (BRAUDEL, 1996, p. 24).

Portanto, para assegurar que as cidades fossem continuamente abastecidas, uma série de medidas foram tomadas de forma a organizar o espaço geográfico, medidas essas que incluíam investimentos em infraestrutura, transporte, de forma que as mercadorias circulassem, integrando até mesmo áreas produtivas distantes, e garantindo a importação dessas mercadorias.

À medida que o mercado tradicional se organiza e se especializa, é inevitável sua ruptura. Em outras palavras, o mercado público, transparente, de relação direta entre produtor e consumidor, se fragmenta, dando abertura para a ascensão de novos personagens que passam a intermediar tal relação criando outras relações compostas numa cadeia que aumentará cada vez mais a distância entre os dois primeiros sujeitos, assim, se estabelecendo um jogo em que a tradição se liquefaz.

Nesse sentido, tem-se um sistema instalado, o qual se fragmenta cada vez mais. Essas rupturas, expressas pelas inovações, crescimentos e especializações, em que se quebra um ciclo antigo, se estabelecem em contra faces, isto é, atividades paralelas, cada vez maiores e autônomas. Assim, paralelamente ao mercado público se estabelece o mercado privado, e às grandes feiras, se multiplicam as lojas, armazéns, enfim, todo comércio de entreposto, articuladas a uma nova configuração do mercador ambulante, muito mais revolucionária.



Mas voltemos à troca. O historiador, ao propor que além da economia ser composta, basicamente, pelas duas grandes zonas: produção e consumo – em que numa tudo começa e recomeça, e na outra tudo acaba e se destrói –, chama a atenção para uma interface, ou seja, uma terceira zona localizada entre as duas, isto é, a troca.

Braudel parte da premissa que a troca, ou seja, essa economia de mercado, nada mais é que a circulação – retomando a concepção de Marx – e expõe que esse universo das trocas tende a um equilíbrio rotineiro, pois só sai dele para a ele retornar. No entanto, o autor segue demonstrando como a expressão economia de mercado adquiriu uma outra conotação, muito mais ampla, que ultrapassa todos os limites da simples circulação e troca, tal como a conhecemos hoje.

Mas a circulação é agitação e movimento, e o pesquisador concebe as feiras como um exemplo pertinente disso. Seus ruídos são oriundos de diferentes práticas, e acabam por se conformar numa grande atração do cotidiano. Braudel segue seu raciocínio fazendo um questionamento fundamental: “E, se a gênese do capitalismo está estritamente ligada à troca, pode-se desprezá-la? Enfim, a produção é a divisão do trabalho e, portanto, obrigatoriamente, a condenação dos homens à troca” (1996, p.12).

Nesse sentido, se o sistema capitalista tem suas origens na troca, e a troca, enquanto movimento e circulação, possui sua expressão exata nas feiras, subentende-se que existe uma relação muito mais próxima entre as feiras e o capitalismo do que se supõe.

Assim, a importância da troca está, dentre várias razões, contida na produção de excedentes, consequência da divisão do trabalho, presente nas relações sociais desde tempos remotos à emergente sociedade capitalista. Tal produção permitiu que as feiras se configurassem como um espaço essencialmente de intercâmbios. No entanto, à medida que as feiras e os mercados possibilitaram um certo volume de trocas que, segundo o historiador, se deu através de suas repetições exaustivas, tais espaços foram adquirindo outras funções, conseqüentemente as transações econômicas passaram a ter novas características, apresentando-se irresistivelmente como ótimas oportunidades de negócios. Tal mudança foi revolucionária, pois além de econômica, se cristalizou no comportamento social:

(...) é a avidez dos monopolizadores de que esta capital [Londres] fervilha. Recentemente, puseram-se em condições de se antecipar às feiras, correndo pelas avenidas ao encontro do camponês e arrebatando-lhe os carregamentos dos diferentes víveres que trazem para vender pelo preço que acham melhor... “Perniciosa corja”, diz ainda nossa testemunha. Mas é uma corja existente por toda a parte (BRAUDEL, 1996, p. 34).

No excerto acima, que diz respeito a uma correspondência diplomática, o autor demonstra como tal prática de negócios, motivada pela ganância dos mercadores em vistas da subserviência camponesa, estava se tornando cada vez mais corriqueira nas cidades europeias. Assim, percebemos como a economia influencia diretamente toda uma concepção social. No entanto, o que de fato sustentou a multiplicação das trocas nos espaços comerciais elementares? Ora, acreditamos que as próximas subseções nos forneçam elementos relevantes para refletirmos essa questão.

Bom, num sentido mais amplo, Braudel também discorre a respeito da sobrevivência das feiras ao longo do tempo. E embora reconheça a importância de uma história dos mercados, o autor coloca sob suspeita a iniciativa de Karl Polanyi, dada a dificuldade de reunir materiais coesos e coerentes, de “englobar numa mesma explicação os pseudomercados da Babilônia antiga, os circuitos de troca dos primitivos das ilhas Trobriand de hoje e os mercados da Europa medieval e pré-industrial” (1996, p. 12).

Fato é que tais estudiosos estão em concordância quanto à sobrevivência desses respectivos espaços comerciais. Assim, o historiador arrisca explicar que se a feira tem permanecido ao longo dos séculos, é devido à sua simplicidade, configurada no frescor dos seus gêneros alimentícios e sustentada pela agricultura camponesa, como também por possibilitar a troca em sua forma mais transparente, sem a presença, até então, de intermediários atravessadores.

Nesse sentido, Braudel nos oferece elementos articulados que alimentam a manutenção temporal das feiras, a partir da sua função basilar, a saber: o tipo de troca arcaica, isto é, imediata, sem mediadores, praticada em civilizações tão antigas.

Além de frisar a característica primordial da feira, que é ser um espaço econômico, isto é, de trocas, o autor também a define, de modo igualmente importante, como um fenômeno social, pois “... a feira e o mercado se situam no centro de uma vida de relações” (1996, p.16).

Portanto, também partimos dessa concepção fundamental a respeito da função social das feiras para nela nos debruçarmos, a fim de compreendermos seus significados no recorte espaço-temporal que nos propomos a fazer.

Nossos estudos apresentam-se pormenorizados nas análises e descrições histórico-espaciais europeias, várias vezes retomando as mudanças ocorridas na Inglaterra, por esta apresentar características específicas de uma transformação social que se desdobrou para o restante do planeta, e que aqui muito nos interessa.

Nesse sentido, não se sabe exatamente precisar quando e onde surgiram os mercados e as feiras livres, sendo dessa forma possível encontrar leituras que irão nos remeter ao período das civilizações primitivas, à Antiguidade, outras à civilização européia, à Idade Média. Apesar do dissenso, as feiras constituem o cenário evolutivo das relações de trocas que permeiam todo o globo terrestre, sejam enquanto instituições oriundas de um fenômeno primitivo e espontâneo, como é a troca, ou ainda como espaços delimitados destinados ao abastecimento da população urbana e ao intercâmbio de mercadorias.

Nesse sentido, as feiras adquirem complexidade à medida que surgem e se transformam no espaço e no tempo, estando localizadas nas encruzilhadas dos espaços rural e urbano, bem como entre as convergências econômicas e culturais, sobretudo quando contextualizadas no sistema econômico vigente.

Mazoyer e Roudart (2010) em a “*História das agriculturas no mundo*” discutem as várias revoluções agrícolas pelas quais a agricultura passou. Dentre elas, a revolução agrícola da Idade Média teve papel crucial no que diz respeito à proliferação das feiras e mercados no mundo europeu, e fora dele.

A revolução agrícola da Idade Média surgiu no Nordeste da Europa, isto é, nas regiões temperadas frias, em que um novo ecossistema cultivado pôde se desenvolver a partir da combinação de novos materiais usados durante a estação fria, os quais possibilitaram a ampliação das práticas de cultivo e de criação de animais, que até então eram limitados: o uso do feno, da retenção do gado nos estábulos e da estrumação.

Todos esses elementos, bem como uma série de meios e práticas complementares, muito embora fossem conhecidos desde a Antiguidade ou da alta Idade Média<sup>31</sup> pelos ocidentais, possibilitaram uma combinação que foi revolucionária sob vários aspectos, principalmente por garantir o aumento da produção e da produtividade agrícolas, as quais sustentaram uma expansão demográfica, econômica e urbana durante três séculos. Através do desenvolvimento desse cultivo, a revolução agrícola da Idade Média foi à responsável por conduzir a economia rural ocidental aos tempos modernos.

Esse maior controle técnico da agricultura esteve atrelado a outras profundas transformações das relações sociais pelas quais a Europa passou, dentre elas, a emancipação dos servos e ascensão de uma nova sociedade, a capitalista:

---

<sup>31</sup> A nomenclatura Alta Idade Média tem sido muito discutida, atualmente, tem sido chamada de Antiguidade Tardia (ARIÈS & DUBY, 2009; SILVA, 2008).

Finalmente, com a revolução agrícola da Idade Média, o antigo regime agrário do grande domínio, apoiando em suas possessões de servos sujeitos à corveia, pouco a pouco cedeu lugar, no noroeste da Europa, a uma nova sociedade rural composta de ricos lavradores e de camponeses pobres, censitários, arrendatários ou meeiros, trabalhadores agrícolas sem terra, e de empreendedores agrícolas de origem burguesa ou senhorial, artesãos, comerciantes e senhores laicos ou eclesiásticos que monopolizavam as indústrias de montante (minas e siderurgia) e as indústrias de jusante (moinhos, prensas e fornos) (MAZOYER e ROUDART, 2010, 332).

Não apenas por ter sido revolucionária num maior domínio da técnica, bem como da produção de excedentes, a civilização européia, mais precisamente a Inglaterra, a partir do século XVI, como bem discute Ellen Wood (1998), dispunha dos meios necessários para a ascensão e reprodução do sistema capitalista.

A autora discute em “*As origens agrárias do capitalismo*” elementos que elucidam as origens agrárias do capitalismo, desconstruindo, assim, a concepção basilar da cultura ocidental que associa capitalismo à cidade.

Sendo assim, Ellen parte da questão da natural associação do capitalismo à cidade, e demonstra como essa naturalização cumpre a função de disfarçar sua característica elementar de ser uma forma social específica, com um início e com um fim, e não uma “evolução” automática de práticas sociais tão antigas quanto à própria história da humanidade, tampouco como consequência daquilo que faria parte da natureza humana inclinar-se para o comércio.

Nesse sentido, a autora chama a atenção à correção de tais pressuposições que cumpre reconhecer que o capitalismo nasceu no campo, em um lugar específico, e só depois se ampliou à história humana:

(...) Ele requer não uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais, uma ruptura nos antigos padrões de interação com a natureza na produção das necessidades vitais básicas” (WOOD, 1998, p. 13).

Embora essa atribuição de ruptura da autora assemelha-se às quebras do núcleo antigo da tradição, das quais Fernand Braudel se refere, ela se difere do historiador ao responsabilizar exclusivamente o capitalismo como apropriador voraz não apenas das práticas econômicas vigentes, mas de todas as relações sociais fundamentais.

Wood explica que o capitalismo agrário consistiu na mudança das relações de propriedade entre produtores e apropriadores, a começar pela expropriação dos produtores diretos, isto é, os camponeses, que durante milênios, mesmo quando divididos em classes sociais composta pelos que trabalhavam a terra e os que se apropriavam do trabalho alheio,

sempre estiveram sob posse dos meios de produção, especialmente a terra. Assim, esses produtores camponeses, em todas as sociedades pré-capitalistas, detinham para sua própria manutenção o acesso aos meios de produção. Mas no capitalismo, os produtores diretos são expropriados, e assim perdem a posse de sua auto-reprodução. Nesse sentido, não tendo mais como se manterem, só lhe restam vender sua força de trabalho em troca de salário, como único meio de acesso à produção e sua própria reprodução.

Essa nova relação entre produtores e apropriadores passa a ter um mediador: o mercado. Mas não um mercado como qualquer outro, que até então se tem registros, trata-se de uma nova elaboração que lhe confere uma função absolutamente distinta e sem precedente.

Assim, embora mercados e feiras façam parte da trajetória da humanidade, sendo tão presentes na História quanto foram na Pré-História, contendo configurações de diversos tipos, levando pessoas trocarem ou venderem seus excedentes de várias maneiras bem como com diferentes objetivos, porém cumprindo uma função primordialmente de intercâmbio e ou distribuição, na sociedade capitalista o mercado é transformado em um regulador da reprodução social. Dessa forma, não apenas os trabalhadores dependem deste para venderem sua força de trabalho como os capitalistas precisam deste para comprar a força de trabalho e os meios de reprodução. Mas como os produtores e apropriadores passam a depender do mercado?

A autora responde afirmando que esse processo histórico do mercado pode até ser feito, não incansavelmente, uma vez que é complexo e longo. Porém, Ellen explicita que é possível tal questão ser mais passível de análises quando se observa uma dinâmica social que se tornou nova e clara, gerada pela dependência do mercado.

Embora houvesse uma rede comercial ampla no planeta, em pleno século XVII, e até bem depois, tanto na Europa quanto na Ásia ou no mundo islâmico, a atividade econômica ainda estava imune às pressões do mercado, em nenhum lugar a produção havia sido estimulada pela competição ou pela acumulação. O que impulsionava o lucro era o princípio da venda, fosse comprando barato para se vender caro. O comércio ainda era voltado para o luxo, assim, não havia um mercado para as massas com produtos baratos do consumo cotidiano.

No entanto, não apenas por ter sido revolucionária num maior domínio da técnica, bem como da produção de excedentes, a civilização europeia, mais precisamente a Inglaterra, a partir do século XVI, como bem discute Wood, dispunha dos meios necessários para a ascensão e reprodução do sistema capitalista.

Tal fato terá, então, o mercado como mediador, gerando um sistema de interdependência entre produtores e apropriadores, o que o colocará como determinante e regulador da reprodução social, baseado nas leis do movimento do modo de produção (competição, acumulação e maximização do lucro). Sendo assim, com a ascensão do capitalismo, os mercados e feiras são colocados numa relação muito mais complexa de forma a corroborar com a lógica do sistema.

Posto isso, entendemos que o estudo sobre as feiras possa revelar ainda mais elementos a respeito da relação conflituosa entre tal sistema econômico e a cultura expressa nas interações sociais que compõem os espaços comerciais tradicionais.

Por conseguinte, a partir da proliferação do modelo econômico por todo o continente europeu, no momento de sua legitimação hegemônica, insere-se a lógica do sistema de mercado por todo o globo terrestre, à procura de novas terras, isto é, novos mercados. Assim, o Brasil intencionalmente fora inserido nessa nova racionalidade global, quando colônia de Portugal, e é a partir disso que começa a história das nossas feiras.

Pela importância que representam no cenário global de desenvolvimento comercial, e por serem uma instituição bastante antiga, as feiras livres e os mercados foram e ainda continuam sendo muito estudados dentro das ciências sociais. Dentre elas, a Antropologia Econômica possivelmente tenha sido aquela que mais estudou tal temática, muito embora o interesse dos antropólogos por esse assunto seja relativamente recente. No entanto, a historiografia foi a que despontou na pesquisa sobre as feiras e os mercados (MOTT, 1975).

Não apenas a Europa, com suas importantes reuniões comerciais, mereceu destaque, os historiadores se debruçaram igualmente sobre outro paralelo, isto é, estudaram a dinâmica itinerária de muitos mercadores e comerciantes, os quais se deslocavam por longas distâncias a fim de encontrarem as praças de feiras ou compradores dispersos. Nessa lógica, o “novo mundo” também fora incorporado e teve papel de destaque a despeito das análises sobre as trocas comerciais em vários impérios.

Os múltiplos olhares que compõem o universo das ciências sociais se integram e se complementam como num movimento de várias partes que se constituem um todo. Nesse sentido, o todo que por hora é abordado, fora também muito enriquecido pelas pesquisas de geógrafos como também de antropólogos.

Embora os estudos dos antropólogos sejam mais recentes em relação aos demais cientistas sociais, porém são muito mais abundantes e, de acordo com Mott (1975), já estudaram praticamente todos os mercados rurais de todas as regiões possíveis onde eles

existem. Desde os mercados da África e Ásia, feiras e bazares de países do Oriente, bem como o Caribe e a América Central e, também, a América Latina.

Contudo, no Brasil, até a década de 1970, havia pouco material que referenciasse suas feiras enquanto sua origem, organização e função (MOTT, 1975). Embora ainda não se saiba exatamente quando e onde começou a feira livre no país, sabe-se que diferentemente de outras civilizações antigas do continente americano (como os maias, incas e astecas), que já possuíam um sistema de trocas próprio, as tribos indígenas que aqui habitavam possuíam predominantemente uma economia de subsistência. Nesse sentido, a feira livre aqui é recente, e fora instituída pela MetrÓpole.

Assim, os estudos sobre feiras livres no país são majoritariamente do Nordeste, uma vez que possuem alta representatividade na região. Em relação ao Vale do Jequitinhonha, tal objeto de estudo é bastante pesquisado, sobretudo por Eduardo Magalhães Ribeiro. Entretanto, além do grande volume de estudos econômicos a despeito de tal objeto de estudo, existe um significativo número de pesquisas sobre feiras que abordam sua perspectiva sanitária.

Destacamos o trabalho de Mateus de Moraes Servilha (2008) sobre o mercado de Araçuaí, o qual lançou olhares que resgataram a importância da subjetividade na compreensão de processos econômicos, e é nessa lógica que a pesquisa aqui proposta corrobora principalmente por entender que existe o risco da obsolescência, que dirá até de extinção, em relação a tais espaços públicos tradicionais se forem analisados apenas sobre a lógica do racionalismo econômico.

Posto isso, dada a lógica sob a qual aquelas feiras livres brasileiras foram criadas, dado o discurso simbólico que fez emergir sob o Vale do Jequitinhonha enquanto região, ambos fundamentados a partir da ordem de um sistema econômico, retomamos os estudos de Silvia Federici (2017) em “Calibã e a Bruxa<sup>32</sup>”, que demonstra o quanto tal sistema teve o poder de regular a reprodução social europeia, subordinando-a a seus interesses mais escusos, e, para além disso, tendo sido igualmente controlador eviolento com todos aqueles que estão do lado de cá, isto é, todos aqueles que são do sul<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Obra baseada numa profunda discussão em que demonstra como a ascensão do capitalismo relaciona-se diretamente à história de guerra contra as mulheres, por meio da caça às bruxas, em que centenas de mulheres foram executadas no início da Modernidade, de maneira que fosse preparado um novo terreno social a fim de possibilitar a instauração do regime patriarcal em moldes muito mais opressores, atuante primeiramente na Europa, estendendo-se às demais localidades do globo terrestre, subordinando dessa forma mulheres, homens, índios, e demais sujeitos sociais.

<sup>33</sup> Sul não no sentido estritamente geográfico, mas de todos os seus que compõem o planeta, relegados às condições subalternas, como bem discute Boaventura de Sousa Santos a respeito das Epistemologias do Sul.

Buscamos orientar a proposta dessa pesquisa também pelas grandes contribuições que os estudos antropológicos clássicos, a despeito das relações de trocas, trouxeram para as ciências humanas, e sociais em geral, a partir do início do século passado – período em que as teorias sobre as dinâmicas da sociedade estavam sendo profundamente influenciadas pelo positivismo, reducionismo e economicismo.

Dentre os pesquisadores desse período, destaca-se o antropólogo e sociólogo francês Marcel Mauss, responsável por elaborar o paradigma da dádiva, presente em sua obra mais reconhecida e aqui retomada, “*Ensaio sobre a dádiva*”. Trata-se de estudos sobre o sistema de prestações nas sociedades arcaicas, alicerçados na busca pela compreensão dos processos sociais criadores dos fenômenos humanos.

Mauss teve a curiosidade e a sensibilidade de perceber que, em muitas civilizações e subgrupos que compõem tais sociedades, as trocas e os contratos são feitos através de presentes e regalos, isto é, dádivas, voluntariamente oferecidas e retribuídas, mas que na verdade se configuram profundamente obrigatórias.

O autor também destaca a complexidade desses grupos, uma vez que nele estão presentes inúmeros fatos sociais e que se misturam simultaneamente, ou seja, tudo o que diz respeito à vida propriamente social se conflui, ao mesmo tempo, e se exprime nos diversos tipos de instituições, conformadas mais amplamente em religiosas, jurídicas e psicológicas. Assim, a fim de melhor entendê-las e explicitá-las, Mauss lança mão do conceito de prestações totais, e que é significativamente representado pelo potlatch<sup>34</sup>.

Nesse sentido, através de seu ensaio, somos conduzidos às evidências, de certa forma arqueológica, da razão de ser das transações nas sociedades não capitalistas, as quais não são privadas de mercado econômico, como estudiosos anteriormente pensavam, muito embora o regime do mesmo funcione diferente do nosso. Mas haveria algo de singular nesse sistema de intercâmbio?

Ademais, o autor também critica o caráter primitivo atribuído analogamente a essas civilizações e subgrupos, que as rotula como inferiores a partir da concepção de que tais são constituídas por uma economia e direito no estado de natureza, e demonstra como as múltiplas trocas realizadas pelos respectivos grupos, sejam de riquezas, produtos ou bens, acontecem de maneira complexa e não individual, mas essencialmente coletiva.

Assim, o sociólogo e antropólogo explicita a moral e a economia configuradas nesse sistema, e faz apontamentos de como elas ainda funcionam em nossas sociedades, mesmo que

---

<sup>34</sup> Potlatch é uma forma típica, evoluída e relativamente rara de prestações totais, localizadas no noroeste americano. A palavra potlatch significa nutrir, consumir (MAUSS, 1974, p.191).



subjacentemente, porque configuram-se em um princípio, pois segundo ele, “acreditamos ter aqui encontrado uma das rochas humanas sobre as quais são construídas nossas sociedades” (MAUSS, 1974, p. 188-9). Em outras palavras, trata-se da descoberta de um princípio estruturador das relações sociais, a saber, a troca de dádivas.

Assim, suas pesquisas envolveram áreas como Polinésia, Melanésia, Noroeste americano, bem como uma variedade de estudos, dentre os quais se destacam os de Malinowski sobre os trobriandeses, bem como documentos de direitos de grandes civilizações, contribuíram significativamente com a elaboração de sua teoria.

Nesse sentido, retomando a questão elaborada, o autor percebeu nas populações de que pesquisou, inclusive nos registros históricos das grandes civilizações, que existe um padrão se repetindo nas múltiplas trocas-dádivas. Ora, tal protótipo não diz respeito exclusivamente ao caráter “voluntário” das trocas, isto é, no seu sentido literal, mas em seu sentido simbólico, em sua razão de ser, que fazem com que as mesmas se tornem profundamente obrigatórias.

Este simbolismo está, num sentido mais amplo, enraizado nas premissas religiosas, espirituais, míticas, mágicas, dos respectivos grupos. Assim, a razão moral e religiosa, que obriga a retribuição do presente recebido, está contida na força que a coisa dada possui, ou seja, tal objeto contém em sua essência um espírito, um *hau*, e esse *hau* deseja voltar ao seu lugar inicial:

“Os *taonga* e todas as propriedades rigorosamente ditas pessoais têm um *hau*, um poder espiritual. Você me dá um, eu o dou a um terceiro; este me retribui um outro, porque ele é movido pelo *hau* de minha dádiva; e sou obrigado a dar-lhe essa coisa, porque devo devolver-lhe o que em realidade é o produto do *hau* do seu *taonga*”.

Assim interpretada, a ideia não apenas se torna clara, mas aparece como uma das ideias dominantes do direito maori. Se o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte. Mesmo abandonada pelo doador, ela ainda conserva dele. Por ela, ele tem poder sobre o beneficiário, assim como por ela, sendo proprietário, ele tem poder sobre o ladrão (MAUSS, 1996, p. 198-9).

Assim, Mauss percebeu que, no fenômeno social acima descrito, existem dois sistemas: primeiro, existe um vínculo que une as pessoas enquanto trocam dádivas, esse vínculo é de almas, uma vez que a própria coisa possui uma alma, isto é, uma essência da personalidade de quem doa. E o segundo diz respeito à natureza do sistema de prestações totais, que está contida na lógica em que é preciso “retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância” (p. 200), ou seja, a coisa dada carrega uma essência

espiritual de seu doador, e conservá-la pode se tornar um risco mortal, uma vez que ela tem um poder mágico e religioso sobre quem a recebe.

Nesse sentido, a obrigação contida no caráter voluntário desse sistema de prestação é generalizada, uma vez que ao se doar uma dádiva, existe a obrigação de retribuição, como também a obrigação de aceitação, ou seja, é um movimento de dar, receber e retribuir, pois existe uma razão de ser contida nos presentes e regalos, e isso é que garante a sua circulação dinâmica, um sistema de trocas contínuo.

A não aceitação da dádiva e sua não retribuição são entendidas como uma quebra de aliança e comunhão, como uma declaração de guerra, enfim, porque toda essa propriedade envolve um vínculo espiritual.

Assim, Mauss se deparou com esse sistema de prestações totais em que absolutamente tudo se mistura, todas as práticas sociais, quer sejam religiosas, jurídicas, morais, políticas, econômicas, estéticas, enfim, todo esse conjunto de fatos se movimentam e se manifestam nessa instituição, lhe atribuindo um caráter extremamente complexo.

Ora, percebe-se que, através da busca do autor pela compreensão da ação humana, é preciso levar em consideração especialmente o seu caráter simbólico, e não apenas a visão do determinismo econômico, uma vez que as ações humanas são complexas e possuem múltiplas dimensões. Sendo assim, torna-se necessário, portanto, fazer uma abordagem, a partir de olhares interdisciplinares, dos fenômenos sociais.

Portanto, propôs Mauss uma teoria em que as relações socioculturais fossem interpretadas através do intercâmbio de dádivas, isto é, baseadas nos valores recíprocos e na manutenção dos laços afetivos. Desse modo, a teoria da dádiva destacou-se ao propor uma perspectiva relacional entre os seres coletivos, ou seja, através de ações humanas recíprocas articuladas a partir da tríplice dar-receber-retribuir. Além do mais, demonstrou como ainda existem pessoas e classes hoje que conservam os costumes e valores de outrora.

Sendo assim, partimos da premissa de Marcel Mauss, que existe ainda nas sociedades capitalistas trocas de dádivas entre alguns grupos, motivadas pelos simbolismos atribuídos ao sistema de prestações, e acreditamos que possam emergir no espaço comercial que por hora nos propomos estudar.

#### *Da dádiva as representações sociais- fundamentos teóricos em diálogo.*

O século XX, como mencionamos, fora marcado por transformações substanciais no campo das ciências sociais. Sendo assim, a Psicologia Social em decorrência das Guerras e,

sobretudo, da II Grande Guerra entrou em crise, originando, portanto, uma ampla revisão de suas bases. Assim, nesse cenário, as discussões sobre Representações Sociais foram e são fundamentais.

Nesse sentido, estabelecendo uma interação entre Psicologia e Ciências Sociais, a Psicologia Social constituiu-se também problematizando as teorias sobre o comportamento humano, uma vez lançando olhares para a influência social no que tange a aprendizagem do comportamento dos indivíduos.

Dessa forma, estudiosos perceberam que condições histórico-sociais incidem influências diretas sobre o sujeito, apreendidas primordialmente através da linguagem, uma vez que as palavras são carregadas de significados compostos seja pela cultura, ou pelo grupo social. Através desses simbolismos é que os valores e visões de mundo são determinados, e assim, as percepções, emoções, sentimentos, ações.

Assim, compreendendo a importância da função simbólica e, de igual modo, sua determinação no que diz respeito à construção do real, conceituou-se as representações sociais como um novo paradigma dentro do domínio das ciências sociais.

A noção das representações sociais fora inicialmente elaborada pelo psicólogo social Serge Moscovici em 1961, a partir da retomada do conceito de representação coletiva criado por Émile Durkheim – ou seja, ambos entendiam a importância do estudo das produções mentais sociais. No entanto, Moscovici renovou a análise da influência dos fenômenos psíquicos sociais sobre a vida do indivíduo, caracterizando-os pela intensidade das trocas simbólicas e comunicações interpessoais, pela pluralidade e circulação sociais, pelo desenvolvimento da ciência (JODELET, 2001).

Nesse sentido, o preconizador das representações sociais parte da preocupação com a multiplicidade de sistemas de representações e se propõe a explicá-los por meio das relações dialéticas entre indivíduo e sociedade, em outras palavras, entre sujeito e objeto, a partir da concepção de que não existe separação entre o mundo exterior e o mundo interior do sujeito.

Assim, representações sociais segundo Moscovici dizem respeito a:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros da comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (1976 apud DUVEEN, 2010, p. 21).

Em suma, esse conjunto de representações possibilita a compreensão de como o sistema cognitivo influencia o social bem como o social, concomitantemente, exerce influência sobre a elaboração cognitiva.

Uma segunda definição de representação social, elaborada por Denise Jodelet, uma das principais colaboradoras de Moscovici no que tange à estruturação desse campo de estudos bem como do seu aprofundamento teórico, diz que:

É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2001, p.22)

Essa definição da autora ajudou a encerrar um período de muitas críticas ao conceito elaborado por Serge Moscovici, demonstrando que tais mentalidades sociais são modalidades práticas do pensar que preconizam uma orientação em que a compreensão do sujeito quanto ao mundo real, material e ideal seja possível.

Entretanto, vários autores colaboraram com o surgimento desse novo paradigma, promovendo-o, teórico e metodologicamente, e promovendo diálogos interdisciplinares relevantes à sua aplicação prática. Assim, existem várias formas de concepção e abordagem das representações sociais.

Portanto, encontram-se situadas num território intercambiado pelas múltiplas ciências humanas e sociais, as quais estão igualmente interessadas na compreensão dos sistemas simbólicos, e como as atitudes sociais refletem as mentalidades. Assim, além de serem encontradas na Sociologia, na História, na Psicologia, resgatamos seus diálogos com a Antropologia, pela perspectiva etnográfica que as representações sociais também possuem.

Nesse sentido, Dan Sperber é um dos nomes conhecido na elaboração desse tipo de saber, o qual chamou a atenção para o fato de toda representação social colocar em jogo, no mínimo, três termos, sendo: a representação em si, o conteúdo que ela traz, e quem a usa. Ainda é possível ser acrescentado um quarto, que diz respeito ao seu produtor, quando este não é também o seu usuário. Nesse sentido, existem as representações mentais, quando são produzidas pelo próprio usuário, mas elas podem se tornar públicas, quando têm vários usuários.

Sperber faz essas distinções para conceituar as representações em sua perspectiva antropológica, ou seja, as representações culturais:

Dentre as representações comunicadas, algumas – uma proporção muito pequena – são comunicadas repetidamente e podem até acabar sendo distribuídas por todo o grupo, isto é, ser objeto de uma versão mental em cada um de seus membros. As representações assim distribuídas amplamente num grupo social, e que o habitam de modo duradouro, são representações culturais. As representações culturais concebidas desta forma são um subconjunto de contornos fluidos do conjunto das representações mentais e públicas que habitam um grupo social (2001, p.92)

Sendo assim, ao estudarmos os sujeitos da feira, estamos lidando com um grupo social que partilha diferentes símbolos, signos e ideias, os quais dão significado à realidade percebida, em outras palavras, fazendo com que a feira municipal, se constitua, para além do simbólico, concretizada no campo do real.

Nesse sentido, embora se entenda que a subjetivação é um processo muito mais amplo e complexo, no entanto, parte-se da premissa de que embora o espaço abordado neste trabalho seja historicamente e tradicionalmente comercial, ele é formado, sobretudo, por interações sociais. Portanto, pensa ser relevante estudar as representações sociais do lugar em questão, uma vez que por meio delas será possível uma melhor compreensão da construção de uma identidade coletiva local, que muito tem a dizer não apenas sobre um passado histórico, mas também sobre a atual conjuntura regional.

O estudo que por ora se propõe será qualitativo, pois versará sobre a interpretação que os próprios sujeitos a serem estudados têm da realidade em que estão inseridos. Nesse sentido, “é o ponto de partida (porque se inicia com as próprias interpretações dos atores) e é o ponto de chegada (porque é a interpretação das interpretações)” (GOMES *et al.*, 2005, p. 189). Ademais, será interdisciplinar, ressaltando-se os estudos antropológicos, pelas suas premissas, bases teóricas e métodos, uma vez que as análises e descrições a serem realizadas serão interpretações de outras interpretações, no entanto, dialogando com o aporte teórico-metodológico psicossocial.

Assim, por se tratar de uma pesquisa que necessitará de campo, este trabalho precisa cumprir uma série de etapas, com planejamentos, procedimentos e instrumentos específicos a cada uma das fases, portanto, torna-se fundamental sua organização.

Não obstante, partimos da premissa que a teoria precisa necessariamente orientar a prática e vice-versa, para que seja um trabalho de qualidade. Assim, a revisão bibliográfica, sobretudo, perpassará todo o caminho investigativo, a fim de aprofundar o referencial

teórico, as possíveis reflexões, observações e inferências, num constante refazer intelectual. Sendo que, após a etapa da elaboração, será executado o campo, aqui compreendido, sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, como o recorte espacial que versará sobre a abrangência empírica, do recorte teórico sobre o objeto de investigação (MINAYO, 2012).

Posto isso, partimos da premissa de que as feiras são primordialmente um espaço econômico, como também se configuram, de modo igualmente relevante, enquanto espaços históricos. No entanto, considerando a abrangência de que tal objeto de estudo dispõe, compreendemos que se trata de um espaço comercial público dotado de relações sócio culturais. Nesse sentido, “A interpretação das culturas”, de Clifford Geertz, ajudará na interpretação dos contextos culturais por meio do olhar semiótico na busca pelos significados.

Dessa forma, para que a execução do trabalho de campo se possível, isto é, o momento do contato direto entre a pesquisadora e o seu objeto de estudo, lançará mão da teoria da antropologia interpretativa, de Geertz (1989), a fim de alcançar o objetivo que esta pesquisase propõe.

Assim sendo, a realização desse estudo interdisciplinar se fundamentará no esforço intelectual que ele representa, isto é, na elaboração para uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 17), ou seja, versará sobre a observação, interpretação e descrição de comportamentos, ações, fatos, enfim, a fim de compreender os seus significados, e o contexto cultural no qual estão inseridos.

Além do mais, torna-se fundamental o debruçar sobre a construção social do simbólico, ou seja, buscando compreender como um sistema simbólico se constitui a fim de organizar e dar sentido à realidade.

Para isso serão pesquisadas as representações sociais, para as quais a obra de Sandra Jovchelovitch (2008) “Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura” será importante na interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos sociais à feira municipal de Capelinha, e assim ser possível entendermos como a construção do simbólico de tal espaço se deu.

Assim, compreendemos que essas representações sociais, por cumprirem uma função relacional, seja de produção de sentido ou de comunicação, são essenciais na busca pelo entendimento de uma identidade social, pois, revelam uma memória coletiva. A esse respeito, Lima discorre que:

Nas interações sociais, nas práticas e nos costumes, cotidianamente, (re)produzimos e produzimos linguagem com a qual e pela qual

nomeamos o vivido. Via linguagem e práticas sociais, mantém-se uma memória coletiva, que reflete saberes e conhecimentos sociais historicamente construídos. Ao colocarmos o foco na linguagem, nas narrativas, nos rituais sociais, aguçamos o olhar e o ouvido no sentido de entender o que as narrativas revelam e o que elas ocultam, podendo, portanto, discutir o funcionamento dos sistemas representacionais (LIMA, 2013, p.26).

Dessa forma, consideramos ser relevante o resgate de contextos e saberes dos sujeitos sociais da feira livre, pois, uma vez que possam emergir em comportamentos, palavras e expressões, permitirão a interpretação de territórios simbólicos locais.

Jovchelovitch (2008) estuda como, por meio dos processos de interação social, as mentalidades e as subjetividades são produzidas, isto é, a partir do paradigma da psicologia crítica e histórico-social. Assim, faz uma importante reflexão sobre o conhecimento racional e impessoal, vinculado aos saberes das sociedades ocidentais, demonstrando como o mesmo fora concebido, numa escala hierárquica, como superior em relação aos demais conhecimentos, inferiorizados como primitivos. Dessa forma, a autora retoma os aspectos subjetivos, emocionais e relacionais dos saberes, frisando a importância de que os mesmos precisam ser analisados em seus respectivos contextos sociais, isto é, em seu lugar histórico, social, cultural e simbólico.

A psicóloga parte da premissa de que todo saber é representacional, ou seja, assume uma forma de representação, e expressa significações firmemente enraizadas em seus respectivos contextos sociais. Portanto, para ela, a representação é forma do saber e forma de constituição de um contexto, concomitantemente:

No momento em que levamos a sério a relação entre fenômeno psicológico e o contexto social, surge a necessidade de teorizar o contexto social, de compreender sua constituição e as principais características que ele assume. Sem dúvida são dimensões históricas, econômicas, societárias, políticas e culturais que formam contextos, mas nenhum contexto pode ser plenamente compreendido sem uma avaliação clara da dinâmica psicossocial (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 128).

Assim, corroboramos com a ideia de Jovchelovitch, uma vez que a investigação do contexto social da feira de Capelinha é fundamental para compreendermos os campos simbólicos e materiais que a constituem, e como foram constituídos. Nesse sentido, interessamos as narrativas dos sujeitos da feira, e aí notamos a relevância das conversas informais e das entrevistas semiestruturadas, visto que por meio destas o respectivo contexto social poderá

produzir e manter suas memórias, seja no sentido de problematizá-las e ou transformá-las, uma vez que:

A habilidade de recordar como elaboração, de trabalhar simbolicamente o passado que outrora existiu, permite às comunidades refletir sobre, compreender, revisar e, se necessário, renovar suas identidades, práticas e históricas. É uma habilidade que tanto permite a continuidade de uma comunidade como ao mesmo tempo garante a renovação que é necessária se a comunidade não quiser “congelar” e compulsivamente repetir sua história. Quando um passado “congela” na memória de uma comunidade a vida humana fica sujeita à violência de “um passado que não passa”. A compreensão e a elaboração do passado, desde a perspectiva renovadora do presente, é o que garante à comunidade a possibilidade de um futuro que não é sustado pelas correntes de memórias puramente traumáticas. Seguir adiante é tão importante quanto lembrar e a dialética entre a capacidade de recordar e esquecer (perdoar) tem muito a ver com saúde de uma comunidade (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 146).

Assim, a imersão no campo investigativo acontecerá em duas fases distintas. Primeiramente se fará a observação direta da feira livre de Capelinha, que acontecerá em tempos intermitentes, visto que o espaço comercial funciona somente aos sábados e que a pesquisadora possui uma série de compromissos presenciais em Diamantina. Concomitantemente, será feita a pesquisa histórica/documental do espaço em questão.

Num segundo momento, será realizada a etnografia, através de observações, conversas informais com os diversos sujeitos sociais que compõem a feira. Por meio de tais conversas é que se fará a seleção dos personagens, com o consentimento dos mesmos, para a execução das entrevistas semiestruturadas.

O tempo do fazer etnográfico envolverá não apenas o horário de funcionamento da feira, visto que dependerá da disponibilidade dos vários atores sociais da pesquisa, situação que se aplicará também às entrevistas. Portanto, serão as circunstâncias em campo que determinarão o tempo total do fazer etnográfico, isto é, entre conversas informais, entrevistas e observações.

Não obstante, pensando a despeito da imersão na realidade dos sujeitos entrevistados e atentando ao fato de não se ter apenas “fotografias” do real, será proposto ao feirante mais velho, caso consinta, a observação participante, isto é, a inserção direta da pesquisadora na vida social do mesmo, no seu cenário cultural familiar. Assim, a observação participante envolverá o antes, que compreenderá o momento do preparo para a feira, o durante, a feira em si, e o depois, período posterior à finalização da atividade.



Sendo assim, os participantes da pesquisa serão os sujeitos sociais que compõem a feira municipal, ou seja, vendedores, compradores, turistas, instituições públicas e associação de feirantes, não havendo, portanto, número de participantes pré-estabelecido. Serão incluídos os atores sociais que tiverem interesse em participar da pesquisa, e que possuam minimamente um vínculo com o espaço a ser estudado, sejam mulheres ou homens.

Porém, versará pela inclusão de sujeitos mais velhos, bem como de idades intermediárias, e de jovens, fazendo dessa forma uma diferenciação temporal entre os mesmos, pois acredita-se que podem surgir diferenças, semelhanças, e ou divergências importantes a serem reveladas nos seus discursos bem como fazeres. Assim, as pessoas que apresentarem idade inferior a 18 anos, como aquelas que não manifestarem desejo em participar da pesquisa, ou ainda, que não possuam nenhum tipo de vínculo com a feira livre, não serão incluídas no ato investigativo.

A trajetória de construção da pesquisa se baseará na contínua revisão bibliográfica, e nas anotações registradas no diário de campo. No que tange à imersão em campo, será realizada uma pesquisa histórica sobre a feira livre municipal através da análise de documentos oficiais da cidade, acervos pessoais dos sujeitos da pesquisa e ou da população local, fotografias, bem como quaisquer objetos históricos que forem relevantes.

Para a etnografia, além da observação direta, serão realizadas conversas informais com diversas pessoas a fim de contribuir para uma interpretação dos significados semióticos da cultura, bem como uma maior compreensão das representações sociais e das trocas que ocorrem na feira. Também serão realizadas três entrevistas semiestruturadas com os feirantes, dos quais, como critério, será selecionado um representante para cada categoria etária (mais velho, idade intermediária e jovem).

As entrevistas seguirão um roteiro composto por dez questões, previstas para uma média de 60 minutos, e se fará uso de um gravador digital de áudio. Posteriormente serão utilizados um computador e um dispositivo externo para arquivamento e transcrição literal das mesmas. Lembrando que será apresentado aos entrevistados, antes da execução da atividade, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de informá-los e orientá-los sobre a pesquisa e seus objetivos. Sendo assim, pensando que possa haver algum sujeito analfabeto, constará no TCLE espaço para o registro de suas digitais.

Em primeiro momento se fará um mapeamento do lugar onde acontece a feira, logo, conversas informais com pessoas que frequentam o lugar. Também serão feitas fotografias do espaço público que ajudarão coletar informações sobre a organização espacial do mesmo.

Assim, feitas as observações e diálogos sobre o meio, serão realizadas entrevistas semiestruturadas:

Entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As entrevistas semiestruturadas possibilitarão ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto sem se prender às perguntas colocadas, também ajudarão na compreensão das representações sociais e das possíveis trocas imateriais e ou materiais que ocorrem na feira, construídas, significadas, pela população de Capelinha.

Antes da realização da entrevista, será solicitado ao informante autorização para gravação da mesma, a qual será transcrita literalmente, a fim de possibilitar análises posteriores sobre as informações, que serão aprofundadas, interpretadas e discutidas. Assim, haverá o cuidado de não interferir nas atividades dos entrevistados, deixando-os, portanto, livres para decidirem o melhor momento para ocorrer a entrevista, sendo-lhes permitido fazer pausas e retomadas de acordo com a dinâmica em que estiverem envolvidos.

Posteriormente, as entrevistas serão transcritas, como propõe a teoria interpretativa, a fim de fazer uma descrição densa dos fatos, conseqüentemente, interpretá-los e conhecê-los. Portanto, o estudo se configurará em suas premissas etnográficas, isto é, num esforço intelectual visando a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais que, neste caso, estarão dispostos na dinâmica da vida social da feira livre, e que serão condicionadas à interpretação da observadora, não significando, em hipótese alguma, ser incompatível com os métodos e rigor científicos. Pois, como bem frisa Geertz:

Praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa (GEERTZ, 1989, p.15).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o fazer etnográfico não começa na inserção do trabalho de campo, antes, inicia a partir das leituras e reflexões teóricas que direcionam o

caminhar investigativo. Portanto, para análises do presente estudo, serão usadas as concepções, bases e premissas teóricas de Clifford Geertz (1989), da antropologia interpretativa. Assim, o antropólogo, ao propor tal procedimento metodológico, parte da premissa que concebe a cultura como sendo essencialmente semiótica, ou seja, carregada de signos/significados. Entende a antropologia como uma ciência interpretativa que busca o significado da cultura, de modo a encontrar explicações para as expressões sociais enigmáticas.

Para Geertz, os praticantes da antropologia fazem etnografia, e só é a partir da compreensão do que é o fazer etnográfico que se pode compreender o que é uma análise antropológica como forma de conhecimento. Nesse sentido, ele afirma que a etnografia, muito além de procedimentos metodológicos, é um esforço intelectual para uma “descrição densa”, isto é, em outras palavras, para ser possível uma leitura de mundo é preciso que os signos que compõem a cultura sejam decodificados. Portanto:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que não simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989, p. 18).

A partir, pois, da concepção etnográfica, se fará o esforço intelectual para a interpretação e compreensão dos fenômenos simbólicos socioculturais permeados no espaço comercial, bem como por meio das representações sociais, as interpretações de como os simbolismos são construídos. Portanto, nessa perspectiva que os dados coletados serão analisados, isto é, correlacionando-os a todas as bases teóricas já mencionadas.

Dessa forma, a pesquisa acontecerá no município de Capelinha, localizado na porção nordeste de Minas Gerais, mais precisamente na microrregião do Alto do Vale do Jequitinhonha, cuja área é de 965,4 km<sup>2</sup>, e uma população de aproximadamente 35 mil habitantes, dos quais 29% estão na zona rural, sendo a maioria residente da área urbana, de acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2018).

Posto isso, compreendemos ser oportuno também mencionar que o projeto<sup>35</sup> desse estudo segue os regulamentos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), tendo sido submetido e aprovado em novembro de 2018, constituindo, portanto, parte desse processo de construção do pensar e do fazer.

### **Considerações finais**

Compreendemos que o estudo e a compreensão das questões subjetivas que compõem os processos econômicos tornam-se relevantes para a produção de novos conhecimentos, lançando novos olhares sobre questões antigas, além de ampliar a perspectiva humana no processo científico, não ficando esse restrito apenas a um tipo de interpretação. Assim, no espaço da feira outras sociabilidades marcam os sujeitos sociais em questão, promovendo a produção de saberes populares, através dos muitos diálogos, das trocas imateriais, e da promoção de afetividades.

Ademais, além da hipótese, nota-se que a feira é um espaço onde também as condições gerais da globalização contraditoriamente possibilitam os feirantes resistirem às intempéries do sistema econômico bem como à perda da memória social local.

Ao produzirmos este capítulo, nos abrimos para o diálogo público, entendendo que o enfoque dado à pesquisa deve situar-se dentro da abordagem crítica que implica a análise dos processos de subordinação econômica sobre os trabalhadores rurais, mas para além disto, precisamos situá-los como sujeitos sociais e históricos.

### **Referências bibliográficas**

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada 1** – Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUVEEN, Gerard. Introdução: O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

---

<sup>35</sup>Título original pesquisa: Entre representações sociais e trocas: a feira livre municipal de Capelinha/MG. Pesquisadora: Keyla Karla Fernandes Ferreira. Parecer consubstanciado do CEP, número: 3.003.381. Aprovado em: 06 de novembro de 2018.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Romeu *et al.* **Organização, processamento, análise e interpretação de dados**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIMA, Josélia Barroso Queiroz. **Sons do Silêncio: a relação entre Religião Católica e Educação Escolar - um estudo de caso**. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise contemporânea**. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOTT, Luís Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco**. 348f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas. 1975.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil/Universidade Federal de Lavras, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Sete Estudos sobre a Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado de Araçuaí – MG**. 166f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2008.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Marcelo Cândido da. Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”. **Diálogos**. v.12, n.2-3, 2008, Maringá, p. 53-64.

SPERBER, Dan. O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas. In: JODELET, Denise. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Monthly Review**, v. 50, n. 3, jul./ago. 1998, p. 13-29.

### **Sites**

IBGE. Disponível em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

## **Políticas públicas**

## **Feiras livres: os espaços de reprodução da agricultura familiar em Almenara/MG**

**Marcos Vinícius Pacheco Pereira**

**Edneila Chaves Rodrigues**

**Resumo:** O texto aborda sobre a temática de feiras livres na sua interface com a agricultura familiar. Tem como objetivo investigar as feiras livres, direcionadas para a agricultura familiar, no município de Almenara, Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais. Os materiais e dados utilizados foram coletados com a realização de pesquisa bibliográfica, de consulta a dados estatísticos do IBGE (2000/2010) e de pesquisa de campo. Constata-se significativa atuação e presença de agricultores do setor da agricultura familiar em feiras fixas e em eventos relacionados às feiras livres. O observado é que os agricultores feirantes são oriundos de comunidades rurais, comunidades tradicionais, assentamentos e acampamentos protagonizados pelo MST. Nas feiras livres de Almenara, esses agricultores contam com a assistência técnica oferecida pela EMATER-MG. Verificam-se outros elementos característicos do perfil do segmento, como a presença de mulheres nos pontos de venda, diversidade de produtos comercializados e limitações na locomoção dos feirantes até ao espaço da feira, na cidade. Conclui-se que o Programa Feira Livre da Agricultura Familiar se constitui como relevante política pública de apoio às feiras livres e ao setor da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Feirantes; Mercados; Política pública; Vale do Jequitinhonha.

### **Introdução**

Este texto aborda sobre a temática de feiras livres na sua interface com a agricultura familiar.<sup>36</sup> Optou-se como objeto de estudo as feiras livres no município de Almenara, localizada no Baixo Jequitinhonha – MG. As feiras livres constituem-se como espaços de inclusão e de reprodução da categoria agricultura familiar no País. Elas exerceram papel importante no surgimento das cidades e desenvolvimento das atividades de troca de produtos e comércio local, em diversas localidades do Brasil (BOECHAT e SANTOS, 2017). Para o Vale do Jequitinhonha, as feiras livres são importantes canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar e conseqüentemente, local de trocas, de fortalecimento de identidade e de cultura (IFNMG, 2017).

Nas últimas décadas, os agricultores do setor da agricultura familiar fortaleceram-se como categoria e demonstraram seu importante papel na sociedade para com a produção, a

---

<sup>36</sup>Este trabalho é parte da dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (UFVJM) e sob a orientação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edneila Rodrigues Chaves. O título da dissertação é: *Agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha: produção agropecuária e o acesso às políticas públicas em Almenara/MG, 2006-2018.* (PEREIRA, 2018).



comercialização e fornecimento de alimentos para as cidades. Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar as feiras livres em sua interface com a agricultura familiar, no município de Almenara. Especificamente, verificaram-se feiras fixas e eventos, direcionados para feiras de produtos da agricultura familiar e observou-se o Programa Feira Livre da Agricultura Familiar como uma política pública para o setor.

Quanto aos procedimentos metodológicos para a realização do trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, levantamento de dados estatísticos e trabalho de campo na cidade Almenara. Com a realização do campo, o intuito foi de coletar dados sobre os espaços das feiras livres, com visitas às feiras fixas da cidade e com observação de dois eventos, que ocorreram em dezembro de 2017 e Julho de 2018. Houve registro de informações através do levantamento de dados de pesquisa de opinião.

O texto está estruturado em três tópicos. O primeiro tópico, *Almenara na mesorregião Vale Jequitinhonha*, aborda aspectos históricos e geográficos da mesorregião, incluindo aspectos naturais em relação à bacia do Rio Jequitinhonha e uma breve caracterização do Baixo Jequitinhonha e do Município de Almenara. Para essa parte, recorreu-se a dados de estudos bibliográficos, com destaque para os estudos de Moura (1986), de Ribeiro (2005), de Bohnenberguer (2011) e de Lima (2010). Foram utilizados dados de diagnósticos, relatórios e o do Censo Demográfico 2000/2010.

No segundo tópico, *Aspectos históricos das feiras no Vale do Jequitinhonha*, abordam-se sobre as feiras em seus aspectos históricos na região e sobre o Programa de Apoio às Feiras Livres do Alto e Médio Jequitinhonha, com base em estudos para a região, como Martins (2011) e Ribeiro (2005).

Em seguida, no tópico *Feiras livres em Almenara*, trata-se das feiras fixas e eventos em Almenara com atuação de agricultores do setor da agricultura familiar, analisando a criação do Programa Feiras livres da Agricultura Familiar no município. Para isso, tomou-se como base de dados de um relatório sobre as feiras feito pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Almenara (2017) e dados coletados em trabalho de campo nas feiras fixas da cidade e feiras de eventos, ocorridas na cidade. Quais sejam: o Mercado Municipal Odilon Souza Santana, a Feira Livre da Agricultura familiar e feiras de dois importantes eventos: O Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária e Feira da Segurança Alimentar e Festa da mandioca.

## **Almenara na mesorregião Vale do Jequitinhonha**

Neste tópico, aborda-se sobre aspectos geográficos e históricos da mesorregião Vale do Jequitinhonha, incluindo aspectos naturais em relação à bacia do Rio Jequitinhonha e uma breve caracterização do Baixo Jequitinhonha e do Município de Almenara.

O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) classifica Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões.<sup>37</sup> Este sistema de classificação tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Isso contribui também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

A mesorregião Vale do Jequitinhonha apresenta similaridades econômicas e sociais que a diferencia de outras regiões. Em termos de área territorial, ela representa 14% do Estado. Essa mesorregião está localizada na região Nordeste de Minas Gerais e está conformada por 55 municípios. Estes, por sua vez, estão organizados em cinco microrregiões (Diamantina, Capelinha, Araçuaí, Pedra Azul e Almenara). Há também a classificação dessa mesorregião em três regiões quanto à Bacia do Rio Jequitinhonha. Tem-se AltoJequitinhonha, MédioJequitinhonha e Baixo Jequitinhonha.

A bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, de acordo com o Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha, totaliza uma área de 70.315 km<sup>2</sup>, abrangendo grande parte do nordeste do Estado de Minas Gerais e uma porção ao sudeste do Estado da Bahia. Essa área envolve seis mesorregiões de Minas Gerais, subdivididas em onze microrregiões. Totalizam-se 63 municípios, sendo 41 deles totalmente incluídos nessa bacia hidrográfica e 22 deles parcialmente incluídos (IBGE, 1997).

O Rio Jequitinhonha é o recurso natural mais importante da sua mesorregião. Os processos históricos de ocupação e de povoamento do território que envolveram a exploração do Rio e de seus afluentes, como o desenvolvimento de atividades econômicas, dentre elas a mineração, a garimpagem, o desmatamento, para fins agropastoris e de infra-estrutura, provocaram no tempo alterações significativas no ciclo hidrológico. Observa-se também na área territorial do Vale do Jequitinhonha formação de densos terracetes (erosão) de pisoteio de

---

<sup>37</sup>As mesorregiões foram criadas pelo IBGE na década de 1980, fixadas para cada unidade da Federação, com base nos seguintes critérios, segundo o IBGE: O processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2019). Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conhecaminas/geografia/localizacao-geografica>>

gado nas encostas. Decorrente disso é o processo de desertificação de diversas áreas causada pela atividade pecuária (IBGE, 1997). Pelas características físicas particulares de clima e de relevo, associadas às condições socioeconômicas, sobretudo de saneamento básico, os espaços sociais instituídos na bacia do Rio Jequitinhonha configuram-se em um desafio para os povos neles instalados (IBGE, 1997).

Para a conjuntura após meados do século XX, transformações urbano-industriais pelas quais o País passava provocaram impactos para os trabalhadores no campo. No caso do Vale do Jequitinhonha e em âmbito da questão fundiária, as áreas de chapadas eram utilizadas de forma comunal pelos agricultores de base familiar. Isso para atividades como a criação de gado e para prática do extrativismo de plantas, como frutos, raízes e folhas, de uso na alimentação e medicinal, como no preparo de chás e remédios caseiros (IBGE, 1997).

Iniciativas governamentais do período interferiram diretamente nos modos de vidas das sociedades dessa região. Há de se observar, que durante as décadas de 1970 e de 1980, consoante metas do Segundo Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND)<sup>38</sup> e demandas da expansão da indústria siderúrgica no centro-sul mineiro, foram incentivados planos de reflorestamentos de grande porte no Vale do Jequitinhonha. O reflorestamento, com a monocultura do eucalipto, expandiu-se pelas áreas de cerrado e campos-cerrados da alta e média bacia do Rio Jequitinhonha. Resultou-se em ocupação de extensas áreas das chapadas, que antes eram utilizadas por comunidades rurais do seu entorno (IBGE, 1997).

Lima (2010) observou que neste período um grande número de agricultores perdeu suas propriedades e as áreas comunais no cerrado, usadas para a prática da pecuária e para o extrativismo. Houve modificações na estrutura fundiária de grande parte da região e observou-se o efeito migratório, o aumento da área total de estabelecimentos com mais de cem hectares nas chapadas e a concentração dos agricultores de base familiar nas terras mais baixas dos vales conhecidas como grotas, em propriedades de pequeno porte. As consequências socioambientais foram impactantes, como redução de áreas de plantio, assoreamento das veredas e lagos, redução do volume de água nos córregos e diminuição da disponibilidade dos alimentos de extrativismo do cerrado, que faziam parte da dieta da população local.

Essa conjuntura foi também observada por Moura (1986) para o Médio e para o Baixo Jequitinhonha, especificamente. Para as décadas de 1960 a 1980, ela destaca o expressivo

---

<sup>38</sup> O II PND foi um plano econômico brasileiro lançado no final do ano de 1974, criado no governo do general Ernesto Geisel com a finalidade de retirar do atraso, os setores de meios de produção de alimentos e energia, através de incentivos que aumentassem a produção em ambos, como os planos de reflorestamento.

êxodo rural, atribuído à estrutura fundiária que se definiu pela presença de latifúndios, em processos de expropriação de terras, de um lado, e pela conseqüente predominância da pequena propriedade para a população residente. Empresas de grande porte exploraram nas chapadas a madeira nativa, e depois instituíram a monocultura do eucalipto. A pecuária extensiva também foi estabelecida na região, com a presença de grandes fazendas. Essas atividades provocaram profundas alterações nos modos de vida tradicionais e na reprodução social das comunidades (MOURA, 1986).

De outro lado, foram direcionados para a região, no período de 1970 a 2000, programas de desenvolvimento rural e de inclusão social. A cada aflição numa seca, a cada estatística irregular, a cada mudança de governo estadual ou federal, eram propostas novas intervenções públicas. Apesar disso, os indicadores sociais não apresentaram dados positivos. Ou seja, havia algum equívoco nos diagnósticos, nos programas ou nos seus métodos, que não se constataram mudanças sociais significativas para a região (RIBEIRO, 2007). Tendo apresentado esses aspectos geográficos e históricos para o Vale do Jequitinhonha, segue adiante breve caracterização do Baixo Jequitinhonha e do município de Almenara, circunscrito nessa região.

#### *O Baixo Jequitinhonha e o município de Almenara*

O território do Baixo Jequitinhonha é formado por 16 municípios: Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto.

No que se refere à questão fundiária, como já referida, Bohnenberger (2011) analisa a territorialidade em tensão no Vale do Jequitinhonha, tendo como referência os Territórios de vida e os Territórios como recurso do capital. O autor pesquisou sobre a questão agrária no Vale Jequitinhonha entre os anos de 2009 e 2011, através da observação da estrutura fundiária e suas contradições históricas e geográficas, em escalanacional.

Para o Baixo Jequitinhonha, percebe-se uma significativa concentração fundiária, ocasionada em parte pela inserção da atividade pecuária na região, por proprietários de grandes porções de terra. Há de se destacar também uma tendência de destinar essas terras para a expansão do eucalipto. Desta maneira, ocorre uma tensa disputa pelo uso das propriedades territoriais. Estas, historicamente são utilizadas pelos segmentos rurais para sua reprodução social, como em âmbito das atividades agropecuárias. De outro lado, verificam-se

processos conflituosos entre esses segmentos e grupos vinculados ao capital monocultor, com demarcação de latifúndios, em detrimento dos primeiros (BOHNENBERGER, 2011 p.67).

Quanto ao quesito população, verifica-se a população rural do Baixo Jequitinhonha no conjunto total da população, para o período de 2000 e de 2010. Nota-se o aumento da população total, que passou de 172.318 em 2000 para 179.658 em 2010, em uma variação de 4,26%. Da última contagem, 71,3 % residiam na zona urbana (128.228) e 28,7 % na zona rural (51.430) (IBGE, Censo demográfico, 2000/2010).

Boa parte da população urbana possui direta ou indiretamente algum vínculo com a área rural, como para o lazer e para a participação em festas populares, religiosas e outras manifestações culturais, nas comunidades rurais. O segmento urbano tem também inserção no espaço rural, com trabalho periódico em atividades econômicas, como no setor agrícola, com cultivos de eucalipto, café, mandioca e banana, bem como no setor da pecuária, com a criação de gado. O fato das cidades dessa região serem pouco urbanizadas e parte da população viver em áreas rurais, diferentemente de outras regiões do País, há uma tendência de ruralização do espaço e também dos modos de vida.

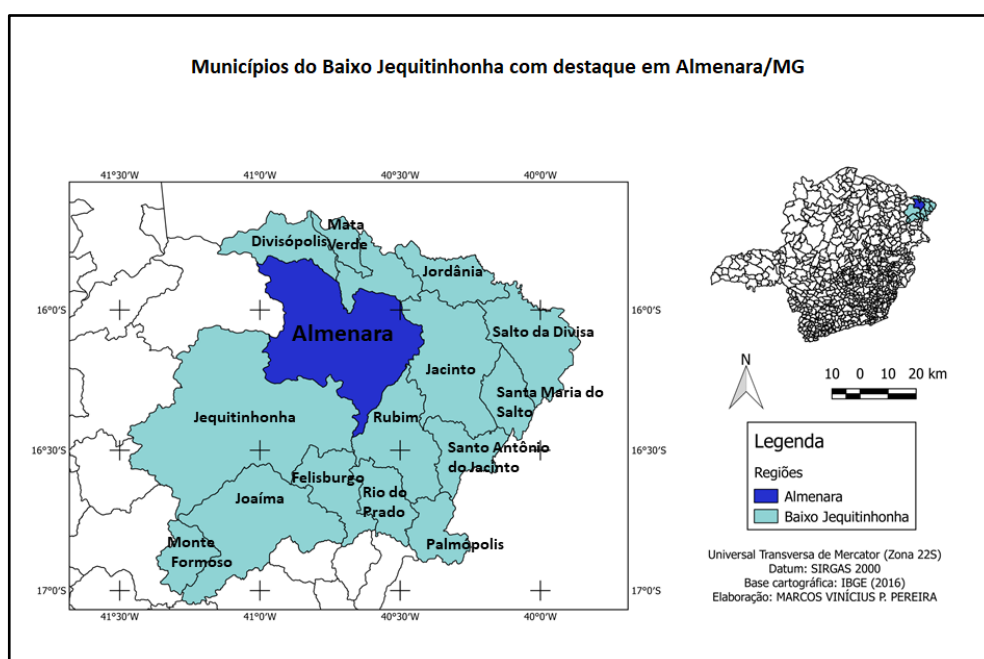
Dos 16 municípios referidos, dois deles possuem a população rural maior do que a urbana. Trata-se de Bandeira e Monte Formoso, com 52,4% e 63,5% de pessoas no campo em relação à cidade, respectivamente (IBGE, 2000/2010). Esses municípios são casos particulares em relação ao avanço da urbanização no País, que acelerou a partir da década de 1960, devido ao crescimento das cidades, e, conseqüentemente, da população urbana. Esta passou a ser maior do que a rural, entre 1960 e 1970. Desde então, as cidades tendem a aumentar sua população não só pelo seu crescimento urbano-industrial, como também pela intensificação do êxodo rural, cujo processo de migração no caso do Vale do Jequitinhonha foi investigado por Silva (1999).

Bohnenberguer (2011) destaca que somente no município de Jequitinhonha existiam em 2010 o total de 34 comunidades rurais com mais de 7.000 camponeses, aproximadamente 34% da população total do município. Mesmo mediante às adversidades para a reprodução material da existência, constata-se para essas comunidades a manutenção de saberes, valores e modos tradicionais de vida (BOHNENBERGER, 2011, p. 67-68). Já Almenara, trata-se de um município que possui características semelhantes ao município de Jequitinhonha. Isso seja em relação ao tamanho proporcional da população rural em relação à urbana, seja no que se refere aos desafios para a sobrevivência e para a reprodução dos modos de vida no campo.

O território que hoje é o município de Almenara (MAPA 4) foi ocupado em 1811, quando o Alferes Julião Fernandes Leão instalou às margens do rio Jequitinhonha um posto

de vigilância, destinado à defesa da Sétima Divisão Militar de São Miguel. O acampamento, então denominado Vigia, deu origem ao povoamento, atraindo inúmeros moradores para a localidade. Disso decorreram os processos de ocupação e povoamento, em detrimento dos povos nativos. O município foi criado no século seguinte, com o nome de Vigia, pela Lei Estadual nº 58, de 12 de janeiro de 1938. Posteriormente, em 1943, mudou-se a denominação para Almenara, pelo Decreto-Lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943. (IBGE, 2018) (SEABRA, 2010).

**Mapa 1 – Municípios do Baixo Jequitinhonha, MG**



Fonte: IBGE, 2016.

Nota: O mapa original passou por adaptação.

Quanto aos dados populacionais mais recentes do município de Almenara, em 2000, eram 35.356 habitantes e em 2010 de 38.775. A tendência de crescimento populacional continuou com estimativa de 41.794 pessoas em 2017. Trata-se do município com maior número populacional do Baixo Jequitinhonha, seguido do de Jequitinhonha, com 22.885 habitantes e de Joaíma, com 15.559 habitantes. A área da unidade territorial é de 2.294,43 km<sup>2</sup>, totalizando em 16,9 hab/km<sup>2</sup> a sua densidade demográfica. Possui a segunda maior área da região, depois de Jequitinhonha, que totaliza uma área de 3.514,22km<sup>2</sup> (IBGE, 2000/2010).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDHM) o município de Almenara passou de 0,529 em 2000 para 0,642 em 2010, caracterizando a região com uma nota média, e abaixo do País que possui o IDH de 0,754. Isso de acordo com a

última pesquisa feita pela ONU em 2015. Mesmo com um baixo IDH, ainda é o melhor índice dentre os 16 municípios que compõem a região Baixo Jequitinhonha. Houve ainda uma redução no Índice de Gini de 0,67 para 0,53 respectivamente entre 2000 e 2010. (IBGE, 2000/2010).

Quanto aos dados de trabalho e rendimento, para o mesmo período, o salário médio mensal no município foi de 1,7 salários mínimos por habitante. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,5%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 43,3% da população nessas condições. Ou seja, quase metade da população (43%) possui baixa renda e há que se observar o baixo número de pessoas ocupadas (13,5%)<sup>39</sup> e número de pessoas classificadas como extremamente pobres, 9,33%, bem como os considerados vulneráveis à pobreza 69,96% (IBGE, 2010).

A distribuição da população almenarense está concentrada no perímetro urbano, com 31.750 pessoas vivendo na cidade, correspondendo a 76%. Já a outra parte da população, 24%, vive no campo, aproximando-se da realidade do Baixo Jequitinhonha que possui 28,7% de sua população total vivendo no campo. Para o município e região, observa-se diferenciação em relação à média brasileira nesse quesito (IBGE, 2010). A população em âmbito nacional de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2015 possui a maior parte dela, 84,72%, vivendo nas áreas urbanas. Enquanto isso, 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais, ou seja, o município é ruralizado em relação à média de urbanização do País.

Sendo assim, Almenara se destaca no Baixo Jequitinhonha como o município mais populoso e com o melhor IDH (0,642), mesmo ainda não atingindo à média nacional (0,754). Grande parte da sua população está classificada em situação de vulnerabilidade econômica, com altos índices de pessoas com baixo rendimento mensal, e de pessoas desempregadas. Quanto a distribuição da população urbana e rural, uma parcela significativa está no meio rural (24%), assemelhando-se à média do Baixo Jequitinhonha (28,7) e diferenciando-se da média nacional (15,28%).

Em percurso para pesquisa de campo, realizado na cidade de Almenara, foi possível conhecer seus espaços de socialização. Percebe-se nitidamente a presença de aspectos do rural, mesclados com aspectos urbanos. A cidade é conhecida pela forte presença de fazendeiros, os quais historicamente ocuparam as prefeituras e os locais de decisão, com

---

<sup>39</sup>Pessoas ocupadas referem-se a pessoas com registro em carteira (IBGE).

repetidos mandatos e cargos públicos, concorridos no município. Esses fazendeiros possuem laços de parentescos e sociais com as pessoas que residem na zona urbana de Almenara.

O segmento rural ocupa os espaços urbanos constantemente, em interação com o segmento urbano. Festas típicas e eventos em geral são frequentados por essa população em diversos locais do município. A cidade oferece espaços de comercialização de produtos agrícolas, e conseqüentemente de complementação de reprodução do modo de vida e sociabilidade para o segmento de trabalhadores rurais da agricultura familiar. Nesse sentido, aborda a seguir sobre esses espaços, em âmbito de feiras livres. Apresentam-se aspectos históricos de feiras livres no Vale do Jequitinhonha, para em seguida abordar sobre feiras livres em Almenara.

### **Aspectos históricos das feiras no Vale do Jequitinhonha**

O processo de constituição de feiras de troca e de vendas de diversos produtos no Vale do Jequitinhonha é tributário de práticas antigas de tropeiros, desde o período de colonização do território. Os postos de vigilância, que foram instalados às margens do Rio Jequitinhonha e de esfera administrativa, eram pontos de encontro de tropas, que comercializavam produtos das respectivas cargas, como alimentos e demais produtos. Essas práticas se mantiveram no tempo e os tropeiros influenciaram na criação de feiras de troca e de locais de venda de produtos, além de proporcionarem modificações nas estruturas territoriais da época, como aponta Martins (2011). Em estudo sobre as tropas para Minas Gerais no período colonial, o autor argumenta que:

[...] todas as localidades mineiras tiveram seu abastecimento estreitamente vinculado ao vai e vem das tropas. Os antigos “caminhos de tropa” possibilitaram a integração do território, criaram ou modificaram cidades. No Alto Jequitinhonha, Turmalina cresceu como ponto de pouso das caravanas que transitavam entre Minas Novas e o Tejuco (atual Diamantina). [...] O trânsito das tropas marcou a fisionomia de muitas localidades com o rancho, o largo e as hospedarias (MARTINS, 2011, p.333).

Observa-se que para o Vale do Jequitinhonha esse traço histórico das práticas de tropeiros é constitutivo das feiras livres e permanece no tempo, caracterizando-as como espaço de comercialização e de interação social entre pessoas do espaço social rural e do urbano. Dentre os produtos presentes nessas feiras, destacam-se os de origem agropecuária. Há uma disponibilidade desses produtos para atender às necessidades de autoconsumo dos produtores e para a comercialização.



O Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ/UFLA) e o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) formularam no ano de 1999 o “Programa de Apoio às Feiras Livres do Alto e Médio Jequitinhonha”. Esse Programa foi concebido e executado em parceria com a Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Alto e Médio Jequitinhonha (CRSAN) e teve como objetivo pesquisar feiras, identificar problemas, soluções e alternativas, além de propor ações para seu melhoramento. Vale ressaltar que esse Programa constituiu-se como uma ação conjunta entre as instituições citadas, realizado a partir de ações de pesquisa e de extensão da Universidade Federal de Lavras. Buscou-se oferecer apoio às feiras livres, cujas ações interinstitucionais ocorreram no período de 1999 a 2005.

Ribeiro (2005) analisou esse Programa para os anos de 2001 a 2004 e realizou pesquisa para as primeiras cidades que receberam o apoio para feiras livres: Turmalina e Minas Novas. Constatou-se que as feiras livres em Minas Novas eram essenciais para diversos segmentos, incluindo o da agricultura familiar. Para o autor, as feiras possuem um potencial para ações coletivas que vai além do comércio. Constituem-se como espaço público de circulação de produtos, de pessoas, de culturais, de socialização, de articulações políticas e sindicais, além de espaço de reprodução dos diferentes modos de vidas das famílias agrícolas da região. Segundo o autor:

“ [...] feiras são mais que pontos de comercialização da produção da agricultura familiar. São também espaços públicos onde circulam alimentos, bens, pessoas e culturas. Além de serem o lugar das vendas, são também o local de encontro, da articulação política e sindical, da amizade, da reprodução da identidade e da cultura das muitas agriculturas familiares do vale do Jequitinhonha. Por tudo isso, são espaços de grande potencial para ações coletivas” (RIBEIRO, 2005, p. 6).

Com o desenvolvimento do Programa, observaram-se ações de apoio e de reconhecimento da produção de trabalhadores rurais do segmento da agricultura familiar. Podem-se destacar aspectos positivos relacionados à qualidade de vida como: o aumento da renda familiar, com a comercialização dos produtos; o fortalecimento da soberania alimentar; a disponibilidade de alimentos de qualidade para segmentos consumidores das sociedades locais (RIBEIRO, 2005, p. 9).

Ribeiro argumenta que as feiras livres são importantes para os consumidores, para os produtores do setor da agricultura familiar, para o comércio e para a preservação dos costumes locais. Entretanto, elas têm merecido pouca atenção de programas – governamentais

ou não. Com isso, ele defende a importância do investimento e de planejamento de ações que incentivem a permanência e o desenvolvimento das feiras na região, dada sua importância social, econômica e cultural. O autor apontou também para a carência de programas e propostas ligadas às feiras livres, com argumentação de que a inversão dessa realidade pode promover melhoramentos na vida das pessoas. Desse modo, o Programa de Apoio às Feiras Livres do Alto e Médio Jequitinhonha destacou-se como uma relevante ação de apoio e para a manutenção e preservação das feiras livres na região (RIBEIRO, 2005).

Tendo em vista esses elementos relacionados às feiras livres para o Vale do Jequitinhonha, verifica-se sobre as feiras para o município de Almenara. A abordagem é para dois pontos fixos de comercialização de produtos na cidade: A Feira Livre da Agricultura Familiar e o Mercado Municipal Odilon Souza Santana. Além desses espaços, são observados dois eventos itinerantes e que têm a atuação de produtores de comunidades tradicionais, do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e de demais produtores da agricultura familiar.

### **Feiras livres em Almenara**

#### *O Mercado Municipal e a Feira Livre da Agricultura Familiar*

O município de Almenara possui atualmente duas feiras fixas principais no centro da cidade: O Mercado Municipal Odilon Souza Santana e a Feira Livre da Agricultura Familiar. Nesses espaços, verifica-se a atuação de agricultores, comerciantes e mercadores, que oferecem uma grande diversidade de alimentos, produtos de extrativismo, produtos da indústria doméstica rural, artesanatos, roupas, bebidas, e comidas típicas do município e região.

O Mercado Municipal de Almenara foi criado no ano de 1956 por Olindo de Miranda. O propósito era de promover um espaço comercial para os agricultores de Almenara e região. Com o tempo, o espaço passou a ser administrado por outros dirigentes, que tiveram dificuldade em organizar a sua ocupação e uso. Decorrente da administração ineficiente do mercado, os feirantes passaram a ocupar ruas do seu entorno. Devido a conflitos com segmentos de comerciantes de casas e de lojas adjacentes e devido à aglomeração de pessoas em lugares inadequados e em situações precárias, houve a construção de um novo mercado nomeado como Odilon Souza Santana. Este era constituído de maior espaço, onde os

produtores rurais tiveram uma melhor estrutura para comercializarem seus produtos, e atualmente abre suas portas diariamente (MARTINS; LOPES, 2015).

Outro espaço de comercializaçõesurgiu através do Programa Feira Livre da Agricultura Familiar. Este passou a funcionar em fins de 2017. Referiu-se a uma ação de articulação conjunta entre a Prefeitura Municipal de Almenara, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Agrário, do Governo do Estado de Minas Gerais e o Programa Minas Gerais Sem Fome. O espaço constitui-se em uma feira fixa e foi criado diretamente para os agricultores que produzem de forma tradicional e agroecológica, nomeado de “Feira Livre da Agricultura Familiar” (FIG. 1).

Diferencia-se do Mercado Municipal Odilon Souza Santana (FIG. 2), no qual participam principalmente comerciantes, mercadores e agricultores que não requisitaram um espaço na Feira livre da Agricultura Familiar por diversos motivos, como falta de interesse, falta de conhecimento ou oportunidade. Mas deve-se ir mais além da observação para entender os principais fatores da distribuição desses comerciantes após a criação de um local exclusivo para os agricultores, por meio do Programa Feira Livre da Agricultura Familiar. Tanto o Mercado Municipal Odilon Souza Santana, quanto a Feira da agricultura familiar estão localizados no centro da cidade, um de frente para o outro, sendo os principais pontos de feira em Almenara.

**Figura 1 –Feira livre da Agricultura Familiar – Almenara/MG, 2018**



Fonte:Acervo de Marcos Pereira, 2017.

**Figura 2 – Mercado Municipal Odilon Souza Santana – Almenara/MG, 2018**



Fonte: Acervo de Marcos Pereira, 2017.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) *campus* Almenara, juntamente com o Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG) e outros colaboradores realizaram pesquisa para o Mercado Municipal Odilon Souza Santana, em 2016, produzindo um respectivo relatório. Os objetivos do trabalho foram dimensionar e caracterizar esse espaço como uma das maiores feiras livres da região do Baixo Jequitinhonha, além de mapear ações de incentivo ao feirante.

Em relação ao dimensionamento do espaço e perfil dos feirantes, foram agrupados três pontos: i) pontos fixos: aqueles que permanecem funcionando no espaço da feira durante toda semana como açougues, armazéns, bares ou lanchonetes, bancas de verdura, etc. ii) pontos de feirante agricultor: aqueles pontos marcados pela presença de agricultores responsáveis pela produção dos produtos e gestão da venda; iii) pontos de feirante mercador: são aqueles pontos que existem somente nos dias de feira, não são caracterizados como agricultores, geralmente ocupados por vendedores urbanos de roupas, objetos eletrônicos, caldo de cana, bolo e biscoito, espetinho, intermediários vendedores de frutas e verduras (IFNMG, 2017).

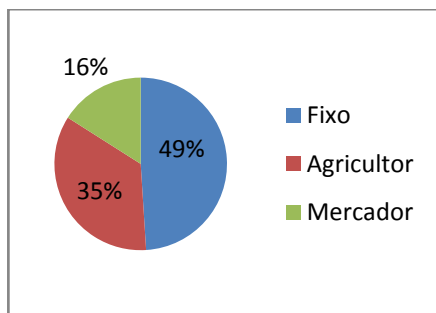
Em relação aos pontos de vendas, foram contabilizados 372 no total, entre feirantes fixos, feirantes agricultores e feirantes mercadores. Do total de pontos, os feirantes fixos se destacaram com quase a metade destes (49%), seguidos dos agricultores (35%) e por último os mercadores (16%) (GRAF 1).<sup>40</sup> Desta forma, a feira livre alcançava 21,5% dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar do município de Almenara. Isso indica que o espaço constitui como um importante canal de comercialização dos produtos desse setor,

---

<sup>40</sup>Em números absolutos sobre o perfil do feirante por ponto de venda: Fixo (183), Agricultor (129) e Mercador (60).Fonte: (IFNMG, 2017)

cumprindo relevante papel no abastecimento alimentar da cidade e favorecendo a ocupação e geração de renda (IFNMG, 2017, p. 9-10).

**Gráfico 1 – Perfil do Feirante por ponto de venda – Mercado Municipal Odilon Souza Santana, Almenara/MG, 2017**

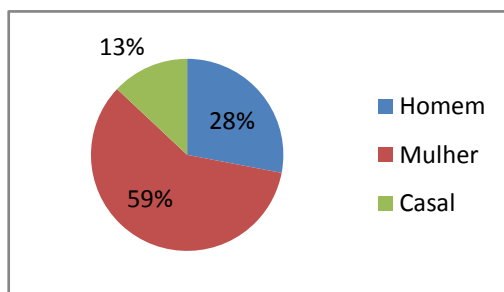


Fonte: IFNMG, 2017.

Os pontos de venda estão distribuídos em diferentes formas, onde as principais formas de exposição dos produtos se dão através de box alvenaria, barracas, bancas, expostos no chão, dentre outros. Nem todos os pontos recebem a mesma infra-estrutura, o que pode influenciar a comercialização e a visibilidade dos produtos.

Entendendo que o feirante agricultor é do setor da agricultura familiar, observou-se sobre o seu perfil, em relação ao perfil de gênero do responsável pelo ponto de venda. Sendo assim, a pesquisa mostrou que dos 129 pontos comandados pelo feirante agricultor, 59% são ocupados por mulheres, 28% por homens e 13% são ocupados pelo casal (GRAF. 2) (IFNMG, 2017, p. 16).<sup>41</sup>

**Gráfico 2 – Feirante agricultor por ponto de venda e por gênero/casal – Mercado Municipal Odilon Souza Santana, Almenara, 2017**



Fonte: IFNMG, 2017.

Os dados revelam a presença predominante da mulher agricultora ocupando os pontos de venda, destacando assim sua importância nos espaços de gestão da comercialização. Isso

<sup>41</sup> Em números absolutos: Homem (36), Mulher (76), e Casal (17).Fonte: (IFNMG, 2017)

também pode ser observado diretamente no local. As mulheres agricultoras semanalmente vendem alimentos *in natura* de diversos tipos: produtos beneficiados (doces, conservas, temperos) e refeições rápidas, como a tapioca, muito procurada pelos moradores de Almenara (FIG. 3).

Com o apoio da EMATER, em Almenara, essas mulheres passam a conquistar uma autonomia cada vez maior em razão da renda adquirida. E ainda mais, empoderam-se com a sua inserção nos espaços sociais e de trabalho, sobretudo a mulher do campo – agricultora e trabalhadora doméstica – que geralmente é invisibilizada pelos homens e pela sociedade em geral.

**Figura 3 – Mulher feiranteagricultora, Feira Livre da Agricultura Familiar, Almenara/MG, 2017**

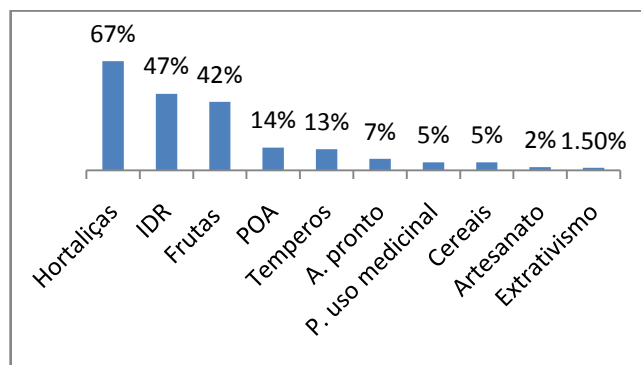


Fonte:Acervo de Marcos Pereira, 2017.

Quanto aos produtos disponibilizados, constatou-se predominância de hortaliças, presentes em 67% dos pontos de venda. Em seguida, os produtos advindos da indústria doméstica rural (IDR) com 47% dos pontos. Em terceiro lugar, destacou-se a presença das frutas, encontradas em 42% dos pontos de venda. Os produtos de origem animal (POA) e os temperos ocupavam respectivamente, 14% e 13% dos pontos de venda. Já os demais produtos, categorizados como alimentos prontos, produtos de uso medicinal, cereais/grãos, artesanato e extrativismo obtiveram menores porcentagens dos pontos de venda (GRAF. 3)<sup>42</sup>(IFNMG, 2017, p.12).

<sup>42</sup> Em números absolutos: Hortaliças (86), IDR (60), Frutas (54), POA (18), Temperos (17), A. Pronto (9), P. uso medicinal (7), Cereais (7), Artesanato (3) e Extrativismo (2). Fonte: (IFNMG, 2017)

**Gráfico 3 – Tipos de produtos por pontos de venda – Mercado Municipal Odilon Souza Santana, Almenara/MG, 2017**



Fonte: IFNMG, 2017

Os dados revelam uma grande diversidade de produtos, os quais são bem recebidos pela população da cidade. Diariamente são disponibilizados produtos frescos, variados e de qualidade, segundo os próprios consumidores de acordo com pesquisa de opinião. Observaram-se ainda fortes laços de companheirismo e proximidade entre feirantes e compradores, os quais se interagem para além das vendas, e revelam traços de tradicionalidade em relação ao importante ponto de encontro comum entre eles. Isso reporta a traços históricos desse tipo de feira que permanece no tempo, como se observa para feira livre de Almenara.

Verificou-se a atuação de agricultores feirantes de 77 localidades diferentes, como comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária, acampamento de reforma agrária, quilombos, sítios, ilhas, fazendas e núcleourbano. O número de feirante agricultor por comunidade está entre 1 (um) e 6 (seis), o que mostra a reduzida representação proporcional das unidades familiares de cada localidade do meio rural (IFNMG, 2017). Aos sábados, dia principal da feira, os feirantes chegam bem cedo. Deslocam-se de suas comunidades ainda de madrugada para chegar a tempo de organizar a exposição dos produtos e iniciar as atividades pelo início da manhã.<sup>43</sup>

Notou-se, porém, algumas questões que interferem na frequência e na presença dos feirantes nos dias de trabalho. Aparentemente, o deslocamento de suas comunidades até a cidade é um desafio para muitos trabalhadores rurais, tornando-se necessário maior atenção das políticas públicas e da prefeitura municipal, com fins de colaboração com o deslocamento deles para favorecer a participação na feira.

<sup>43</sup>Vale ressaltar que durante essa pesquisa, o Programa não havia sido criado. Sendo assim, alguns dados devem ser estudados e atualizados para verificar se houve mudanças significativas nas variáveis coletadas.

No caso das feiras de Almenara, não se observou esse tipo de apoio por parte da prefeitura municipal. As principais razões se dão por conta da estrutura precária das estradas, além do valor gasto mensalmente com as despesas em geral, em que muitas vezes pode chegar perto do valor arrecadado pelas vendas, desestimulando-os a comercializarem seus produtos.

Sobre as políticas públicas em relação à precariedade da assistência às feiras no Vale do Jequitinhonha, Ribeiro também aponta o transporte como um dos problemas na prática do comércio de produtos:

“A ação pública mais freqüente em relação às feiras atinge, quando muito, o transporte. Prefeituras bem intencionadas estabelecem rotas de deslocamento dos caminhões de transporte de feirantes, que às vezes é gratuito, o que reduz o custo da comercialização, estimula a oferta de produtos, eleva a renda dos(as) agricultores(as), regulariza o abastecimento urbano e melhora as vendas do comércio. Porém, não são muitas as prefeituras que tomam essa iniciativa” (RIBEIRO, 2005, p.6).

Sendo assim, é necessária que essa questão seja uma das prioridades da Prefeitura de Almenara, visto que o deslocamento das comunidades é um fator crucial para a presença dos agricultores nas feiras. Porém, há de se ressaltar que o Programa Feira Livre da Agricultura Familiar proporcionou maior visibilidade e valorização do segmento pela disponibilização de um espaço físico amplo, o qual permitiu uma melhor organização e oportunidade para a comercialização direta entre o consumidor e o feirante produtor. Isso em relação ao Mercado Odilon Souza Santana, que passava por um momento restrição de espaços.

Além das feiras fixas, foram observados dois importantes eventos que ocorreram no município de Almenara: o evento O Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária e a Feira da Segurança Alimentar (2017) e o evento Festa da Mandioca (2018). Em ambos, observou-se atuação de agricultores de comunidades rurais e comunidades tradicionais. Dentre elas, podem-se destacar comunidades quilombolas, comunidades de acampamentos e de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra.

*Eventos, feiras e agricultura familiar: Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária, Feira da Segurança Alimentar e Festa da Mandioca*



O Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária é uma iniciativa direta do MST, que ocorreu entre os anos de 2016 e 2017 em cidades do Estado de Minas Gerais, como Uberlândia, Alfenas, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Betim, Belo Horizonte e Almenara. No evento, eram promovidos feiras, debates temáticos e programações culturais. Nas feiras, ofertaram produtos orgânicos, agroecológicos, artesanatos, mudas e sementes crioulas. A programação cultural do circuito contou nessas cidades com mostras da cultura Sem Terra e da cultura popular regional a partir da participação de artistas do MST, artistas populares da região e de projeção estadual. O evento garantiu espaço para as manifestações culturais locais, além de debates sobre temas que interessam ao trabalhador como o direito à terra, a alimentação saudável, água, e a situação política (MST, 2017).

Visto que o Circuito estava previsto para acontecer em Almenara, a Feira da Segurança Alimentar – uma iniciativa em conjunto da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, da Cáritas Brasileira, do Programa de Segurança Alimentar e do Governo Federal – também foi inserida na programação, como forma de integrar a comercialização de alimentos orgânicos, produzidos por agricultores das comunidades tradicionais do município.

Sendo assim, nos dias 1º e 2 de dezembro de 2017 realizou-se a Feira de Segurança Alimentar juntamente com o Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária – na Praça do Bairro Darwin Cordeiro, em Almenara. Constatou-se que o evento fazia parte de uma iniciativa em conjunto, possibilitado pelo apoio entre as instituições envolvidas e a articulação dos movimentos sociais, protagonizados pelo Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra (MST) (FIG 4).

**Figura 4 – Participação do MST na Feira de Segurança Alimentar – Almenara/MG, 2017**



Fonte: Acervo de Marcos Pereira, 2017.

Houve a participação de aproximadamente dez comunidades rurais ligadas ao movimento de reforma agrária, como comunidades de assentamentos, de acampamentos e de quilombos. Podem-se citar participações das comunidades, Assentamento Franco Duarte, Acampamento 16 de Abril, Assentamento Terra Prometida, Quilombo Marobá e Quilombo Marobá dos Teixeira. Foram realizadas apresentações culturais de artistas locais e regionais, além de apresentações das próprias comunidades, com músicas regionais, danças tradicionais, como a capoeira, o congado e os tamborzeiros. Ocorreram debates sobre a luta pela terra, conjuntura política e segurança alimentar. As comunidades realizaram exposição e comercialização de seus produtos em barracas disponibilizadas pelos apoiadores do evento (FIG. 5).

**Figura 5 – Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária e Feira de Segurança Alimentar – Almenara/MG, 2017**



Fonte: Acervo de Marcos Pereira, 2017.

Os principais tipos de alimentos expostos e comercializados eram: frutas, como, banana, abacate, mamão, manga, cacau, tomate; verduras; legumes e grãos, como batata, mandioca, milho, feijão; produtos beneficiados, como, urucum, derivados da mandioca (farinha, puba, biscoitos, bolos, tapioca), doces, mel, temperos, conservas, cachaça, manteiga de garrafa, queijos, e rapadura. Além de produtos alimentícios, comercializaram também artesanatos, como tambores, roupas, acessórios, redes, e bordados. Uma vasta variedade de alimentos e produtos que revelam a capacidade dessas comunidades em produzir e garantir a disponibilidade de alimentos para o consumo e a comercialização.

Verificou-se outro evento com participação do setor da agricultura familiar. Trata-se da Festa da Mandioca, que é um dos principais eventos do Baixo Jequitinhonha. É uma festa

tradicional de Almenara, que acontece anualmente, com programações culturais, como apresentações artísticas e *shows* musicais, exposição de empresas de produtos agropecuários e a participação direta de agricultores da agricultura familiar. Esta categoria é vista como parte do projeto de desenvolvimento do município por parte da Prefeitura. Além da agricultura familiar e segmentos ligados à atividade agropecuária, o evento é aberto a toda a população do município e região do Baixo Jequitinhonha. Um dos destaques é o concurso da raiz da mandioca, que seleciona todo ano a melhor raiz do tubérculo nos quesitos: precocidade, produtividade e rendimento. Os produtores participantes são premiados do primeiro ao terceiro lugar (PREFEITURA DE ALMENARA, 2017).

Nos dias 15, 16 e 17 de Junho de 2018, aconteceu no Parque de Exposição de Almenara a 17ª edição da festa. Foi promovida pela Prefeitura Municipal, contando com o apoio da unidade EMATER – MG regional de Almenara, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, do IFNMG, *campus* Almenara, e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, como principais patrocinadores. Houve também a presença essencial do setor da agricultura familiar de todas as comunidades rurais da região.

Uma área foi destinada especialmente aos agricultores, com a disponibilidade de barracas padronizadas cedidas pelo Programa Feira Livre da Agricultura Familiar (FIG. 6) para a exposição de diversos produtos alimentícios, como: banana, cacau, limão, coco, abacaxi, mamão, morango, laranja, maracujá, cana-de-açúcar, beterraba, abóbora, feijão, batata-doce, hortaliças e as mandiocas, as quais tinham uma grande variedade em espécie e tamanho e destacaram-se na exposição (FIG. 7).

**Figura 6 – Produtos da agricultura familiar – Festa da Mandioca, Almenara/MG, 2018**



Fonte: Acervo de Marcos Pereira, 2018.

Os agricultores trouxeram diversos pratos prontos das comunidades, como: feijão tropeiro, arroz carreteiro e caldos; produtos beneficiados: temperos, mel, manteiga de garrafa, licores, cachaças, conservas, bolos, doces e biscoitos; e derivados da mandioca em destaque: puba, farinha, beiju, goma e tapioca (FIG. 8).

**Figura 7 – Exposição de mandiocas de comunidades rurais – Festa da Mandioca, Almenara/MG, 2018**



Fonte: Acervo de Marcos Pereira, 2018.

**Figura 8 – Produtos beneficiados com a assistência da EMATER – Almenara/MG, 2018**



Fonte: Acervo de Marcos Pereira, 2018.

Nota: Na imagem, constam bolos, doces em marmitas, farinha de mandioca e manteiga de garrafa.

Esses produtos foram trazidos pelos agricultores através do apoio oferecido pela EMATER – MG regional de Almenara, que orienta as comunidades no processo de comercialização para além do evento. A empresa atualmente é responsável por 24 municípios, concentrados no Baixo Jequitinhonha, e tem como principal objetivo dar assistência técnica às unidades familiares no processamento e beneficiamento dos produtos. Estes devem estar de acordo com as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em relação aos rótulos nutricionais, prazo de validade, embalagem e armazenamento.

A programação do evento contou com uma atração cultural realizada pela EMATER – MG regional de Almenara, a qual disponibilizou estrutura com uma cozinha itinerante



industrial. Houve a participação dos principais restaurantes do município e chefes de cozinha que ministraram alguns cursos sobre receitas autorais, pratos típicos da região e sobre aproveitamento e armazenamento de alimentos (FIG. 9).

**Figura 9 – Programação cultural da EMATER Regional de Almenara – Festa da Mandioca, Almenara/MG, 2018**



Fonte: Acervo de Marcos Pereira, 2018

A direção da EMATER regional de Almenara tem como foco fomentar as pequenas unidades familiares a capacitarem-se como indústrias domésticas rurais, direcionadas para o mercado. Isso é um desafio para a região, dado a realidade precária da infra-estrutura básica das propriedades e do meio rural. Por isso, há a necessidade de criação e adequação das políticas públicas ligadas ao meio rural direcionadas à população do campo.

Constatou-se a presença de agricultores vinculados ao MST e às comunidades tradicionais no município de Almenara, tanto nas feiras fixas quanto nos eventos observados. Percebem-se formas de organização e articulação dessas comunidades e a inserção delas nos espaços destinados a comercialização de produtos da agricultura familiar.

Ao observar a socialização dessas comunidades e do MST nos espaços urbanos coletivos, percebe-se pelo entusiasmo, pela forma de falar, e pela interação dos participantes que esses tipos de vivências e oportunidades os fortalecem. Nessa interação com o meio urbano, eles compartilham seus costumes, sua cultura, sua luta.

### **Considerações finais**

A dinâmica das feiras livres no município de Almenara demonstra uma estreita interface com a agricultura familiar. Percebe-se, assim, a importância que esses espaços têm para esse setor de agricultura. Em Almenara, as feiras livres fazem parte da história do

município e da região. Elas se desenvolveram como espaços fundamentais de fornecimento de alimentos e de produtos diversos, como também locais de troca, de sociabilidade e de fortalecimento da agricultura familiar.

Constatam-se elementos característicos dos agricultores feirantes desse município. Eles são oriundos de comunidades rurais, comunidades tradicionais, assentamentos e acampamentos protagonizados pelo MST. Destacou-se a presença de mulheres nos pontos de venda, diversidade de produtos comercializados e limitações na locomoção dos feirantes até o espaço da feira, na cidade. Além disso, esses agricultores contam com a assistência técnica oferecida pela EMATER-MG regional de Almenara, auxiliando-os na comercialização e beneficiamento de produtos.

As feiras livres se constituem nas modalidades de feira fixa e de feira em eventos tradicionais do município. Na modalidade de feira fixa, verificou-se o Mercado Odilon Souza Santana, o qual é tradicional de Almenara e recebe além de feirantes agricultores, comerciantes e mercadores que participam da comercialização de produtos. Nesse formato, constatou-se também a Feira Livre da Agricultura Familiar, criada recentemente e direcionada ao setor da agricultura familiar. Quanto às feiras em eventos, verificaram-se que os eventos *Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária e Feira da Segurança Alimentar (2017)* e a *Festa da mandioca (2018)* destinaram espaços às feiras e à participação indispensável dos agricultores feirantes do setor da agricultura familiar. Tanto a *Feira Livre da Agricultura Familiar* como as feiras promovidas nos eventos referem-se a ações institucionais do Programa Feira Livre da Agricultura Familiar.

Com as feiras, apoiadas pelo Programa Feira Livre da Agricultura Familiar, os agricultores compartilharam os frutos de seu trabalho, reproduzem seus modos de vida e disponibilizam produtos diversos para o abastecimento alimentar. Entende-se, portanto, que as feiras destinadas aos agricultores em Almenara são de suma importância para os segmentos envolvidos, e para o processo de integração entre o campo e a cidade. Sendo assim, as feiras livres em Almenara se configuram como importantes espaços de reprodução da agricultura familiar, em fortalecimento à identidade dos seus sujeitos e em interação com outros segmentos sociais. Elas oferecem oportunidade para os agricultores comercializarem seus produtos, oriundos da produção familiar, e para interação com os visitantes das feiras, favorecendo a sociabilidade. Ou seja, são espaços de continuidade dos seus modos de vida, para além do campo.

Logo, verificou-se que o Programa Feira Livre da Agricultura Familiar, em Almenara, constitui-se como relevante política pública para as feiras livres e para essa agricultura, ao

promover a realização das feiras, tanto fixa com em eventos e direcionadas aos agricultores, para comercializarem seus produtos. Sendo assim o Programa contribui para a reprodução e para o fortalecimento da agricultura familiar.

Por fim, propõe-se novos estudos que possam trazer mais informações sobre a realidade atual das feiras livres no município, com coletas de novos dados, mensuração de todos os participantes, produtos comercializados e desafios enfrentados pelos agricultores feirantes. Sugere-se ainda, uma análise verticalizada das políticas públicas relacionadas às feiras e aquelas direcionadas ao segmento da agricultura familiar.

## Referências

BOECHAT, V. T. P.; SANTOS L. J. **Feira Livre: Dinâmicas Espaciais e Relações Identitárias**. Anais do VIII Encontro Baiano de Geografia e X Semana de Geografia da UESB. Vitória da Conquista, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>> Acesso em: 1 de mar. 2018.

BOHNENBERGER, E. J. **Territorialidades em tensão no Vale do Jequitinhonha: Territórios de vida e territórios como recurso do capital**. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho (UNESP). Presidente Prudente, 2011. 73 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jequitinhonha: Diretrizes e bases para a ordenação territorial**. Salvador, 1997. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95902.pdf>> Acesso em: 8 de fev. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>> Acesso em: 02 de fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil em Síntese**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/almenara/>> Acesso em: 01 de mar. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG. **Relatório de pesquisa: Feira livre de Almenara – MG**. Almenara, nov. 2017.

LIMA, G. D. **Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha- Minas Novas/MG**. Instituto de Geociências (UFMG). Belo Horizonte, 2010.

MARTINS, M. L. **Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX**. História (São Paulo) v.30, n.1, p. 332-348, jan/jun 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a16>> Acesso em: 25 de mai. de 2020.

MOURA, M.. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos Processos de expulsão e invasão da terra no sertão de Minas Gerais.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

PEREIRA, M. V. P. **Agricultura Familiar no Vale do Jequitinhonha: produção agropecuária e o acesso às políticas públicas em Almenara/MG, 2006-2018.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais. UFVJM, Diamantina, 2018. 128 p.

RIBEIRO, E. M. *et al.* **Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha.** Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 1075-1102, out/dez 2007 – Imprensa em novembro 2007.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas** - v. 2 – n. 2. Jun. 2005.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil/Universidade Federal de Lavras, 2007.

SEABRA, M. C. T. C. Toponímia do Vale: Passado e Presente. In: João Valdir A. de Souza; Márcio S. Henriques. (Org.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos.** Belo Horizonte: PROEx/UFMG, 2010, v.1, p. 83-96.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do Fim do Século.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

### Sites

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Mesorregiões e microrregiões (IBGE). Localização Geográfica, 2019. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conhecaminas/geografia/localizacao-geografica>> Acesso em: 26 de maio de 2020

PREFEITURA DE ALMENARA. Almenara realiza a 16ª edição da festa da mandioca. Disponível em: <<https://www.almenara.mg.gov.br/noticia/detalhe/245/2017/06/almenara-realiza-a-16-edicao-da-festa-da-mandioca>> Acesso em: 25 de maio de 2020

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS SEM TERRA (MST). Atenção Minas Gerais: já começou o Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/09/06/atencao-minas-gerais-ja-comecou-o-circuito-mineiro-de-arte-e-cultura-da-reforma-agraria/>> Acesso em: 25 de maio de 2020

MARTINS, B; LOPES, C. Conhecendo o Vale: Mercado Municipal de Almenara. Cronistas do IF Almenara, 2015. Disponível em: <<https://cronistasdoifalmenara.wordpress.com/2015/11/17/conhecendo-o-vale-mercado-municipal-de-almenara/>> Acesso em: 26 de maio de 2020



## **A compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar através do PNAE no município de Ladainha/MG**

**Mariane Rodrigues Silva**

**Nadja Maria Gomes Murta**

**Resumo:** O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) realiza a oferta de alimentação qualificada aos escolares de toda rede pública de ensino brasileira bem como o incentivo a Agricultura Familiar e seus empreendimentos familiares rurais que passam a ter neste programa o incentivo a produção e um novo canal de comercialização. Buscamos neste trabalho tecer algumas reflexões acerca do processo de compra de alimentos para o PNAE no município de Ladainha – MG em seu marco atual: a Lei nº 11.947/2009 que incorpora na alimentação escolar os gêneros alimentícios produzidos no âmbito da agricultura familiar local. Esta lei estabelece a obrigatoriedade de compra mínima de 30% do valor total do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar. O objetivo da pesquisa consiste em desvelar as percepções dos agricultores familiares acerca do PNAE no que concernem seus avanços, limites e possibilidades na aquisição dos alimentos, tendo por metodologia a Análise de Conteúdo de entrevistas realizadas com agricultores ativos no programa em Ladainha. Os estudos preliminares mostram que na percepção dos agricultores, o PNAE contribui no fomento à agricultura familiar, sobretudo na geração de renda através da comercialização local. Afirmam que a partir da participação no programa, passaram a produzir tendo a certeza de que teriam um canal de comercialização. Contudo, ressaltaram que as dificuldades estão relacionadas à habilitação sanitária dos sistemas produtivos, aos fatores climáticos e nas greves escolares, pois prejudicam o cronograma de entregas dos alimentos para a alimentação escolar.

**Palavras-Chave:** Alimentação escolar; política pública; agricultura familiar.

### **Introdução**

O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGER/UFVJM) intitulada “As percepções dos agricultores familiares do município de Ladainha MG acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Uma análise de conteúdo”. Para tanto, está sendo realizadas entrevistas semiestruturadas/recorrentes com os agricultores que participam do programa. O município de Ladainha está situado no Vale do Mucuri e possui uma população de aproximadamente 16. 542 habitantes na qual cerca de 78, 6% desta população se encontra na zona rural, correspondendo a 12.689 habitantes distribuídos em 47 comunidades (IBGE, 2010).

Ladainha apresenta uma abundante riqueza natural, fazendo com que o município se transformasse em uma Área de Proteção Ambiental (APA) em virtude do grande volume de mata atlântica que ainda possui. A famosa Pedra de Ladainha, a Ilha dos Caras, o túnel da

antiga linha ferroviária e a barragem da pequena hidrelétrica faz com que o município receba turistas durante todo o ano. A realidade econômica municipal gira em torno da atividade pecuária, das aposentadorias, pensões e programas de transferência de renda. Quanto às atividades agrícolas, ficam por conta da subsistência familiar e venda do excedente no pequeno comércio local e feiras.

A partir dos anos 2000, o plantio de eucalipto se instalou no município, assim como em grande parte do Vale do Mucuri, visando à produção de carvão e venda de madeira para empresas. Isto ocasionou para além da mudança na paisagem, os impactos ambientais como o secamento de nascente em diversas comunidades. Em contraste com esta realidade, apesar das “adversidades, a agricultura familiar resiste, vive e trabalha no campo. A maioria dos/as agricultores/as [...] não utiliza adubos químicos ou venenos, sendo notável a intensa diversificação produtiva para autoconsumo e comercialização” (PDTRS, 2010, p. 35).

A partir do ano de 2010 surgiu um novo mercado institucional para agricultura familiar por meio do PNAE e este vem sendo de grande relevância para o fomento da agricultura familiar local. Atualmente, o Programa está ativo no município e conta com a participação vários agricultores familiares realizando a entrega dos gêneros alimentícios diversificados para alimentação escolar.

### **Agricultura familiar e a produção de alimentos no Brasil**

A discussão atual sobre o papel da agricultura familiar e sua importância na alimentação mundial passou a compor a agenda da FAO demonstrando o reconhecimento à importância da diversificação da produção de alimentos deste segmento, contribuindo na melhoria da segurança alimentar, o respeito à cultura alimentar, bem como a preservação da sociobiodiversidade.

Segundo Santos (2017), no final do século XX, o Brasil demonstrou preocupação em criar estratégias no campo político e econômico em torno do abastecimento alimentar no país, pois as décadas de 1960 e 70 foram marcadas pelo processo de modernização intensiva da agricultura, na qual o Estado brasileiro concentrou sua atuação no progresso econômico industrial e agrícola.

Esta preocupação surgiu articulada a intenso debate científico em torno de concepções de desenvolvimento, dos efeitos da "Revolução Verde" no campo brasileiro e do lugar do camponês nesse contexto, mas também a

partir de pressões dos movimentos sociais de base camponesa por acesso a terra e melhores condições de vida. (SANTOS, 2017, p.16).

A partir da década de 1980, em um contexto de agronegócio, do uso indiscriminado da terra, de danos ecológicos severos, da marginalização dos saberes tradicionais, acendem grandes discussões em torno do acesso a terra, do papel da agricultura familiar no abastecimento alimentar e da preservação da cultura e dos modos de vida dos sujeitos do campo. Neste contexto de debates políticos e ideológicos, Jesus (2005), ressalta que no Brasil, os movimentos de oposição ao agronegócio foram impulsionados a partir da década de 1970, configurando formas de Agricultura Alternativa (AA) como uma resposta ao modelo de agricultura convencional introjetada no campo.

Ao mesmo tempo em que o processo da modernização da agricultura se intensifica, movimentos sociais passaram a se organizar e questionar impactos negativos e suas causas, dentre eles, a permanência da estrutura agrária concentrada [...] Surgiram também neste período experiências alternativas de organização e produção que contestavam o padrão tecnológico que se solidificava por meio do aparato do Estado (CANAVESI; MOURA; SOUZA 2016, p.1020).

Segundo Canavesi; Moura; Souza (2016, p.1021) “iniciou-se na década de 1980 uma disputa por projetos e concepções de alternativas do desenvolvimento, baseando-se na urgência de uma reforma agrária, no combate à fome e à miséria e na busca de uma “agricultura alternativa”, como se convencionava chamar”. Esta conjuntura impõe a emergência dos mais diversos movimentos sociais que assumem o papel decisivo na tomada de consciência e de luta pelas causas do campo.

Refutando as concepções do pós-guerra de que a agricultura familiar atrasaria o progresso no campo e que somente a produção agrícola orientada pela Revolução Verde seriam capazes de acabar com a fome e insegurança alimentar no mundo, a agricultura familiar demonstrou-se fundamental para a sobrevivência humana através do policultivo de alimentos capazes de fornecer os nutrientes necessários ao desenvolvimento e saúde humana.

Esta importância se confirma quando verificamos os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) que revela que a agricultura familiar é à base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo.

No ano de 2018 os dados do levantamento<sup>44</sup> realizado pelo Governo Federal apontavam que a agricultura familiar brasileira era a 8º maior produtora de alimentos no mundo, com um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, produzindo 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo, é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. “Neste contexto conclui-se que a agricultura familiar produz em maior quantidade e em áreas menores, sendo, as pequenas propriedades responsáveis por grande parte da produção voltada para alimentação” (SPECHT, 2009, p. 05).

### **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a compra de alimentos da agricultura familiar em Ladainha/MG**

As primeiras iniciativas da alimentação escolar datam dos anos 50 do século passado, tendo sua consolidação no final da década de 70 como uma política pública de acesso à alimentação para grupos vulneráveis. “De 1955 até 1993 a gestão da alimentação escolar era centralizada. Os cardápios eram planejados pelo órgão gerenciador (Ministério da Educação), os gêneros eram adquiridos via processo licitatório e a distribuição era realizada para todo o território nacional” (SARAIVA *et al.*, 2012, p.02).

Em 2009 o PNAE foi reformulado pela Lei nº 11.947, determinando que do total dos recursos destinados à aquisição de alimentos para a merenda, no mínimo 30% deveriam ser adquiridos em produtos da agricultura familiar e seus empreendimentos familiares rurais, priorizando os assentados da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos por meio de chamada pública, permitindo maior acesso aos agricultores familiares. Reconhecendo a importância da agricultura familiar e dos sistemas alimentares locais, o PNAE é considerado na atualidade, um dos maiores programas de apoio à agricultura familiar.

A lei ainda prevê que o processo de aquisição de alimentos poderá dispensar licitação desde que seja realizada a chamada pública, um procedimento considerado adequado para atender o valor mínimo de compra na agricultura familiar possibilitando uma maior abertura e participação de agricultores a nível local.

---

44 Matéria publicada no sítio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Denominada “Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo”. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em 20/07/2018.

Os procedimentos concernentes à chamada pública (etapas de compra e venda dos produtos provenientes da agricultura familiar) são operacionalizados conforme a Resolução FNDE nº 26 de 2013 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE e pela Resolução nº 4 de 2015 que altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26 de 2013.

São dez etapas que devem ser seguidas pelas Entidades Executoras (EEx) ou Unidade executoras (UEx) para a realização da compra e venda no âmbito do PNAE. As EEx são as Secretarias Estaduais de Educação, os municípios e as Escolas Federais que recebem recursos diretamente do FNDE para a execução do PNAE na qual as compras são realizadas de forma centralizada. Quando as UEx, são instituições sem fins lucrativos que não recebem recursos diretos do FNDE, elas são criadas a partir da descentralização da UEx para gestão financeira do programa. Cada UEx representa uma escola (a exemplo das escolas estaduais em que cada unidade possui sua caixa escolar) e fica a cargo de receber o recurso transferido pela EEx. Tanto a EEx quanto a UEx devem cumprir o percentual mínimo determinado para a aquisição dos produtos da agricultura familiar (FNDE, 2016).

Para que o agricultor possa participar da chamada pública, este deve observar o que preconiza a Lei nº 11.326/2006 quanto aos condicionantes para se enquadrar na categoria agricultor familiar. Além disso, os agricultores e suas organizações devem possuir DAP que significa Declaração de Aptidão ao PRONAF (podendo ser física ou jurídica) que garante a participação do agricultor no programa de forma individual ou através de grupos informais (portando a DAP Física – na qual permitirá a comercialização de até 20 mil ao ano no âmbito do PNAE, tanto em escolas municipais, quanto estaduais). Ou ainda, em grupos formais (associações, cooperativas), portadores de DAP Jurídica que permitirá o valor de até 20 mil ao ano multiplicado pela quantidade de membros associados/e ou cooperados.

1º Passo: Consiste no levantamento dos recursos orçamentários pela Entidade Executora que identificará com base no censo escolar anterior os valores repassados pelo Governo Federal para o PNAE, definindo os 30% para compra da agricultura familiar. Este levantamento deve ser realizado antes do início do período letivo

2º Passo: Consiste em identificar a diversidade e quantidade dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, a fim de criar um cardápio adequado com a realidade alimentar e agrícola local. Para tanto a articulação entre os atores sociais deve realizar um diálogo com as escolas municipais e estaduais, EMATER, Entidades Executoras, nutricionistas e segmentos da agricultura familiar para que possam fazer um mapeamento dos alimentos a serem adquiridos levando-se em consideração a época de plantio e colheita.

3º Passo: Consiste na elaboração do cardápio alimentar escolar nutritivo e diversificado, sendo de responsabilidade do nutricionista responsável. Deve-se respeitar os hábitos alimentares e o potencial agrícola local, considerando a sazonalidade da produção, incluindo no cardápio os alimentos da safra.

4º Passo: Consiste na prévia pesquisa de preço, sendo de responsabilidade da Entidade Executora. Devem ser realizadas ao menos três pesquisas de preços no mercado local que direcionarão os valores dos produtos adquiridos na agricultura familiar. Os preços a serem pagos em cada produto será a média das pesquisas realizadas e deverão constar na Chamada Pública. Segundo o FNDE (2016), na composição do preço final deverão ainda, serem considerados os custos de todos os insumos necessários para o fornecimento dos produtos da agricultura familiar como embalagens, despesas com frete, encargos, devendo constar no edital da chamada pública. Caso sejam produtos certificados como orgânicos ou agroecológicos (Lei 10.831/2003), é acrescido 30% acima do valor a ser pago.

5º Passo: A Chamada Pública para aquisição dos produtos da agricultura familiar é de responsabilidade da Entidade Executora ou Unidade Executora e devem conter todas as informações (como tipos de produtos, quantidades, cronograma de entregas, etc.) necessárias para que os participantes possam formular corretamente os projetos de venda. Os editais da Chamada Pública devem ser afixados em todos os locais de grande circulação para que possam atingir o público desejado, devendo permanecer abertos por, pelo menos, vinte dias.

6º Passo: Consiste na elaboração do Projeto de Venda sendo de responsabilidade do agricultor familiar e ou/associações e cooperativas. Os projetos devem apresentar a proposta de fornecimento dos alimentos (variedade, quantidade e cronograma de entrega) em conformidade com o edital da Chamada Pública. O agricultor (a) assina uma declaração afirmando que os produtos são de produção própria. Conforme o Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar (FNDE, 2016, p.21) pode assinar o projeto de venda:

- os representantes do grupo formal (agricultores familiares organizados em grupos formais da agricultura familiar como associações e cooperativas, detentoras de DAP jurídica. Nesse caso, os contratos serão firmados com a entidade);
- os agricultores fornecedores do grupo informal (agricultores familiares organizados em grupos informais, que não detém DAP jurídica. Nesse caso, serão formalizados contratos individuais) ou;
- o fornecedor individual (agricultores familiares que apresentam projetos individuais, com base apenas na produção própria. Também nesse caso os contratos serão formalizados com o fornecedor individual).

7º Passo: A Entidade Executora fará a seleção que deverá priorizar de acordo com o art. 25 da Resolução nº 26 de 2013:

- I – os fornecedores locais do município;
- II – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;
- III – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- IV – os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais; e
- V – organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

Após a seleção dos projetos, o contrato entre o agricultor familiar e a Entidade Executora ou Unidade Executora é formalizado e caso haja empate entre os finalistas é realizado um sorteio ou ainda pode ser acordado entre as partes a divisão dos produtos a serem fornecidos. Em outra situação, caso o projeto selecionado por ordem de prioridade não possua capacidade de fornecer a quantidade solicitada na Chamada Pública, a Entidade ou Unidade Executora poderá contratar pela ordem classificatória um segundo fornecedor para suprir a qualidade total solicitada.

8º Passo: Consiste na amostra de qualidade, ou seja, a Chamada Pública poderá prever a apresentação de amostras dos produtos a serem adquiridos pela agricultura familiar. Este passo é indicado para produtos (de origem animal – ovos, mel, etc., ou vegetal processado – doce de rapadura de cana-de-açúcar, farinha de mandioca, corante de urucu, etc.) que dependam de habilitação sanitária nos termos da Resolução/RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013 que trata da regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário.

9º Passo: Consiste na celebração do contrato de compra e venda. Um compromisso assumido entre os agricultores familiares com a Entidade ou Unidade Executora para o fornecimento dos alimentos aos escolares. Nos contratos constam todas as condições, direitos e obrigações, cronograma com datas e locais de entregas, data de pagamento, bem como a responsabilidade entre as partes conforme definição da Chamada Pública.

10º passo: A entrega dos produtos, o termo de recebimento e o pagamento dos agricultores cela a última etapa de todo o processo de aquisição dos alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar. Após a celebração do contrato, os alimentos são entregues conforme

estabelecido no cronograma. O termo de recebimento é o instrumento que assegura que o agricultor familiar realizou a entrega dos produtos de acordo com o certame contratual, assim, o mesmo receberá os valores referentes à sua entrega.

Para Santos (2017, p. 51), a reestruturação do PNAE por meio da Lei nº 11.947/2009, garantiu aos agricultores familiares “uma via de acesso a mercados institucionais, oferecendo-lhes oportunidade de comercialização”.

O inciso V do art. 2 da Lei 11.947/2009 afirma enquanto uma diretriz do PNAE os incentivos as compras de alimentos diversificados, “produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”.

No município de Ladainha esta realidade se confirma na fala dos agricultores participantes do PNAE. Sobre as questões concernentes a produção e comercialização via PNAE, os entrevistados corroboram com a ideia de que o programa estimula a produção e comercialização. Há também uma reorientação a outras questões que são fundamentais para as vendas dos produtos: Como a adequação dos sistemas produtivos e habilitação sanitária para aqueles agricultores que possuem agroindústrias familiares.

Sobre as exigências da legislação sanitária, uma questão levantada por nossos entrevistados diz respeito à necessidade de acessar outra política agrícola: como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF para se investir na infraestrutura a fim de atender os padrões sanitários adequados para os sistemas produtivos. Vemos que a participação em um programa como o PNAE pode levar ao acesso a outros programas como o PRONAF.

Contudo, a habilitação sanitária é entendida como fator de dificuldade para o acesso de outros agricultores familiares, fazendo com que estes não participem ou encerrem a participação do programa. Isto porque alegam que muitas das vezes as exigências para adequação dos sistemas produtivos são custosas financeiramente, sobretudo para os agricultores que possuem agroindústrias.

Ressaltaram que atualmente, a grande dificuldade está nas greves escolares, pois ficam impossibilitados de cumprirem o cronograma de entrega, se não tem alunos para consumirem a merenda, a escola não aceita a entrega dos alimentos, causando em alguns casos, a perda de produtos que foram produzidos com a finalidade de venda para as escolas via PNAE.

Mas apesar destas dificuldades, na fala dos entrevistados o PNAE é concebido com um mercado certo para venda. Neste sentido, a motivação para entrada e permanência destes agricultores no programa está diretamente ligada ao surgimento de um novo canal de



comercialização institucional para agricultura familiar, pois antes deste programa, aos agricultores restavam as vendas nas feirinhas e mercados locais.

A melhoria do quadro financeiro a partir do ingresso dos agricultores no PNAE foi um dos pontos mais abordados nas entrevistas, bem como o acesso a outros mercados como o varejo e feiras em outros municípios como a Agriminas (realizada anualmente em Belo Horizonte), incentivadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sindicato Rural de Ladainha e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). As contribuições do programa na perspectiva dos agricultores é a circulação de recursos financeiros no município, pois há o entendimento que de fato o PNAE contribuiu para a geração de renda ao fortalecer e incentivar a produção que ao serem adquiridas para alimentação escolar, reverte-se em renda para o agricultor familiar que investirá em seu sistema produtivo, acessado o mercado local, dinamizando a economia do município.

Por fim, foi a partir da Lei nº 11.947 de 2009 que se possibilitou o encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar, fazendo com que no Brasil se admitisse a relevância do papel social das práticas da agricultura familiar, relacionando-as ao respeito à cultura alimentar dos escolares e a manutenção da sociobiodiversidade.

### **Considerações finais**

A participação dos agricultores familiares no PNAE tem demonstrado as ações de fomento à agricultura familiar. A experiência da pesquisa de campo no município de Ladainha vem possibilitando vislumbrar o PNAE sob a ótica do agricultor familiar possibilitando a compreensão acerca das percepções atribuídas por estes acerca do PNAE, buscando através das experiências concretas destes sujeitos, entender os avanços, as dificuldades vivenciadas, mas, sobretudo as potencialidades do programa para a agricultura familiar local.

Tais potencialidades fazem com que o PNAE tenha grande relevância nacional e internacional, sendo considerado um dos maiores programas de SAN no mundo e umas das mais importantes políticas de incentivo a produção e comercialização da agricultura familiar no Brasil.

Pelo exposto, os estudos preliminares mostram que na percepção dos agricultores, o processo de compra de alimentos da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais

para o PNAE, vêm contribuindo no fomento da agricultura familiar local e promovendo a segurança alimentar de crianças e adolescentes da rede de ensino pública em Ladainha.

**Apoio e agradecimentos:** PPGER e UFVJM

### **Referências bibliográficas:**

BRASIL, **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <<https://rebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Caderno-deLegisla%C3%A7%C3%A3o--FNDE-CECANE-UFRGS--2017.pdf>>. Acesso em: 19/09/18.

BRASIL, **Resolução/RDC nº 49, de 31 de Outubro de 2013** que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049\\_31\\_10\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html)>. Acesso em: 16 de Outubro de 2018.

BRASIL, **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30683767/do1-2013-06-18-resolucao-n-26-de-17-de-junho-de-2013-30683763](http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30683767/do1-2013-06-18-resolucao-n-26-de-17-de-junho-de-2013-30683763)> Acesso em: 10/09/2018.

BRASIL, **Resolução nº 4, de 02 de abril de 2015**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao\\_escolar/resolucao042015\\_ceae.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf)>. Acesso em: 10/09/2018.

CANAVESI, Flaviane de Carvalho, MOURA, Iracema Ferreira de, SOUZA Cláudia de. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segur.Aliment. e Nutr.**, Campinas, v.23, n.esp., p.1019-1030, dez. 2016.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Agricultura familiar: **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar**. 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>>. Acesso em: 10 de Julho de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados demográficos de Ladainha**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ladainha/panorama>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro 2006. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/)>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

JESUS, Eli Lino de. Diferentes Abordagens de Agricultura não convencional: História e Filosofia. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Editores técnicos). **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p.21 - 45.

PDTRS. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável**: Vale do Mucuri. 2010. ARMICOOPA; GEPAF. Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Mucuri (PTDS). Teófilo Otoni: UFVJM, 2010.

RODRIGUES, Rafael *et al.* A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES. **Rev. Demetra: alimentação, nutrição & saúde**, 12(1); 91-112, 2017.

SPECHT, Analine. **Alimentação Escolar e a autonomia econômica das mulheres rurais, 2009**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=www.mda.br.gov.portal&oq=www.mda.br.gov.portal&aqs=chrome..69i57j69i59.14319j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 24/04/2017.

SANTOS, Ana Jacqueline Sales. **Um programa, contextos distintos: um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território), Montes Claros, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Instituto de Ciências Agrárias/UFMG, 2017, p 139.

SARAIVA, Elisa Braga *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. saúde coletiva** vol.18 no.4 Rio de Janeiro Apr. 2013

**Secretaria Especial de Agricultura Familiar e desenvolvimento Agrário**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 06/06/2018.

## **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a promoção da segurança alimentar**

**Mariane Rodrigues Silva**

**Nadja Maria Gomes Murta**

**Resumo:** O trabalho ora apresentado é fruto de estudos acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a segurança alimentar e, por conseguinte, do direito humano à alimentação e a promoção da alimentação saudável via políticas públicas no Brasil. Buscamos tecer reflexões que demonstram a interface entre o PNAE e a Segurança Alimentar. Para tanto, o referido trabalho tem por metodologia a revisão crítica dos temas abordados e parte das primeiras iniciativas da alimentação escolar na década de 1950 (nos auspícios da Revolução Verde e impactos alimentares) até sua consolidação enquanto política pública de acesso à alimentação para grupos vulneráveis e seus avanços nos anos atuais através da Lei nº 11.947 de 2009.

**Palavras-Chave:** Alimentação escolar; Segurança Alimentar; Direito Humano à alimentação adequada.

### **Introdução**

Nas últimas décadas a discussão acerca do fenômeno da “fome”, deixou de ser um tema esquecido e/ou pouco discutido, passando a ocupar espaço nas discussões a nível internacional, incorporando os Estados nacionais e as organizações da sociedade civil, estruturando um debate em torno do que chamamos hoje de Segurança Alimentar.

A fome que até então era tida como um tabu passou a ser discutida enquanto expressão da questão social no Brasil e no mundo. No plano internacional, este tabu começou a ruir no ano de 1943 com a realização da Primeira Conferência de Alimentação convocada pelas Nações Unidas, ocorrida em Hot Springs (Virginia/EUA), reunindo quarenta e quatro nações que admitiram padecer do fenômeno da fome. (LIMA; SAMPAIO, 2015).

Contudo, a discussão da Segurança Alimentar passou a se dar efetivamente no final da Segunda Guerra Mundial em 1945, quando da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), e da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, orientando todos os países-membros quanto aos direitos garantidos a todos os cidadãos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um marco no que concerne ao direito à alimentação, ao trazer no seu art. 25º que “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação [...]”.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos avanços oriundos desta, havia “o entendimento [...] que a insegurança alimentar se dava pela indisponibilidade de alimentos para todas as populações, gerada pela produção agrícola insuficiente para atender a demanda” (MÍRIAM; JUNQUEIRA, 2010, p.19). Estava posta a justificativa para aqueles que defendiam a modernização do campo através dos incrementos do conhecimento científico amplamente desenvolvido no século XX e que se colocavam a disposição da humanidade enquanto estratégia para mitigar a falta de alimentos e as péssimas condições de saúde.

A partir do discurso científico, a Revolução Verde se expandiu na Europa e no resto do mundo, causando transformações no meio rural entre as décadas de 1950-70, tendo como financiador o Banco Mundial que temendo nova crise econômica como a ocorrida em 1929, numa perspectiva modernizadora concedeu empréstimos aos países para que investissem no meio rural, impulsionando uma agricultura industrial, condicionando as relações sociais no campo a um padrão moderno e conservador.

Em 1970 a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) convocou a Primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, reacendendo os discursos do pós-guerra ligando a fome à insuficiência de alimentos, estimulando a produção agrícola nos moldes da Revolução Verde a fim de se aumentar os estoques de alimentos diante da crescente população mundial (CONTI, 2009).

O Brasil foi fortemente impactado pela Revolução Verde na segunda metade do século XX com incentivos para a produção de monocultivos destinados a exportação. O que se viu foi uma lógica voltada para o mercado de exportação e não uma tentativa de conter a eminente insegurança alimentar. O modelo “foi apresentado como aquele que modernizaria o campo brasileiro. Ele se basearia no aumento da produção e da produtividade agrícola, mantendo intacta a estrutura agrária até então vigente no Brasil”. A adoção desse modelo trouxe sérias consequências: “perda da biodiversidade, erosão e contaminação dos solos e da água, êxodo rural, concentração de terras e riquezas” e, sobretudo, a permanência de fatores que levam, ainda hoje, à insegurança alimentar (CANAVESI; MOURA; SOUZA, 2016, p.1020). Considerado como a única forma de superação da fome pelo incremento na produção de alimentos, tal aspecto, de fato, não ocorreu.

Neste sentido, a promessa de acabar com a fome mundial resultou num quadro de maior insegurança alimentar. Sobre isto, ressalta Santilli (2009, p. 61) que:

[...] a ineficiência de um modelo agrícola que estimulou o aumento da produção e a produtividade, marginalizou as populações que não podem ter acesso às tecnologias da Revolução Verde. O combate a fome passa, fundamentalmente, pela valorização das capacidades e dos potenciais produtivos das populações e regiões que ficaram até aqui a margem das formas dominantes de progresso técnico na agricultura [...]

[...] Boa parte das pessoas passam fome porque não tem acesso à comida e/ou recursos para adquiri-la, e a fome é provocada muito mais pela distribuição desigual de alimentos do que por razões tecnológicas. Não é a incapacidade dos sistemas agrícolas de produzir alimentos em quantidade suficiente para alimentar toda a população que provoca a fome, mas a sua incapacidade de destiná-los a quem mais precisa.

No Brasil, no decorrer da década de 1980 reaparece o debate sobre o acesso à alimentação como um dos requisitos ao direito humano à alimentação e da segurança alimentar, pois constatou-se que o modelo da Revolução verde “[...] não resultou na alteração substancial do quadro de fome e pobreza [...] ao contrário, foi justamente o período em que aumentou o fosso entre pobres e ricos, evidenciando a necessidade da adoção de medidas estruturais que pudessem propiciar maior equidade no acesso aos alimentos”. (CONTI, 2009, p.18-19).

As questões inerentes a Segurança Alimentar seguiram por caminhos contraditórios e visões ideológicas diversas, entre os que defendiam a agricultura convencional como solução para maior oferta alimentar, e os que compreendiam que o modelo agrícola industrial era limitado e ineficiente para conter a fome e promover a Segurança Alimentar.

Diante do exposto, temos que a alimentação é um direito humano universal que remete não ao simples fato de se ter acesso a alimentos, mas sim ao acesso regular e permanente de alimentos com qualidade e quantidade suficientes que possam promover Segurança Alimentar.

Embora a alimentação enquanto direito humano tenha origem em 1948, no Brasil a implementação de dispositivos legais se deu tardiamente com o processo de redemocratização no Brasil sendo um divisor de águas para a Segurança Alimentar ao trazer no art. 6º da Constituinte de 1988 a alimentação enquanto direito.

Pode-se dizer que no Brasil, as iniciativas para a promoção da Segurança Alimentar foram crescendo e sendo incorporadas em políticas públicas direcionadas a produção e consumo alimentar qualificado, sobretudo a partir do Programa Fome Zero no início dos anos 2000.

O Programa Fome Zero consistiu numa política pública estruturante, pois no seu âmbito foram criadas políticas de combate à miséria e a pobreza extrema, visando à diminuição dos riscos de insegurança alimentar. Foram criados também canais de consumo para a produção dos agricultores familiares, contribuindo para melhoria das condições de vida e permanência no campo. Tem-se ainda como marco as deliberações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar ocorrida em 2004 na qual se promulgou a Lei de nº 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN), um importante dispositivo legal para ações propositivas no campo alimentar e nutricional.

Nos anos de 1955 o PNAE foi gestado. Naquele período atendia pela denominação de Campanha da Merenda Escolar (CME), criada através do Decreto nº 37.106 de Março de 1955. Esta Campanha consistiu também na celebração de convênios com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) e demais organismos internacionais que realizavam doações de alimentos para a merenda escolar. Por meio do Decreto nº 39.007 alterou-se a nomenclatura que passou ser Campanha Nacional de Merenda Escolar ampliando a execução da política de alimentação escolar que vinha sendo feita no país.

Em 1965, após uma década, o programa recebeu a denominação de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAS) através do Decreto nº 56.886. Mas foi em 1979 que passou a ser efetivamente chamado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atendendo por este nome ainda na atualidade. No ano de 2009 o PNAE foi reformulado pela Lei nº 11.947 e passou a integrar na oferta da alimentação escolar, os gêneros alimentícios produzidos no âmbito da agricultura familiar local, enfatizando a importância de uma alimentação diversificada, segura e adequada enquanto componente fundamental para o processo de ensino e aprendizagem de milhares de escolares em todo o Brasil.

Todo este processo marca o desenvolvimento do programa enquanto política pública voltada para segurança alimentar, que para além de simplesmente ofertar alimentação, passou a assumir o compromisso em garantir alimentação de qualidade, respeitando a cultura alimentar local.

### **O PNAE e a segurança alimentar no Brasil**

O enfoque contemporâneo de “Segurança Alimentar” no Brasil tem por característica peculiar a adoção do adjetivo “nutricional” na conceituação de segurança alimentar consagrada internacionalmente. Para Maluf (2007), o ensejo foi incorporar os dois principais

enfoques presentes na evolução de segurança alimentar no país: o enfoque socioeconômico e o de saúde e nutrição, pois a perspectiva norteadora na construção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se orienta pela intersetorialidade.

Em 2004 a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional retrabalhou o conceito de Segurança Alimentar adotado pela FAO na qual serviu de referência para que fosse feita a seguinte conceituação de SAN no país:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade **cultural** e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN, art. 3º, grifo nosso).

Dentre as deliberações da II CNSAN tem-se a promulgação da Lei de nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), fruto de todo o acúmulo debatido na conferência na qual apresentou um conceito aprimorado e amplo de SAN incorporando a dimensão cultural.

De acordo com Conti (2009) a construção da SAN por ser dinâmica e permanente, se relaciona aos conceitos de Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e Soberania Alimentar. Maluf (2007) corrobora com o autor ao dizer que:

A SAN é um objetivo de ações e políticas públicas subordinadas a dois princípios que são o Direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar. A vinculação a esses princípios e a intersetorialidade das ações diferenciam esse enfoque dos usos correntes da “segurança alimentar” por governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao “agronegócio” (MALUF, 2007, p. 19).

O DHAA está contemplado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 em seu art. 25 e por ser um direito humano universal, remete não ao simples fato de se ter acesso á alimentos, mas sim ao acesso regular e permanente de alimentos com qualidade e quantidade suficientes, cabendo aos Estados o respeito, a proteção e a promoção do DHAA, criando todas as condições necessárias a sua efetivação, ampliando recursos financeiros e promovendo políticas públicas no campo alimentar (CONTI, 2009). Reafirmando seu compromisso com o DHAA, a LOSAN incorporou os princípios internacionais do direito humano à alimentação estabelecendo em seu art 2º que:



A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

O conceito de Soberania Alimentar foi definido no ano de 2001 no Foro Mundial de Soberania Alimentar ocorrido em Havana/Cuba estabelecendo que:

Soberania Alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (FMSA, 2001 apud MALUF, 2007, p. 23).

Neste sentido, a SAN se pauta no acesso de alimentos a todos os indivíduos, enfatizando a qualidade, quantidade e a regularidade de modo permanente, sustentável, social, econômica, cultural e ambiental, sem comprometer outras necessidades essenciais da vida humana, promovendo práticas alimentares que se alinhem a saúde e ao respeito à diversidade cultural, incorporando para sua realização os princípios do DHAA e da Soberania Alimentar.

Pode-se dizer que a discussão sobre Segurança Alimentar e sua incorporação em políticas públicas no Brasil com foco no acesso e consumo de alimentos com qualidade nutricional ainda é recente e se faz um desafio haja vista o modelo agrícola hegemônico no país, pautado no agronegócio. Neste contexto de luta pela segurança alimentar e nutricional, o PNAE representa uma conquista importante por ser uma política pública que se destina à garantia da alimentação adequada a milhões de crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Segundo Gallina *et al.*, (2012), o PNAE é o programa de maior longevidade do Governo Federal na área de alimentação e nutrição, sendo considerado um eixo das políticas públicas específicas para a promoção da SAN, referência para programas de alimentação escolar no mundo.

Apesar de ter surgido no ano de 1955 através da Campanha da Merenda Escolar, foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 em seu art. 20, incisos I e VII que de fato passou a ser obrigação da União, Distrito Federal, Estados e Municípios prover educação básica e gratuita aos alunos entre as faixas etárias de 04 a 17 anos de idade, além do

atendimento em todas as suas etapas por meio de programas suplementares de material escolar e didático, de transporte, alimentação e de assistência à saúde (BRASIL, 1988). Ou seja, passa a ser dever dos entes federados a garantia do direito e do acesso aos programas suplementares de alimentação aos alunos da rede pública de ensino.

Desde sua implantação o PNAE é reconhecido como um dos principais programas de Segurança Alimentar no mundo e ao longo de sua trajetória, o programa passou por modificações em seus dispositivos legais, visando a melhor estratégia e planejamento para sua execução na garantia da qualidade alimentar nas escolas. Assim, no ano de 2009, através da Lei nº 11.947, o PNAE avançou ao determinar que do total dos recursos destinados à aquisição de alimentos para merenda escolar, pelos menos 30% deveriam obrigatoriamente ser adquiridos através de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais, os povos indígenas e os remanescentes de quilombos.

Ao determinar que no mínimo 30% dos recursos para alimentação escolar fossem adquiridos através da agricultura familiar, incorporando alimentos diversificados, sustentáveis e produzidos no âmbito local, o PNAE enquanto uma política pública vem demonstrando o reconhecimento à importância dos sistemas alimentares locais, e, por conseguinte, respeito aos hábitos alimentares locais, premissas para a segurança alimentar.

Trata-se de uma política pública que visa à garantia do atendimento alimentar qualificado a crianças e adolescentes, entendendo a importância de proporcionar segurança alimentar no processo socioeducacional a estes grupos em fase do desenvolvimento que muitas das vezes, tem na alimentação escolar sua principal ou única fonte de alimentação. Neste sentido, o PNAE parte de uma nova orientação na garantia à produção e acesso a alimentos de qualidade e que buscam efetivamente proporcionar a SAN na alimentação escolar.

### **Considerações Finais**

Refletir sobre o PNAE e sua interface com a Segurança Alimentar é compreender, nas ações que integram a alimentação enquanto um direito humano, a valorização da cultura e dos hábitos alimentares locais numa perspectiva da intersetorialidade. Uma premissa importante no âmbito das políticas públicas com foco na SAN.

Tal reflexão perpassa ainda pelo respeito ao alimento desde a produção, distribuição até o consumo como indispensáveis para a promoção da Segurança Alimentar. Neste contexto

de luta pela alimentação enquanto um direito humano e pela Segurança Alimentar e Nutricional, faz com que o PNAE represente uma conquista importante por ser uma política pública que se destina à garantia de uma alimentação adequada, saudável a milhões de crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Acreditamos que o PNAE em seu marco regulatório atual apresenta-se como um importante instrumento de promoção da SAN com foco nos escolares de toda rede pública de ensino. Pois este programa, ao incluir a agricultura familiar, não buscou apenas fomentar a inclusão produtiva destes segmentos no mercado institucional, buscou também aliar-se a estes sujeitos para de fato promover a SAN enquanto princípio do PNAE.

**Apoio e agradecimentos:** PPGER e UFVJM.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL, **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 06/06/2018.

BRASIL, **Lei nº 11.346/2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 10/07/18.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 06/03/2017.

CANAVESI, Flaviane de Carvalho, MOURA, Iracema Ferreira de, SOUZA Cláudia de. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segur. Aliment. e Nutr.**, Campinas, v.23, n.esp., p.1019-1030, dez. 2016.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas.** Passo Fundo: IFIBE, 2009.

DUDH, **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 06/06/2018.

GALLINA, Luciara Souza *et al.* Representações sobre segurança alimentar e nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. **Saúde soc.** vol.21 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2012.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. Segurança alimentar nutricional: uma perspectiva interdisciplinar e sua contribuição para as ciências humanas e ambientais. **REDE –Revista Eletrônica do PRODEMA.** Fortaleza, Brasil, v. 9, n. 2, p. 93-110, jul./dez. 2015.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MÍRIAN, Jacqueline; JUNQUEIRA, Maciel. In: **Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Orientações para implementação de políticas públicas de educação alimentar e nutricional no município**. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2010.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos Agricultores**. Ed. Petrópolis, 2009.

## **Identidades de gênero e cidadania**

## **(Des)diagnosticando a identidade trans: reflexões acerca da CID-11 e seus desdobramentos nas multivisões de sociedade.**

**Gabriel Lohan de Paula e Silva**

**Resumo:** O capítulo presente trata da ineficiência de instituições como a Organização Mundial da Saúde ao tratar da diversidade de gênero, tendo como foco a dos transexuais. Assim, colocando como base as causas e consequências de todos os atos, também serão debatidos os reflexos mais presentes na realidade de um transexual, principalmente em relação à transfobia. Neste sentido, são apresentados os desdobramentos na realidade fática, ou seja, as perspectivas da convivência nas populações urbanas e rurais. Logo, a metodologia utilizada partiu da análise de teorias renomadas sobre a transexualidade, como a da Performance instituída por Judith Butler (2003) e da Contrassexualidade por Beatriz Preciado (2000) e discussões em relação à Teoria do Reconhecimento e ao âmbito jurídico em relação aos transexuais, corroborando a visão macro, junto de instrumentos como a pesquisa de campo na Instituição Casa Nem do Rio de Janeiro na seara urbana e aspectos do quase invisível campo de pesquisa na seara rural, corroborando com a visão micro. Consequentemente, os resultados obtidos permeiam na importância de uma resolução científica à rotina de um transexual, fomentando, principalmente, a invisibilidade social. Portanto, a relevância da temática e do capítulo também pode servir como instrumento necessário para a emancipação da comunidade trans.

**Palavras-chave:** Transexualidade; CID-11; Teoria do Reconhecimento; Gênero binário; Invisibilidade social.

### **Introdução**

O reconhecimento tanto entre pessoas e entre pessoas e instituições configura-se como um dos instrumentos principais para a emancipação trans, porém, a Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, usa como base a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) que considera a transexualidade como transtorno mental. No entanto, esta classificação passará a ser definida como incongruência de gênero, o que também serve para análise presente. Isto significa que, patologicamente, já existe uma caracterização da comunidade trans, o que causa divergências nos próprios transexuais acerca da situação, como será debatido de forma minuciosa. Já relacionado ao Direito, a discussão permeia em diversos embates relacionados a temas complexos como “reconhecimento x tolerância” e mais simples como “diversidade x aceitação”, por isso faz-se a necessidade de dissertar e pontuar a atualidade, colocando, assim, preceitos institucionalizados que refletem diretamente na comunidade trans.

Posto isso, as bibliografias utilizadas permearão neste meio de reconhecimento mediante o estudo de Axel Honneth, Charles Taylor e Jurgen Habermas, visto que as teorias

postuladas por esses autores representam parte da emancipação necessária à comunidade trans de forma geral. Já no aspecto específico, haverá também a análise de autoras como Judith Butler e Beatriz Preciado em relação, principalmente, à performance transexual. Assim, também serão debatidas as teorias que justificam os paradigmas presentes à comunidade trans que tornam a diversidade como algo subversivo e tenta colocar uma binarização como preceito fundamental à sociedade.

Contudo, o preenchimento da perspectiva teórica ainda não atende com completude a questão transsexual quando se trata de sociedade. Afinal, se os institutos e a ciência já se atentaram aos “corpos falantes”, por qual motivo as estatísticas, por exemplo, da violência trans sobem exponencialmente ou, de forma tão grave quanto, são negligenciadas e invisibilizadas? Quais são as barreiras construídas socialmente?

Logo, o objetivo principal deste capítulo permeia na união de atributos teóricos e práticos para servir de instrumento aos debates relacionados aos direitos da Comunidade Trans, assim como postular a necessidade e a importância ao tratar de questões antes negligenciadas no contexto geral, tendo em vista que o Brasil, segundo a Transgender Europe, ainda lidera o ranking mundial de assassinatos à população trans.

### **Teorias que corroboram para desconstruir um padrão binário institucionalizado:**

Os fatos sociais de nascer e viver trazem consigo diversas implicações e determinações, como a imposição de uma heterossexualidade no nascimento de um bebê. Este já é induzido à comum pergunta “é menino ou menina?”, assim como a própria construção social que permeia nos presentes recebidos na fase infantil, tendo o exemplo de uma menina cis que recebe brinquedos estereotipados como bonecas e outros brinquedos que corroboram na definição imposta de “ser mulher”. Determinar identidade de gênero a partir de orientação sexual, então, torna-se um paradigma que acaba por excluir todos(as) que não se adequam à normalidade institucionalizada.

Segundo PRECIADO (2002, p.26), “O corpo é como um texto socialmente construído”, ou seja, acaba se limitando à questão sexo/gênero que é instituída como uma escritura e impede a necessária autodeterminação dos corpos trans. A desconstrução começa na descentralização do sexo na genitália, ou seja, qualquer prática tanto sexual, quanto de gênero deve ser reconhecida, não apenas aquelas que “heteronormalizam” as relações afetivas e causam o estranhamento a quem foge do padrão binário homem/mulher. Com isso, o corpo trans torna-se objeto para a emancipação deste segmento, pois isto permeia diretamente na

não-rotulação deste, haja vista que o falante corporal, como entende PRECIADO (2002., p. 21) “reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas”, logo, as formas naturais e morfológicas perdem valor na identidade de gênero, refutando, assim, premissas do determinismo biológico que desnecessariamente tentam definir “o que é o transsexual” e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a partir da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), o porquê do chamado “transtorno de gênero” existir.

A distinção instituída entre sexo e gênero, comumente permeia neste como construção cultural e naquele como fato biológico. Porém, segundo BUTLER (2003, p.28):

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação a possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero.

Posto isso, a autora introduz a ideia de que a questão do gênero passaria a ter um motivo uno. No lugar da biologia através do determinismo, entraria a cultura, a qual é influenciada com as relações de poder. Numa sociedade patriarcal, por exemplo, a posição social da mulher é de submissão em relação à do homem, então a pressão cultural segmentada na escolha de gênero seria limitada, pois estaria, assim, remodelando paradigmas de acordo com a vontade masculinista. Logo, a contribuição de Butler para desconstruir a relação binária institucionalizada é a construção da performance e performatividade através de uma análise de viés sociológico como elementos essenciais à comunidade trans. Isto significa que atos de fala, gestos, signos, modo de agir e etc, constroem o gênero e adentram como uma outra via ao padrão heteronormativo de homem/mulher.

Em entrevista<sup>45</sup> realizada na Casa Nem, espaço de acolhimento e capacitação para transexuais e travestis, principalmente em situações de risco, a ex-moradora e cofundadora Daniele Santos de 31 anos, ao ser indagada sobre a necessidade ou não da resignação da genitália para se considerar um homossexual e se a mesma já pensou em fazer tal cirurgia, ela respondeu: “Não, isso não define, pois a mudar de sexo não significa ser um ou uma

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada presencialmente pelo autor do artigo presente na instituição “Casa Nem” - que abriga a comunidade trans em situações de vulnerabilidade - no dia 10 de outubro de 2018.



transexual autêntico/a. Não tenho vontade de me mutilar, Deus me livre.”. Isto somado às teorias de PRECIADO (2002) e BUTLER (2003) corroboram pro fato já supracitado de que o transsexual foge ao padrão homem/mulher e forças institucionais não são suficientes para legitimar o determinismo em relação à diversidade. Por outro lado, há de se considerar a cirurgia de resignação ou "mutilação", segundo a entrevistada, como algo ainda presente na livre escolha de mulheres e homens trans. Sendo assim, a supracitada contrasexualidade não é defendida para remodelar como forma de determinismo, mas sim apresentar uma opção aos que não se interessam na mudança de genitália.

### **A OMS corroborando com os paradigmas a partir da CID-11:**

O cientificismo tem como característica atribuir a exatidão aos objetos dinâmicos, como a sociedade no geral que é detentora de um leque de diversidade em todos os gêneros, mas há uma tentativa contínua de setores que tentam impor um padrão. Isto quando efetivado principalmente em Estados autoritários, corrobora para os preceitos discriminatórios em relação à homoafetividade. A psiquiatria como exercício foi um exemplo disso, tendo em vista que no ano de 1968, o Manual de Transtornos Mentais (DSM), obra de referência na profissão, constava que a atração por pessoas do mesmo sexo era um tipo de aberração e estava presente no capítulo sobre desvios. Tendo em vista este paradigma, a comunidade LGBT se mobilizou e recorreu ao seu direito de manifestação na chamada Rebelião de Stonewall. Isto ocorreu em Nova York, Estados Unidos, após uma ação violenta policial no bar Stonewall Inn, em 28 de junho de 1969, tendo 5 dias mais tarde uma série de protestos contra os preconceitos para derrubar os paradigmas não só médicos, mas também da sociedade.

Logo, a Associação Americana de Psiquiatria (AAP) começou a reavaliar a questão de tratar a homossexualidade como desvio, sendo uma comissão determinante para recomendar a edição seguinte do DSM acerca do tema. Porém, isto não surtiu efeito a longo prazo, tendo em vista que outro instrumento de manutenção dos paradigmas surgiu com a Classificação Internacional de Doenças (CID-9) de 1985, instituída pela OMS que considerava a orientação dos homoafetivos como patológica, mantendo, assim, preceitos dos profissionais da época.

Em 17 de maio de 1998, a OMS retirou a homoafetividade como doença mental e eliminou o sufixo "ismo" da palavra “homossexualismo”, pois este, comumente, remete a uma forma de doença. Neste dia também é considerado o Dia Internacional de Combate à Homofobia, data que é marcada por diversas manifestações contra os paradigmas enfrentados

por toda a comunidade, como o fundamentalismo radical que chega ao ponto de subordinar um indivíduo em relação ao seu gênero.

Contudo, mesmo após a luta geral da população LGBTI+ em relação aos paradigmas instituídos, a OMS ainda usou como base a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) que considera a transexualidade como transtorno mental. No entanto, esta classificação passará a ser definida em 1º de janeiro de 2022 como incongruência de gênero, ou seja, a instituição apenas mudará a nomenclatura e o lugar no catálogo de patologias da CID-11. Isto significa que mesmo depois de sustentar um paradigma por 28 anos, os transexuais continuariam, a ser estigmatizados pela organização. Este tratamento patológico à identidade de gênero acaba criando mais uma barreira para a emancipação da comunidade trans que é incisiva no combate aos padrões heteronormativos existentes na sociedade, como afirma BUTLER (2009., p.1), “Receber o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero – TIG – é ser, de certa maneira, considerado doente, errado, disfuncional, anormal e sofrer uma certa estigmatização em consequência desse diagnóstico.”

O argumento utilizado para tal resolução permeia na questão cirúrgica. A OMS divulgou em nota oficial que: “[...] ainda há necessidades significativas de cuidados de saúde que podem ser melhor atendidas se a condição for codificada o CDI.”. Ou seja, a classificação de incongruência de gênero é utilizada para facilitar o atendimento em instituições como o Sistema Único de Saúde (SUS). Este serviço é padronizado de acordo com a World Professional Association for Transgender Health (WPATH) que recomenda métodos padrões em cada consulta. Isto inclui apoio psicológico, hormonioterapia e cirurgias ao demandante que passa por um período mínimo de 2 anos para saber se está apto ou não a realizar a transgenitalização, ou seja, apesar da completude, há ainda a rotulação médica que consiste em duvidar da integridade do/a transsexual sobre uma vontade própria. ocorrem terapias para verificar se o transsexual terá mais ou menos chances de arrependimento após efetuar a cirurgia de resignação sexual. Posto isso, para BENTO (2006, p. 51), “Ser candidato/a significa desempenhar com sucesso as provas que lhe são atribuídas em suas visitas semanais ao hospital. Mas quem tem o poder de decidir se o/a “candidato/a” foi aprovado ou não? O que está em jogo nessas provas?”.

Outro fato que corrobora para a despatologização é a universalização da saúde como um direito fundamental presente no Art. 196 da Constituição Federal Brasileira de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”. Ou seja, a

transsexualidade não precisa ser taxada como doença para que o Estado Brasileiro garanta o atendimento específico ao segmento.

Além disso, o fortalecimento do atendimento às demandas da comunidade trans torna-se essencial, visto que, segundo reportagem do jornal "O Globo" com informações do Ministério da Saúde, em agosto de 2018, 288 transexuais ainda aguardavam na fila de espera pela transexualização gratuita. Esta demora na cirurgia torna essencial também o serviço privado para atender às demandas do segmento, porém, pelo fato das cirurgias mais comuns como Histerectomia, Mastectomia e Metodoioplastia custarem em média 40 mil, ocorre a segregação da comunidade através do viés econômico, ou seja, apenas os demandantes que possuem poder aquisitivo elevado podem garantir mais facilidade na cirurgia, o que corrobora em mais um paradigma a ser enfrentado na busca pela emancipação.

Entretanto, a ressignação da genitália não é o único serviço demandado pela comunidade trans. A necessidade de centros hospitalares com setores especializados também são essenciais. Assim, como pontua Daniele Santos ao ser perguntada sobre a experiência nos hospitais públicos, fomentando visitas à Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro:

Hoje em dia, certos lugares têm setores especializados que só atendem pessoas trans, a Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, lá em cada é oferecido um tipo de serviço, um dia é clínico geral, na quarta dermatologista, na quinta o dentista. E não demora o atendimento. O único problema é não ser tão divulgado. Eles respeitam muito a gente também, uma vez eu fui me consultar e meu nome social sumiu, aí eles fizeram questão de me pedir novamente o nome social.

Logo, existe a necessidade e urgência do Estado Brasileiro, através do SUS, fornecer todos os meios para os procedimentos gratuitos com modelos eficazes, universais e com maior divulgação. Isto é possível seguindo modelos humanizados já existentes, assim como pontuou a entrevistada, efetivando o reconhecimento do transexual como portador de direitos e deveres, assim como o resto da população.

### **Reconhecimento versus Tolerância no Estado Democrático de Direito e na sociedade:**

A questão da tolerância/intolerância, no geral, ainda permeia sobre questões na comunidade trans. Como afirma Daniele Santos, durante a entrevista, ao ser indagada sobre a questão da violência da sociedade em relação aos transexuais:

Assim, eu tenho 31 anos de idade e se eu falar pra vocês que eu nunca fui agredida seria mentira, mas foi verbalmente. Ninguém nunca veio pra cima

de mim, até porque se vier, eu vou cair pra dentro igual. Mas assim, eu tento me manter o máximo respeito na rua, sem escandalizar, sem chamar atenção, porque é isso que queima.

A Tolerância remete à ideia de aceitar algo contrário às regras morais impostas pela sociedade e por instituições como um todo. Logo, ela se reafirma em impor ao próximo preceitos morais de não-aceitação. Por isso, relatos como o de Daniele tornam-se comuns na modernidade, visto que o próprio conceito considerado como “bom” pela sociedade, o de apenas tolerar o próximo, já sofre a corrosão e corrobora com a manutenção dos paradigmas sociais. Isto é observado nas relações pessoais quando são pleiteadas as estatísticas, visto que de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2017, ocorreram 179 assassinatos de pessoas trans e apenas 10% dos suspeitos foram presos. Já o reconhecimento, no geral, permeia na legitimidade do indivíduo como integrante digno na sociedade civil.

Assim, remetendo-se à vida social não institucionalizada, as relações pessoais devem ser pleiteadas pelo reconhecimento na intersubjetividade. Este conceito é apresentado por HONNET (2003, p. 59-60), que define a questão do transgênero em quatro fases: “é reconhecido afetivamente na relação em família, como ser carente concreto”, (fase do amor), depois, “na relação cognitiva-formal de reconhecimento do direito, como pessoa de direito abstrata”, (fase do direito), e por último, “na relação de reconhecimento do Estado, esclarecida no plano emotivo, como universal concreto, isto é, como sujeito socializado em sua unicidade”, (fase da solidariedade). Estas etapas essenciais ao reconhecimento, quando corrompidas, corroboram na privação da autonomia pessoal e na privação de direitos presentes na realidade cis<sup>46</sup>.

Já na relação entre o indivíduo segregado e o Estado Democrático de Direito, Habermas (2002, p. 235) pontua que:

[...] uma teoria dos direitos entendida de maneira correta vem exigir exatamente a política de reconhecimento que preserva a integridade do indivíduo, inclusive nos contextos vitais que conformam sua identidade. Para isso não é preciso um modelo oposto que corrija o viés individualista do sistema de direitos sob outros pontos de vistas normativos; é preciso apenas que ocorra a realização coerente desse viés. E sem os movimentos sociais e sem lutas políticas, vale dizer, tal realização teria poucas chances de acontecer.

---

<sup>46</sup> O prefixo CIS advém do Latim e nos assuntos de gênero significa a concordância entre a performance humana e a genitália no nascimento. Já o seu oposto, TRANS, significa a discordância nesta mesma relação.

Isto induz à ideia de que um Estado Democrático deve se atentar principalmente ao conceito da equidade, onde é primordial a reafirmação de todas as maneiras possíveis o reconhecimento aos grupos sempre segregados historicamente. Isto é realizado quando coloca-se, através da equidade, a igualdade de direito como real, ao mesmo tempo em que a autonomia civil no âmbito jurídico é intensificada.

Atrelada ao Direito, a política também torna-se fundamental para refutar a tolerância. Taylor (1998, p. 45), introduz a ideia de que a identidade e o reconhecimento estão internamente ligados, visto que, “A tese consiste no facto de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros.”, ou seja, a identidade está ligada à forma em que o indivíduo se percebe como ser humano e quando esta é corrompida pela falta de reconhecimento, há o estranhamento interno e externo na sua forma de agir individualmente e perante a sociedade, o que acaba, também segundo Taylor (1998., p.45) “reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe.”. Logo, o autor fomenta que a solução paradirecionar a diversidade identitária, de forma com que não haja segregação, é feita através do ativismo na política de reconhecimento igualitário. A ideia de reconhecimento se integra à concepção de Habermas sobre a integridade do indivíduo a partir de movimentos sociais e lutas políticas assim como pontuaram Ana Cláudia e Daniele Santos, durante a entrevista, ao serem indagadas sobre suas perspectivas para o futuro de combate aos preconceitos: “Com as manifestações, o ativismo, a coisa melhorou muito. A própria tecnologia nos ajudou bastante [...]” e “Eu acho que se a gente não tiver uma representatividade na política LGBT, a gente nunca vai conseguir avançar em nada.”. Esta concepção política se relaciona diretamente à luta contra a invisibilidade social que se apresenta como um fenômeno da sociedade contemporânea como forma de exclusão.

### **A invisível realidade dos transexuais no mundo rural**

Os caminhos mencionados que perpassam pelo Direito, pelo ativismo político e pela tecnologia esbarram no tradicionalismo do modo de vida no campo. Em entrevista ao Portal Carta Capital, Mariana Arante, homoafetiva, introduz que “Na maioria das vezes, eles têm dúvidas muito simplórias. Achavam que uma de nós duas tínhamos algum problema biológico [...]” e justifica que “Não chega a ser um preconceito no sentido de ataque ou violência. É de

não saber o que acontece mesmo, com pouco esclarecimento”. Assim, o relato de Mariana atende ao viés de que a academia e as instituições ainda não chegaram à zona rural, tornando a população LGBT ainda estranha à rotina do cidadão médio destas áreas. Isto está presente na discussão da diversidade na juventude rural e agricultura familiar como forte expoente de tradição no campo, segundo Maria N. Wanderley (2009), ao afirmar que:

É necessário levar em consideração o espaço de sociabilidade no qual se insere a mesma apresenta características específicas das comunidades rurais, em que predomina a agricultura familiar, entre elas: 1) São sociedades do interconhecimento, ou seja, todos (as) se conhecem e as relações sociais são bastante densas; 2) Têm uma tradição passada de geração a geração, pois a preocupação com as gerações futuras não se limita aos bens materiais, mas também aos bens culturais. Desta forma, o (a) jovem do campo está circunscrito (a) por uma teia de densas relações entre a casa (família) e a vizinhança (comunidade), localizado (a) entre o passado e o presente das tradições familiares. É um (a) jovem “multifacetário (a) que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural”

Portanto, existe o estranhamento enraizado passado de pai para filho ao diferente desde a juventude que é colocada como a base da manutenção do tradicionalismo rural. Por conseguinte, as fases de reconhecimento intersubjetivo mencionadas de Axel Honnet já esbarram na primeira, ou seja, não há o afeto familiar, logo, o (a) transsexual/transgênero não é concebido como ser concreto. Cria-se então a barreira de pluralismo no campo, restando apenas a performance individual de Judith Butler como quebra de paradigmas. Porém, a visão de um corpo falante também gira em torno do homem por meio do patriarcado. Nisto, são moldados os papéis de gênero que uma vez instituídos, não servem apenas de instrumentos para tornar a mulher como subalterna, mas também para excluir aqueles (as) que não exprimem as características físicas e psíquicas legitimadas do trabalho braçal conduzido pela masculinidade a partir da concepção de “força”.

Assim, tendo em vista também a área rural como grande detentora de complexidade nas relações sociais, há uma lacuna nos estudos teóricos em relação à diversidade de gênero. O acervo majoritário fomenta questões voltadas ao âmbito socioeconômico da área rural e quando foge ao padrão, institui apenas a figura da mulher trabalhadora que busca sua emancipação em meio às dificuldades apresentadas no seu território. Isto significa que quando a questão é voltada ao gênero e suas opressões nas sociedades rurais, é instituído o binarismo sexual que apenas representam os indivíduos na figura masculina ou feminina. Esta falta de pluralidade mencionada se torna mais acentuada conforme a complexidade de cada gênero.

Por isso, as minorias, tendo como foco os transexuais, presentes no mundo rural carecem não só de questões socioeconômicas geralmente apresentadas por autores renomados da área, mas também de voz efetiva como pertencente à complexidade social. Isto remete à ideia de Chimamanda Adichie, escritora nigeriana, em relação ao perigo de uma história única. A questão da invisibilidade que permeia a comunidade trans na área rural se aproxima de um paradigma como se a mesma não existisse. Isto implica nos estereótipos estruturais que tornam os transexuais como minorias ainda em busca de direitos. Sendo esta uma história única e absorvida pelo senso comum, a rotulação a uma espécie e até a um objeto já se torna algo frágil por atribuir características que nem sempre estão de acordo com a realidade.

Quando a discussão se dá entre pessoas e culturas é aprofundada uma forma mais intensa de segregação e é este o perigo principal de uma história única. Uma das exceções teóricas no assunto é discutida por Ferreira (2006) em relação ao “indizível das sociedades camponesas”, ou seja, o senso de que a diversidade de gênero é apenas uma característica presente na vida urbana, tornando, assim, o campo como um meio de padronizar a sociedade e institucionalizar os paradigmas. Isto tem relação direta com o conceito de invisibilidade, principalmente pelo fato de que os segmentos discutidos estão lá, ou seja, são corpos falantes e concretos lutando por sobrevivência, porém, não são legitimados (as) como portadores(as) de direitos.

Dado isso, a própria zona rural insiste em negar a existência daquilo que é considerado indiferente ou anormal. A justificativa novamente permeia na idealização do trabalhador campestre, ou seja, o indivíduo corporeamente apto às tarefas pesadas, portanto, a inclusão seria uma forma de negar o tradicionalismo instaurado que coloca o homem cis como ideal. Afinal, se há uma relação fática, existe um interesse por trás. Portanto, sendo esta uma área nova e negligenciada nos trabalhos científicos, há certa sensibilidade no tema pelo fato de ainda se configurar como um tabu invisível às zonas rurais. Assim, restou à academia o princípio de questões gerais relacionadas à heteronormatividade e à homofobia.

Contudo, há de se ressaltar a carência de pluralidade no segmento de gênero, o que torna mais ainda os transexuais como atores sociais invisíveis. Logo, a transexualidade ainda se configura como uma história única e representa um perigo à vivência não apenas desta, mas também do segmento LGBTI+, tendo em vista que preceitos como o patriarcado do campo e o padrão binário de homem-mulher ainda são fortes e praticamente exclusivos aos estudos rurais.

### **A realidade semi-exposta da comunidade trans urbana:**

A questão da invisibilidade social torna-se recorrente na realidade vivida pelos transexuais tanto na zona rural quanto urbana. Bruna Benevides, ativista da Stop Trans Pathologization (STP) é um marco neste tema. Ativa no quadro militar da Marinha do Brasil por mais de 20 anos, a transexual foi afastada de seu posto por assumir a sua identidade de gênero à corporação. Após entrar com um processo judicial pelo direito de trabalhar, a Marinha alegou, com embasamento legitimado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que a transexualidade a impediria de executar suas funções básicas por se tratar de uma patologia.

O caso exposto coloca em ênfase, principalmente, a fragilidade dos órgãos responsáveis e da sociedade no geral em relação ao reconhecimento da identidade transexual. A invisibilidade neste sentido indica a fragilidade dos ordenamentos em legitimar os direitos mínimos ao indivíduo, subordinado, assim, o/a trans à marginalização na sociedade. Daniele Santos, durante a entrevista, indica que “Por exemplo, eu tenho emprego formal, tive a graduação incompleta de farmácia, mas ainda sou vista como uma marginal, que rouba e etc.”.

Além disso, segundo a Associação de Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro (Triângulo Trans), apenas 5% da comunidade trans de Uberlândia está formalizada em empregos, enquanto 90% recorrem à prostituição. Esta estatística se mantém como uma das principais barreiras a serem ultrapassadas, visto que os preconceitos se juntam à vulnerabilidade do trabalho informal nas ruas. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2017, ocorreram 179 assassinatos de pessoas trans e apenas 10% dos suspeitos foram presos. Estas estatísticas além de serem negligenciadas pelas autoridades vigentes, não recebem apoio governamental em seus métodos, ou seja, organizações que defendem e garantem o espaço de fala do segmento segregado carecem, ainda, de políticas públicas visando a emancipação. Logo, quem deveria realmente proteger os transexuais falha em garantir os direitos mínimos instituídos na Constituição Brasileira.

Os próprios atos do Estado que visam ao reconhecimento trans acabam tendo um viés paternalista no sentido de privação à autonomia humana, como se o indivíduo só pudesse ser visto como receptor de direitos e deveres a partir de uma concessão das autoridades vigentes. No dia 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu a possibilidade do transgênero alterar o nome e sexo nos registros civis. A votação ocorreu por 10 votos a 0 e representa a vitória da comunidade trans, assim como pontua Daniele Santos, após a indagação sobre ser ou não uma evolução a concessão de nome social: “Muito grande, pois



antes só conseguíamos mudar o nome a partir da operação ou de um exame de sangue pra descobrir certa porcentagem de hormônio. Hoje qualquer pessoa chega lá e muda o nome de forma mais fácil”.

Contudo, há de se ressaltar a maneira que foi posta tal decisão. Alguns dos intérpretes autênticos da Constituição Federal Brasileira que compõem o STF argumentaram, em síntese, que o procedimento pela via legal causaria menos constrangimento, porque o mediador do Direito poderia expedir ofício a todos os órgãos públicos comunicando a alteração. Isto foi refutado pelo Ministro Edson Fachin, dizendo que:

A alteração dos assentos no registro público depende apenas da livre manifestação de vontade da pessoa que visa expressar sua identidade de gênero. A pessoa não deve provar o que é e o Estado não deve condicionar a expressão da identidade a qualquer tipo de modelo, ainda que meramente procedimental.

Isto remete novamente ao paradigma estatal que corrobora com a realidade trans, visto que a própria instituição que deveria reconhecer e instituir os direitos fundamentais como a autonomia do indivíduo diverge entre si.

Logo, considerando o ideal de Estado Democrático como um prolongamento de toda sociedade, isto é, sem a exclusão de minorias, decisões jurisprudenciais devem ser legitimadas na proteção à dignidade humana. No momento em que isto não é considerado, há a corroboração dos paradigmas, como indicam Daniele Santos Ana Cláudia ao serem perguntadas sobre a perspectiva pro futuro em relação ao preconceito, “O preconceito nunca acaba, vai melhorando, evoluindo um pouquinho, mas o preconceito não acaba nunca” e “Acaba nada, sempre vai ter um ali, uma piadinha aqui. Se o preconceito não vier verbal, será no olhar.”

### **(Des)Invisibilizando a identidade trans:**

Também há de se ressaltar caminhos para a emancipação da comunidade trans. Instituições como a Casa Nem do Rio de Janeiro, por exemplo, são imprescindíveis neste caminho. Esta se configura como um espaço de acolhimento e capacitação para Trans, que surgiu com o desdobramento do Projeto Prepara Nem – um curso preparatório para o ENEM, que na época do surgimento do projeto, em 2015, também servia como obtenção para o

certificado de conclusão do Ensino Médio – direcionado à população Trans do estado do Rio de Janeiro, tendo o Projeto “PreparaNem” conseguido a inclusão de um número considerável de transsexuais e travestis em empregos e universidades na região. A casa é independente e sem fins lucrativos para a comunidade “transvestigêneres” que se encontram em situações de alta vulnerabilidade, marcadas por violência doméstica, conflitos, violação de direitos e exclusão social. A instituição tem como ações e metas o debate acerca da promoção da saúde, a integração à educação e atividades culturais geradoras de renda.

Dentro da Casa Nem, a relação entre o segmento e a política é observada como bastante estreita, tendo em vista a ação de legitimar representações LGBTI+ que buscam o progresso à comunidade. Ações não-governamentais como a supracitada remetem à ideia emancipatória de SOUZA (2017, p. 129) “[...] Recuperemos nossa inteligência, voltemos a praticar a reflexão autônoma que é a chave de tudo que a raça humana produziu de bonito e de distinto na vida da espécie. Afinal, tudo que foi feito por gente também pode ser refeito por gente.”.

Paralelo ao exposto, o próprio aparelho estatal também detém papel fundamental na visibilidade trans. A patologização é utilizada como base para decisões judiciais, o que corrompe o seu sistema e posterga ao transgênero o direito constitucional de liberdade, autodeterminação e reconhecimento social da condição humana de pertencer a qualquer um dos gêneros que se identificar ao longo de sua vida, sem que esta escolha, seja considerada patológica. No lugar disso, o âmbito jurídico deve servir como instrumento emancipatório e de proteção à comunidade trans, efetivando os seus princípios e abrindo o ambiente, antes corporativista, à representatividade de minorias.

Outra medida emancipatória será efetivada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que implementará nos processos de graduação e pós-graduação ações afirmativas para a entrada de estudantes transgêneros, travestis e transexuais. Isto implica diretamente na inclusão do segmento trans posteriormente no mercado de trabalho formalizado, tendo em vista que devido à marginalização social, segundo a Transgender Europe, 90% do segmento trans acaba recorrendo à prostituição em algum momento da vida, o que estigmatiza e potencializa dados como o do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), colocando que 65% das pessoas trans assassinadas em 2017 tinham como principal fonte de renda a prostituição.

### **Considerações finais**

Portanto, tendo em vista os paradigmas recorrentes impostos e negligenciados por instituições como a OMS e o Direito presentes no dia-a-dia da comunidade trans, é de extrema importância que estes passem a reconhecer e legitimar os/as transsexuais com a mesma concretude de um indivíduo cis. Este caminho perpassa no pleno entendimento de teorias como de Judith Butler e Beatriz Preciado, desinvisibilizando e percebendo a voz efetiva de organizações como a Casa Nem, além da representatividade política citada por Daniele Santos gerando, por conseguinte, o espaço devido àqueles que desde sempre foram renegados.

O próprio mecanismo do Direito é fundamental neste sentido também quando proporciona o ativismo judicial para conferir preceitos essenciais à emancipação trans e confrontar com os preconceitos existentes principalmente naqueles que são portadores do dever de reconhecimento intersubjetivo.

Já a OMS tem o papel fundamental de despatologizar a transsexualidade, tendo em vista que isso representa mais um forte paradigma à comunidade, tendo em vista que isto apenas faz a manutenção de esteriótipos e o seu motivo apresentado de “facilitar a cirurgia de readequação sexual” é refutada pela própria Constituição Federal Brasileira que universaliza o acesso à saúde. Assim, há uma esperança real de que estatísticas nacionais, como a liderança do Brasil no quesito de morte de transsexuais, passem necessariamente de realidade à ficção.

Por último, tendo em vista também a relevância de meios científicos para o desenvolvimento, há de se combater a própria negligência acadêmica para tornar visível aqueles que outrora foram subordinados à invisibilidade principalmente nas áreas rurais. O escasso material sociológico da população LGBTI+ e, principalmente, dos transexuais em detrimento ao complexo acervo de relações econômicas representa a atenção majoritária apenas no sentido laboral, induzindo, assim, a sociedade campestre apenas como um meio e não como um fim em si, adaptando o pensamento à concepção de Immanuel Kant em relação à dignidade da pessoa humana.

Assim, o rompimento e não apenas a reformulação de paradigmas implica diretamente na erradicação da transfobia que se configura como uma das grandes problemáticas a serem enfrentadas pelo Estado Brasileiro e todas as instituições que devem reconhecer e promover a equidade às minorias<sup>47</sup>.

### **Referências bibliográficas:**

---

<sup>47</sup> O termo “minorias” utilizado refere-se ao termo sociológico que representa uma camada da população segregada diante de aspectos culturais, econômicos, sociais ou religiosos.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos Transviados e a despatologização das identidades trans. Revista Florestan, n. 2, p. 46. 2014.

\_\_\_\_\_. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense. 2008.

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keila. Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Realização: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasília: 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUNA BENEVIDES: A Sargento Trans da Marinha luta para voltar a trabalhar. UOL. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/30/bruna-benevides-luta-para-que-as-pessoas-trans-sejam-consideradas-pessoas.htm>>. Acesso em: 06/11/2018.

BUTLER, Judith. Diagnosticando o gênero. Tradução: André Rios. Revisão Técnica: Márcia Arán. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 95. 2009.

\_\_\_\_\_. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira. 2010.

Carta Capital. A vida dos LGBTs na zona rural. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/a-vida-dos-lgbts-na-zona-rural>. Acesso em: 06/08/2018.

\_\_\_\_\_. O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acesso em: 07/08/2018.

FERREIRA, Paulo Rogers. Os Afectos Mal-Ditos: o indizível das sociedades camponesas. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do Outro. Ed. Loyola. 1997.

HONNETH, Axel. Luta pelo Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34. 2003.

LUHMANN, Niklas. O direito da Sociedade. Tradução Saulo Krieger; Tradução das citações em latim: Alexandre Agnolon. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins. 2016.

WANDERLEY, Maria de N. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria; CASTRO, Elisa (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Organização Pan-Americana da Saúde. OMS divulga nova Classificação Internacional de Doenças (CID 11). Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_con](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_con)

tent&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencascid11&Itemid=875> Acesso em: 03/08/2018.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto Contrassexual-Práticas Subversivas de Identidade Sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições. 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo– 39. ed., ver. e atual. São Paulo: Malheiros. Ano 2016.

Stop Trans Pathologization. Manifesto. Disponível em: <<https://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>>. 2012. Acesso em: 05/11/2018.

TAYLOR, Charles. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

World Health Organization. CID-11: Classificando doenças para mapear a maneira como vivemos e morremos. Disponível em: <<http://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases>>. Acesso no dia 20 de novembro de 2018.

## Mulheres rurais: a busca por direitos sociais e de igualdade

Geraldo Lucas Lopes Ferreira

**Resumo:** As mulheres rurais estão imersas em um contexto de desigualdade de direitos sociais e de igualdade, quando comparadas com a população urbana. Além de conviver com o biopoder que os estereótipos e os papéis de gênero causam a sua condição de gênero feminino, estas mulheres, sofrem com o não reconhecimento do trabalho desenvolvido no ambiente familiar rural ou fora deste. Assim, não é considerado como trabalho o esforço que demanda a sua realização, nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos inteiram com outros que possuem fontes monetárias, que conjuntamente, conforma à renda familiar, sejam no consumo direto ou na venda em feiras livres. Desse modo, incluir as mulheres rurais, é a capacidade de lhes oferecer chances iguais de uma vida digna, é fazer com que elas se sintam como parte do espaço rural, usufruindo dos mesmos direitos de igualdade, oportunidade e reconhecimento.

**Palavras-chave:** gênero; direito; zona rural; reconhecimento.

### Introdução

Os movimentos feministas, pós-feministas e teoria *queer* impulsionaram as novas formas de entender a construção do gênero. Estas mudanças aplicam-se nos diversos contextos, incluindo as zonas rurais, onde as desigualdades de gênero se inscrevem em conjunto de outras desigualdades sociais, que se anunciam historicamente quando se compara a população rural e a população urbana.

As mulheres rurais vivem uma desigualdade tanto nos direitos sociais e de igualdade, além, do biopoder que os estereótipos e os papéis de gênero carregam, quando enquadra o feminino na maternidade e o masculino na virilidade, além das péssimas condições de vida e de acesso a políticas públicas no meio rural, especialmente nas regiões mais pobres.

Além disso, o capítulo busca entender a dificuldade de reconhecer enquanto trabalho, as funções desempenhadas por mulheres no espaço rural, bem como os esforços que demandam as suas realizações, até mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribuem como outros de fonte monetária, que conjuntamente, conforma à renda familiar, sejam no consumo direto ou indireto.

Desse modo, incluir as mulheres rurais é reconhecer a sua capacidade de receber chances iguais de uma vida digna e fazer com que elas se sintam como parte do espaço, como uma totalidade, usufruindo dos mesmos direitos de igualdade, oportunidade e reconhecimento.

## Contexto histórico do feminismo

Os movimentos feministas têm impulsão das ideias iluministas (1680-1780), e nos movimentos da Revolução Francesa (1789-1799) e Americana (1775-1781), na qual as mulheres começaram a lutar por direitos sociais e políticos. Assim, a primeira onda feminista é marcada pelo direito ao sufrágio, período de abertura para as mulheres nas decisões políticas.

A segunda onda feminista é marcada pelo estudo do gênero, precisamente no campo das ciências da saúde, ocasião em que o estudioso Robert Stoller (1968) em seu livro “Sex and Gender”, introduz a expressão gênero, lhe diferenciando do termo sexo, entendido estritamente como condição biológica. Stoller passa a entender que a condição de ser mulher não está estritamente ligada ao determinismo biológico dos corpos, e sim ao sentimento de se mulher e de ser homem sem se prender a estas referências anatômicos.

Por fim, surge a terceira onda feminista, denominada, pós-feministas e teoria *queer*, que entende a construção do gênero, como ato intencional, um gesto performativo que produz significados, ou seja, a repetição de desejos, gestos e signos no âmbito cultural, reforçando a construção de corpos, masculinizados e feminizados.

A partir do pós-feminismo e teoria *queer*, o gênero passa a ser visto além do binarismo de sexo/gênero, corpo/mente, branco/preto, zona urbana/zona urbana, rico/pobre, e sim como um sistema de escrituração corpórea, onde o indivíduo escreve em seu corpo outras formas de enunciação de estereótipos e papéis de gênero. Como assim diz Preciado (2014):

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. (PRECIADO, 2014, p. 26).

Em complemento, Berenice Bento (2006), escreve:

A história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção do biopoder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção reprodução sexual. Nesse processo, certos códigos naturalizam-se, outros são ofuscados ou/e sistematicamente eliminados, postos às margens do humanamente aceitável. A heterossexualidade não surge espontaneamente em cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente por meio de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais. (BENTO, 2006. pp.87-88).

Levando em consideração ao que Preciado e Bento dizem, fica claro que sempre foi convencional determinar o sexo do indivíduo a partir do momento de seu nascimento. Dessa forma, bastava à observação externa da genitália, declarada pelo profissional que realizou o parto e essa identificação acompanharia o indivíduo até o dia de sua morte. No entanto, a determinação de gênero, antes diretamente ligada à constituição morfológica, com o avanço da medicina e consequentes descobertas do ponto de vista da filosofia, sociologia e psicologia, não podemos nos limitar somente na ordem biológica.

Verdadeiramente, o conceito de gênero ultrapassa as concepções ligadas aos órgãos reprodutores do indivíduo, pois se caracteriza como construção social, “as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 1997, p.24). Por isso, o gênero está muito mais arrolado aos papéis sociais desenvolvidos pelas pessoas em suas relações cotidianas e ao modo como elas se veem e se compreendem enquanto sujeitos de direitos, do que à sua estrutura e aparência física.

Guacira Lopes Louro (1997) afirma:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais (1997. p. 27).

Considera-se aqui tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade que as identidades são sempre construídas. Desse modo, não seria possível fixar um momento seja esse o nascimento, a adolescência ou a maturidade que possa ser tomado como identidade sexual e/ou uma identidade de gênero, em outras palavras, as identidades estão sempre se constituindo, são instáveis e passíveis de transformação.

É importante ressaltar que desde a infância há um condicionamento dos membros da sociedade para pertencerem a uma dualidade de gênero que é “arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás”, (BOURDIEU, 2012, p.16). Assim, o masculino e o feminino, são muito bem separados socialmente quando lhe caracteriza pelo azul e o rosa.



Em virtude disso, qualquer desvio dessa normatividade, seja na área da medicina, no âmbito social ou no Direito, é alvo de estranhamento e incerteza. “As noções de "homem" e "mulher" não são essências, elas se dissolvem sob as ficções mais ou menos compartilhadas que as colocam em cena no liame social. Essas expectativas coletivas próprias aos papéis de gênero são anteriores ao sexo e o condicionam” (BUTLER, 2006, p.13).

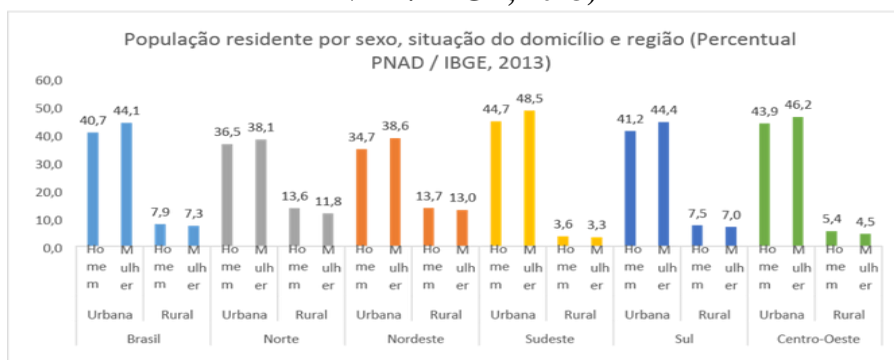
Além disso, o processo de desconstrução do gênero chega agora nos ambientes rurais, onde existem mulheres que vivem molduras sociais de direito e igualdade de décadas passadas e não tem a oportunidade de conhecer a sua própria identidade performática contraproduzida cotidianamente na rotina das zonas rurais.

### Luta por direitos no espaço rural

As mudanças das formas de compreender o gênero vêm sendo aplicadas nos diversos contextos de vida social, seja nas zonas urbanas e nas zonas rurais, local este, onde as desigualdades de gênero se inscrevem em conjunto de outras desigualdades sociais, que se anunciam historicamente quando se compara a população rural e a população urbana. Um exemplo destas desigualdades entre as duas populações é o fato das políticas públicas e dos direitos trabalhistas terem atingido de forma paulatina, os moradores e os trabalhadores rurais.

Em vista disso, o Brasil tornou-se, nos últimos anos, um país de população majoritariamente urbana, com grande oscilação das mulheres da zona rural para urbana, conforme gráfico a seguir:

**Figura 1 – População residente por sexo, situação do domicílio e região ( Percentual PNAD / IBGE, 2013)**



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296p

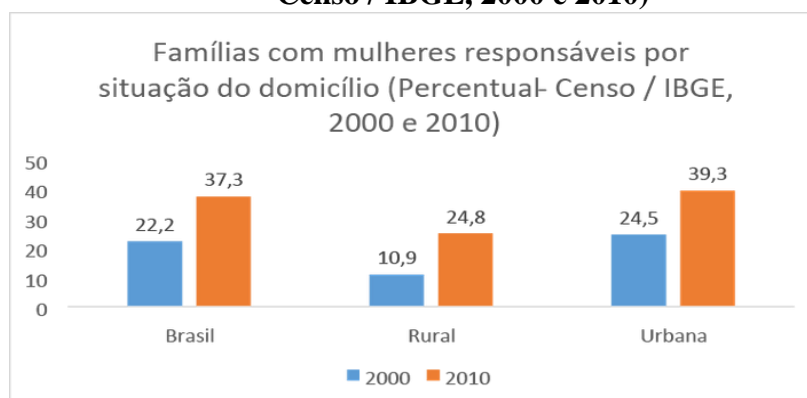
O IBGE contabilizou o índice populacional no entorno de 190.755.799 pessoas. Na zona rural, foram contabilizadas 14.129.837 mulheres, o equivalente, segundo o IBGE, cerca

de 7,4% da população. Agora quando se comparam com a população feminina que vivem nas zonas urbanas, as contabilizações chegaram a 83.218.972 mulheres, o que equivale a 43,6% da população.

Desse modo, conforme análise da pesquisa realizada no ano de 2013, a pequena extensão de mulheres vivendo na zona rural, em relação ao todo populacional brasileiro, pode justificar a invisibilidade destas mulheres rurais, haja vista que elas continuam sendo mais de 14 milhões de mulheres, que enfrentam cotidianamente as diversas dificuldades de viver em locais afastados, de difícil acesso, onde o Estado tarda a chegar com serviços públicos essenciais para uma vida com qualidade.

Outro fato, dizem respeito ao crescimento do número de arranjos familiares unipessoais, principalmente monoparentais femininas. No censo populacional do IBGE de 2000, 22,2% das famílias brasileiras tinham mulheres como responsáveis, número que aumentou para 37,3% no censo de 2010. Nas áreas urbanas, a responsabilidade feminina nas famílias expandiu de 24,5% no censo de 2000 para 39,3% em 2010 e nas áreas rurais este número dobrou em 10 anos, passando de 10,9% em 2000 para 24,8% em 2010.

**Figura 2 – Famílias com mulheres responsáveis por situação do domicílio ( Percentual – Censo / IBGE, 2000 e 2010)**



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2009/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 288p

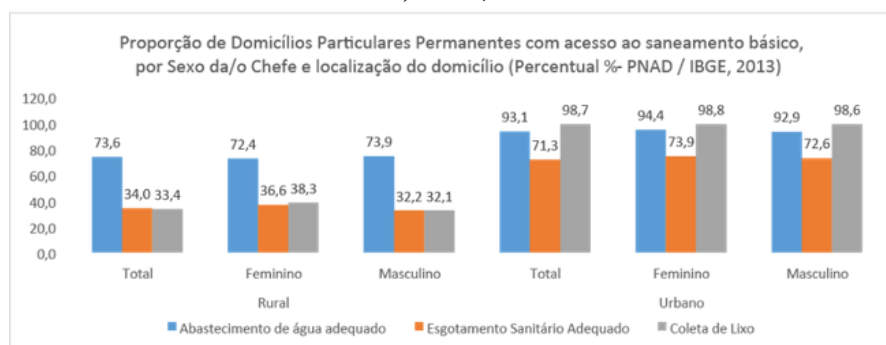
Assim, a dimensão de gênero passa a ser vista, como dimensão da desigualdade social no território rural, “cujo reconhecimento se expressa na constatação de uma hierarquia no ser, ter e estar entre homens e mulheres, com reconhecimento da desvalorização, exploração, opressão e subordinação” (BUARQUE, 2015).

As agricultoras, ao mesmo tempo em que têm grande participação na produção agrícola, principalmente na de alimentos, seu trabalho tem pouca visibilidade nas estatísticas oficiais e elas formam um dos grupos mais esquecidos pelas políticas públicas (BRUMER E PAULILO, 2004, p.171).

As mulheres rurais, que estão imersas nesse contexto de desigualdade, são as que mais sofrem, seja com o biopoder que os estereótipos e os papéis de gênero carregam, além das péssimas condições de vida e de acesso a políticas públicas no meio rural, por exemplo o acesso ao saneamento básico, visto que a falta deste gera impactos diretos e indiretos sobre a saúde e a dinâmica da população, especialmente nas regiões mais pobres.

Conforme o gráfico, nas áreas rurais o acesso ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo é precário, tanto para os domicílios chefiados por mulheres quanto por homens.

**Figura 3 – Proporção de Domicílios Particulares Permanentes com acesso ao saneamento básico, por sexo da/o chefe e localização do domicílio ( Percentual PNAD / IBGE, 2013)**



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p

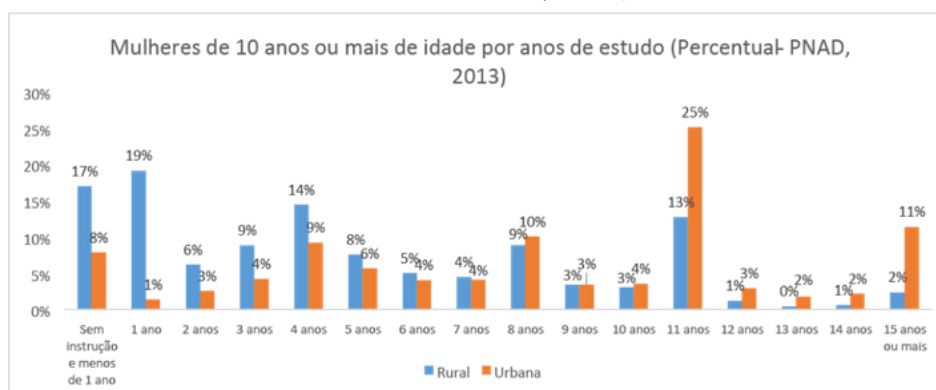
Nota-se que os domicílios geridos por mulheres, residentes em zonas rurais apresentam índices de esgotamento sanitário e coleta de lixo levemente maiores que os domicílios responsabilizados por homens, enquanto o abastecimento de água apresenta uma taxa maior de 73,9% nos domicílios com chefia masculina e 72,4% nos domicílios de responsabilidade feminina.

No que se refere à força dos estereótipos de gênero entre mulheres, Bento, escreve:

A materialidade do corpo deve ser analisada como efeito de um poder, e o sexo não é aquilo que alguém tem ou uma descrição estática. O sexo é uma das normas pelas quais “alguém” simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível. Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode se entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como identidades “transtornadas” pelo saber médico (BENTO, 2006, pp. 88-89).

A educação no meio rural também é extremamente precária, quando se compara com o meio urbano:

**Figura 4 – Mulheres de 10 anos ou mais de idade por anos de estudo ( Percentual PNAD / IBGE, 2013)**



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296p

Em 2013, a PNAD apontou a média de 8 anos estudo para a população brasileira, sendo 7,8 anos entre os homens e 8,2 anos entre as mulheres. A diferença de escolaridade na zona urbana e rural é marcante. Na zona urbana, 25% das mulheres com idade igual ou superior a 10 anos têm 11 anos de estudo, isto é, concluíram o ensino médio, e 11% tem 15 anos ou mais de estudo, o que significa que concluíram o ensino superior. Na zona rural, outra realidade é construída, apenas 13% das mulheres com idade superior a 10 anos concluiu o ensino médio e apenas 2% concluiu o ensino superior. A maioria destas mulheres tem apenas 1 ano de estudo, o que corresponde a mais de 2 milhões de mulheres.

Desse modo, mesmo com as lutas dos movimentos feministas, o Brasil, ainda caminha em passos lentos, na concretude de direitos no meio rural. Assim, a presença de uma rede assistencial, social e jurídica, que priorize o reconhecimento das mulheres rurais, contribui para que esta perpassa pelas fases do reconhecimento intersubjetivo.

Dessa feita, o sociólogo Axel Honneth (2003), acredita que qualquer indivíduo deve ser “reconhecido afetivamente na relação em família”, (fase do amor). Esta fase pode ser aplicada ao meio familiar quando cada membro da família compartilha entre os outros o mesmo amor, afeto e respeito, o reconhecendo como ser carente concreto.

A segunda fase trata-se da “relação cognitiva-formal de reconhecimento do direito”, (fase do direito). Neste momento, a rede jurídica entra em ação para resguardar e criar políticas públicas para as mulheres rurais, as reconhecendo como pessoa de direito abstrata.

Finalmente, “na relação de reconhecimento do Estado, esclarecida no plano emotivo, como universal concreto”, (fase da solidariedade). Esta última fase finaliza as redes para o reconhecimento das mulheres rurais, quando todos da sociedade enxergam nestas mulheres sujeitos socializadas em suas unicidades. Honneth (2003) completa:

pele reconhecimento recíproco de sua identidade, uma pressão intra-social para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade; trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à vida social ... porque só através da violação recíproca de suas pretensões subjetivas os indivíduos podem adquirir um saber sobre se o outro também se reconhece neles como uma totalidade (HONNETH, 2003, p. 63).

Não havendo o reconhecimento das mulheres rurais, surge o desrespeito, privação de direitos ou exclusão social, que não representa somente a diminuição drástica da autonomia pessoal destas mulheres, como também para Honneth (2003):

Associação com o sentimento de não possuir o *status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral (HONNETH, 2003, p. 216).

Para a existência do Estado de direito que respeite e reconheça as mulheres, é imprescindível a efetivação dos seus direitos fundamentais, “sem os quais simplesmente não pode haver um direito legítimo: em primeira linha o direito a liberdades de ação subjetivas iguais, que por sua vez pressupõe uma defesa jurídica individual e abrangente” (HABERMAS, 2003, pp. 43-44).

Um importante movimento social que simboliza as lutas das mulheres no espaço rural é a “Marcha das Margaridas” que deve seu início em meados dos anos 2000, e que atualmente integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Nas palavras da pesquisadora Berenice Gomes da Silva, esse movimento reivindicatório é “produto e processo das relações sociais é uma ação coletiva enquanto um fenômeno empírico, que propicia às suas integrantes um sentimento de coletividade, pertencimento à medida que resulta de um amplo processo de mobilização e articulação” (SILVA, 2008, p. 51).

Dentre às diversas mulheres pioneiras dos movimentos reivindicatórios femininos no campo, destaca-se: Margarida Alves, a mesma representa inúmeras mulheres que oferecem

suas vidas em face da construção das lutas sócias do campo. Ela foi presidente do Sindicato Rural de Lagoa Grande, na Paraíba, e foi assassinada em 12 de agosto de 1983. Durante sua vida Margarida lutava pelos direitos das mulheres e pelo fim da violência no campo e dizia sempre: “Melhor morrer na luta que morrer de fome”.

Vale ressaltar que a “Marcha das Margaridas” obteve várias conquistas para as mulheres do campo, como por exemplo, o reconhecimento da mulher como beneficiária dos programas de reforma agrária, benefícios sociais e financiamentos agrícolas. Entretanto a lutas dessas mulheres rurais ainda continua, haja vista às constantes violências de gênero, bem como a precarização de direitos sociais no campo.

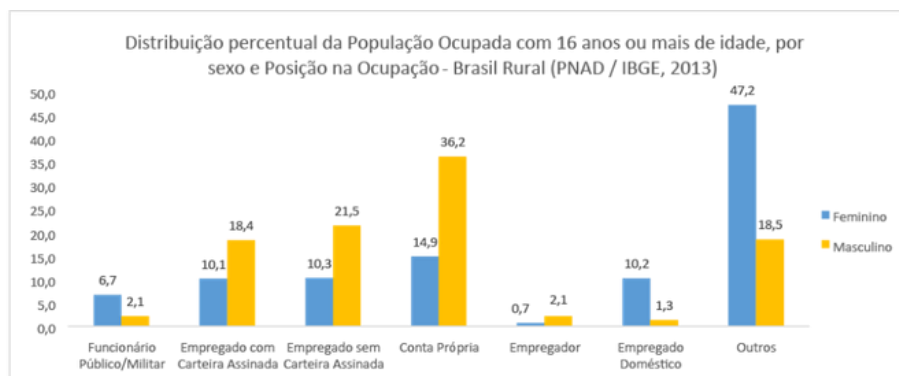
### **A mulher rural e a agricultura familiar**

A mulher rural, além dos trabalhos de casa, também participa da agricultura familiar ao se responsabilizar pelo “quintal”, local onde realiza as atividades agrícolas, como hortas, pequeno roçado para consumo, e o cuidado com os animais de pequeno porte, destinados ao consumo da família. Entretanto, estas atividades desenvolvidas pela mulher rural não são reconhecidos como trabalho, sendo consideradas, na maioria das vezes como afazeres domésticos, tendo em vista que não são contabilizadas em termos monetários.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres e, de um modo geral, também as crianças e os jovens ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. (BRUMER; PAULILO, 2004, p. 210).

A liberdade econômica das mulheres é um indicativo importante para o aumento da qualidade de vida, e é realizado na medida em que insere as mulheres no mercado de trabalho ou em atividades remuneradas, além da distribuição equitativa das atividades domésticas e de cuidado dos filhos. Mesmo com a grande ocupação de mulheres e homens, a posição de cada um dos gêneros ocupa é reveladora das desigualdades. O gráfico a seguir demonstra esses índices de desigualdades que passa o gênero feminino quando se compara com o masculino:

**Figura 5 – Distribuição percentual da População ocupada com 16 anos ou mais de idade, por sexo e posição na ocupação – Brasil Rural (PNAD / IBGE, 2013)**



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 296 p

Assim, não se considera como trabalho o esforço que demanda a sua realização, nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribui como outros de fonte monetária, que conjuntamente, conforma à renda familiar, sejam no consumo direto ou na venda em feiras livres. “Para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas, e portanto não considerado como trabalho” (HEREDIA, 2006, p. 24).

Além disso, para Brumer e Paulilo (2004, p. 211) “a mulher executa tanto trabalhos leves como trabalhos pesados como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio”. Desvinculando o mito das mulheres rurais e suas filhas, realizarem apenas trabalhos considerados leves e os homens e seus filhos, cuidavam as lavouras e da agricultura.

**Figura6 – Proporção da População de 10 anos ou mais de idade que cuida de afazeres domésticos, por sexo e média de horas semanais dedicadas, segundo Cor/Raça e localização domicílio (PNAD / IBGE, 2013)**

Localização do Domicílio	Total		Masculino		Feminino	
	Proporção (%)	Média de horas	Proporção (%)	Média de horas	Proporção (%)	Média de horas
Brasil	65,9	19,4	44,7	10,4	85,5	23,8
Urbano	65,8	19,2	45,1	10,4	84,7	23,4
Rural	65,9	20,7	43,1	10,2	90,8	26,1

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro, IBGE, 2015. 296 p

A divisão sexual do trabalho naturalizou as tarefas domésticas como função feminina, constituindo uma porção considerável de sua ocupação, já que 85,5% das mulheres cuidam de afazeres domésticos e dedicam uma média de 23,8 horas semanais. Os homens que cuidam de

afazeres domésticos são 44,7% e dedicam 10,4 horas semanais a esta tarefa, ou seja, menos da metade do tempo dedicado pelas mulheres. No meio rural, este índice chega a 90,8% para as mulheres, com a dedicação de 26,1 horas semanais, e corresponde a 43,1% para os homens, com a dedicação de 10,2 horas semanais.

Vale a pena lembrar que, além dos afazeres domésticos muitas mulheres rurais ajudam os seus esposos no trabalho realizado no “mato” seja capinando, roçando pasto, plantando lavouras ou cuidado de criações de grande porte. Atividades estas ligadas aos estereótipos do gênero masculino, mas que agora perdem a sua perspectiva de gênero, pois descaracteriza a mulher dos seus papéis uma vez que esta seria utilizada como produtora de “trabalhos masculinos”.

O trabalho doméstico dentro do contexto sócio histórico do rural brasileiro é produzido, segundo Paulilo (2004) enquanto um espaço de responsabilidade feminina. No meio rural as relações de trabalho apresentam um recorte marcadamente de gênero, em que às mulheres são atribuídos os afazeres considerados ‘leves’, enquanto aos homens os afazeres considerados ‘pesados’.

Fato que deve ser analisado é que a mulher rural desempenha papel fundamental, no espaço rural, seja na família, propriedade, comunidade em geral. “A mulher ao longo do tempo vem conseguindo abrir muitas barreiras e tem avançado nas discussões sobre igualdade de gênero” (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO. 2016. p.11).

No entanto, o maior impedimento é que sociedade ainda ver culturalmente no homem a única fonte eficaz de renda e riqueza, pensamento este que provem de uma instituição familiar majoritariamente das relações de poder patriarcais, os quais colocam no homem, o líder e o responsável de prover o meio familiar, tornando-o também o responsável pelas decisões a serem tomadas, colocando a mulher em segundo plano.

Desse modo, a ausência de reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres rurais, faz com que, este grupo retroceda, e volte a não considera como trabalho as atividades desempenhadas por mulheres, principalmente no ambiente rural, por não entenderem que se trata de tarefas produtivas no espaço da agricultura familiar.

Dentro dessa mesma lógica, o trabalho doméstico propriamente dito é desprovido de qualquer relevância social ou econômica, carregando todo o estrato da população do campo que a ele se dedica, no caso, as mulheres, ha uma situação de desvalorização de forte impacto sobre a sua autoestima. (VILLWOCK, GERMANI, RONCATO, 2016, p.13).



Por fim, Buarque (2005) acredita que mesmo com todo o esforço de criação e de implementação de políticas públicas em favor das mulheres, as mulheres rurais, que garantem a sobrecarga da agricultura familiar, são menos remuneradas, têm menos conforto, menos chances de diversão e sofrem mais restrições à participação na vida política.

### **Considerações finais**

Conforme leitura e análise dos dados referentes ao nível de direitos sociais das mulheres residentes nas áreas rurais do Brasil é cristalino a falta de políticas em fase dessas mulheres, que contidamente tem o seu trabalho não reconhecido, bem como as discriminações devido as suas condições de gênero.

Ademais, é importante destacar o movimento social “Marcha das Margaridas” que atualmente atua como produtor de relações sociais que propicia às mulheres rurais um sentimento de coletividade e pertencimento no cenário político, econômico e social.

Outro ponto que deve ter maior atenção é a presença de uma rede jurídica mais efetiva e face do reconhecimento das mulheres rurais, tendo em vista que estas surgem vivem em uma narrativa baseada no desrespeito, privação de direitos ou exclusão social, que representa a diminuição da sua autonomia pessoal.

A existência do Estado de direito efetivo que respeite e reconheça as mulheres do campo, é imprescindível para a efetivação dos seus direitos fundamentais, elecando no artigo 5º e seguinte da Constituição da República de 1988, haja vista que a inexistência desses direitos fundamentais torna qualquer outro direito ilegítimo, uma vez que não passou pelo processo de respeito e reconhecimento.

Desse modo, incluir as mulheres rurais, é a capacidade de lhes oferecer chances iguais de uma vida digna, é fazer com que elas se sintam como parte do espaço, usufruindo dos mesmos direitos de igualdade, oportunidade e reconhecimento.

### **Referências bibliográficas**

BENTO. Berenice. *A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond. 256p. 2006.

BOURDIEU. Pierre. *A dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

BRUMER, A.; PAULILO, M. I. *As agriculturas do sul do Brasil*. Revista Estudos Feministas. vol. 12. n. 01. Florianópolis. Jan./Abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21697.pdf>>. Acesso em 12 de nov. 2018.

BUARQUE, C. *A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo*. In: Miranda, C., Costa, C.(Orgs.). *Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero*. Brasília: IICA, 2005.

BUTLER, Judith. *O parentesco é sempre tido como heterossexual?*. Cad. Pagu [online]. n. 21, 219-260pp. 2003.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 234-239pp. 2012.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do Outro*. Editora Loyola, São Paulo, 231- 235pp. 1997.

HEREDITA. Beatriz Maria Alásia. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro*. Revista Nera. 2019, nº. 8. jan/jun de 2006. São Paulo.

HONNETH, Axel. *Luta pelo Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, p. 296. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda. 179p. 1997.

Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 296 p

Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2009 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009. 288p

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual-Práticas Subversivas de Identidade Sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 21p. 2014.

Bento, Berenice Alves de Melo. *A marcha das margaridas : resistências e permanências*. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2008.

STOLLER R. *Sex and gender: the development of masculinity and femininity*. New York: Science House; 1968.

RONCATO, Patrícia Eveline dos Santos. *Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira*. Revista Alamedas. Vol. 4, n. 1, 2016. Unioeste campus Toledo-Paraná.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; GERMANI, Alessandra Regina Muller. *Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira*. Revista alamedas. 2016.

## Bibliografia

- ALMEIDA, C. M. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- ALMICO, R. C. *Dívida e obrigação*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- ANDRADE, M. F. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ANDRADE, Therezinha. *O quê os diários revelam – práticas de formação de professoras para a escola rural, Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo – Ibirité, Minas Gerais, 1956-1959*. Belo Horizonte, 2006. 148p.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada 1 – Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARMICOOPA; GEPAF. *Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Mucuri (PTDS)*. Teófilo Otoni: UFVJM, 2010.
- ARRUDA, J. J. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BARREIRO, Iraíde. Helena Antipoff - *A educadora ruralista : a construção de um acervo pessoal e sua relevância para a educação na atualidade*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007.
- BARROS, J. D.'Assunção. *História comparada*. Editora Vozes Limitada, 2014.
- BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keila. *Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. Realização: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasília: 2018.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense. 2008.
- BENTO, Berenice. *O que pode uma teoria? Estudos Transviados e a despatologização das identidades trans*. Revista Florestan, n. 2, p. 46. 2014.
- BENTO. Berenice. *A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond. 256p. 2006.
- BERGAD, L. *Escravidão e história econômica*. Bauru: EDUSC, 2004.
- BLOCH, M. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Zahar, 2002.
- BOECHAT, V. T. P.; SANTOS L. J. *Feira Livre: Dinâmica Espaciais e Relações Identitárias*. Anais do VIII Encontro Baiano de Geografia e X Semana de Geografia da UESB. Vitória da Conquista, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>> Acesso em: 1 de mar. 2018.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOHNENBERGER, E. J. Territorialidades em tensão no Vale do Jequitinhonha: Territórios de vida e territórios como recurso do capital. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Presidente Prudente, 2011. 73 p.

BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

BOXER. *A idade de ouro do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 06/03/2017.

BRASIL, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 06/06/2018.

BRASIL, Lei nº 11.346/2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 10/07/18.

BRASIL, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<file:///C:/Users/Mariane/Downloads/180613114955.pdf>>. Acesso em: 10/09/2018.

BRASIL, Resolução nº 4, de 02 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_383/https\\_\\_\\_mail.mda\\_.gov\\_.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/https___mail.mda_.gov_.pdf). Acesso em: 10/09/2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <[https://rebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Caderno deLegisla%C3%A7%C3%A3o\\_-FNDE\\_CECANE-UFRGS--2017.pdf](https://rebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Caderno_deLegisla%C3%A7%C3%A3o_-FNDE_CECANE-UFRGS--2017.pdf)>. Acesso em: 19/09/18.

BRASIL. Resolução-RDC nº 49, de 31 de Outubro de 2013 que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049\\_31\\_10\\_2013.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html)> Acesso em: 16 de Outubro de 2018.

BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRUMER, A.; PAULILO, M. I. As agriculturas do sul do Brasil. *Revista Estudos Feministas*. vol. 12. n. 01. Florianópolis. Jan./Abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21697.pdf>>. Acesso em 12 de nov. 2018.

BRUNA BENEVIDES: A Sargento Trans da Marinha luta para voltar a trabalhar. UOL. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/30/bruna-benevides-luta-para-que-as-pessoas-trans-sejam-consideradas-pessoas.htm>>. Acesso em: 06/11/2018.

BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In. Miranda, C., Costa, C.(Orgs.). *Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero*. Brasília: IICA, 2005.

BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BUTLER, Judith. Diagnosticando o gênero. Tradução: André Rios. Revisão Técnica: Márcia Arán. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, p. 95. 2009.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cad.Pagu* [online]. n. 21, 219-260pp. 2003.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. *Civilização Brasileira*. 2010.

CALIXTO, Juliana Sena; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo BARBOSA. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. *Revista RER*, Rio de Janeiro, v. 45, n.4, p. 1075-1102, 2007.

CANAVESI, Flaviane de Carvalho, MOURA, Iracema Ferreira de, SOUZA Cláudia de. *Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional*. *Segur. Aliment. e Nutr.*, Campinas, v.23, n.esp., p.1019-1030, dez. 2016.

CANAVESI, Flaviane de Carvalho, MOURA, Iracema Ferreira de, SOUZA Cláudia de. *Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional*. *Segur. Aliment. e Nutr.*, Campinas, v.23, n.esp., p.1019-1030, dez. 2016.

CARDOSO & VAINFAS (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.  
Carta Capital. A vida dos LGBTs na zona rural. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/a-vida-dos-lgbts-na-zona-rural>. Acesso em: 06/08/2018.

Carta Capital. O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acesso em: 07/08/2018.

CARVALHO, Pe. Celso de. *Biografia de Dom Joaquim Silvério de Souza e trovas*. Diamantina: Arquidiocese de Diamantian/Gráfica Urgente, 2007.

CASTRO, Hebe M. *Ao Sul da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, FAPERJ, 2009.

CAVALCANTE, Ludmila. *Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 549-564, jul./set. 2010.

CHAVES, C. M. *Perfeitos negociantes*. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, E. *Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (1833-1872)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012).

CONTI, Irio Luiz. *Segurança alimentar e nutricional: noções básicas*. - Passo Fundo: IFIBE, 2009.

COSTA, Dom José edro. *anguardeiros homenagem a Dom Joaquim Silvério de Souza no 600 aniversário de sua morte a 30 de agosto de 1933*. Diamantina: s. ed., 1993.

COSTA\_FILHO\_Aderval\_Quilombos\_e\_Povos\_Tradicionais.pdf>. Acesso em: 19/09. 2018.  
Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:  
<<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 06/06/2018.

DELGADO, G.C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.).

DOULA, Sheila Maria; DUTRA, Carina; LASCHEFSHI, Klemens Augustinus: A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil- Soc. nat. vol.24 n. 3, Uberlândia set./dez. 2012.

DUVEEN, Gerard. Introdução: O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2010.

FÁVERO, Claudenir e MONTEIRO, Fernanda Testa. *Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens*.Agriculturas, v. 11 - n. 3 outubro de 2014.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FERNANDES, A. C. *O turbulo e a chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917)*. Dissertação (mestrado) – UFMG, FAFICH, 2005.

FERNANDES, N. *A inquisição em Minas no século XVIII*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

FERREIRA, Paulo Rogers. Os Afectos Mal-Ditos: o indizível das sociedades camponesas. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

FIGUEIREDO, A (org); Fernandes, A. Conceição, W.A *terra, o pão, a justiça social: a importante participação das igrejas nas políticas públicas do Brasil*. Belo Horizonte: Fumarc, 2010.184p.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo; FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander José da (orgs.). *A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da Igreja nas políticas públicas no Brasil*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

FILHO, Aderval Costa. *Quilombos e Povos Tradicionais*. Disponível em:  
<<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC>>

FINAL, Declaração. SOMOS, QUEM. *II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo*. Goiania, 2004.

FLORENTINO, M. *Em costas negras*. São Paulo: São Paulo Cia. das Letras, 1997.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Agricultura familiar: Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>> Acesso em: 10 de Julho de 2018.

FONSECA, T.N. de L. (Org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 234-239pp. 2012.

FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, J. *Sistema agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

FURTADO, J. F. *Homens de negócios*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GALLINA, Luciara Souza; TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MUNARO, Patrícia Stubinski; OLIVEIRA, Viviane Santolin Henrique de. *Representações sobre segurança alimentar e nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar*. Saude soc. vol.21 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2012.

GEBARA, A. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Romeu *et al.* *Organização, processamento, análise e interpretação de dados*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Mesorregiões e microrregiões (IBGE). Localização Geográfica, 2019. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>> Acesso em: 26 de maio de 2020.

GRAÇA FILHO, A. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRINBERG, K.; SALLES, R. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1, cap. 6, p. 207-233.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do Outro*. Ed. Loyola. 1997.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do Outro*. Editora Loyola, São Paulo, 231- 235pp. 1997.

HEREDITA. Beatriz Maria Alásia. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*. 2019, nº. 8. jan/jun de 2006. São Paulo.

HONNETH, Axel. *Luta pelo Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, p. 296. 2003.

HONNETH, Axel. Luta pelo Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Reppa. São Paulo: Ed. 34. 2003.

IBGE. *Resultados do Censo 2010*. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=31](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=31)>. Acessado em: 19/09. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jequitinhonha: Diretrizes e bases para a ordenação territorial. Salvador, 1997. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95902.pdf>> Acesso em: 8 de fev. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Banco de dados agregados. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>> Acesso em: 02 de fev. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Brasil em Síntese. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/almenara/>> Acesso em: 01 de mar. 2018

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG. Relatório de pesquisa: Feira livre de Almenara – MG. Almenara, nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro 2006. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/)>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ladainha/panorama>>. Acesso em: 18 de junho de 2016..

JESUS, Eli Lino de. *Diferentes Abordagens de Agricultura não convencional: História e Filosofia*. In: Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável, 2005. Embrapa.

JINZENJI, Mônica Y.; Iza R. da LUZ; Regina H. de Freitas CAMPOS. Escrita e leitura de diários na formação de professoras para escolas rurais em Minas Gerais (1948-1974), Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 3, p. 863-878, 2017.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOSSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC Rio, 2006.

LE GOFF, J. *História e memória*. – 5º ed. – Campinas SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

LIBBY, D. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, D; PAIVA, E. F. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2000.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. *Segurança alimentar nutricional: uma perspectiva interdisciplinar e sua contribuição para as ciências humanas e ambientais*.

REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA Fortaleza, Brasil, v. 9, n. 2, p. 93-110, jul./dez. 2015.

LIMA, G. D. Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha- Minas Novas/MG. Instituto de Geociências (UFMG). Belo Horizonte, 2010.



- LIMA, Josélia Barroso Queiroz. *Sons do Silêncio: a relação entre Religião Católica e Educação Escolar - um estudo de caso*. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda. 179p. 1997.
- LUHMANN, Niklas. *O direito da Sociedade*. Tradução Saulo Krieger; Tradução das citações em latim: Alexandre Agnolon. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins. 2016.
- LUNA, Francisco. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco; COSTA, Iraci. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-56.
- LUNA, Francisco; CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH*, Campinas, n. 10, 1983.
- LUNA, Francisco; COSTA, Iraci. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983.
- MAGALHÃES, J. R. *O Algarve econômico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1993.
- MALUF, Renato Sérgio Jamil. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MAMIGONIAN, B. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In:
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas, 2010.
- MARTINS, B; LOPES, C. Conhecendo o Vale: Mercado Municipal de Almenara. Cronistas do IF Almenara, 2015. Disponível em: <<https://cronistasdoifalmenara.wordpress.com/2015/11/17/conhecendo-o-vale-mercado-municipal-de-almenara/>> Acesso em: 26 de maio de 2020
- MARTINS, R. B. *Minas e o tráfico de escravos o século XIX, outra vez*. Texto para discussão n. 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1994.
- MARTINS, M. L. Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX. *História (São Paulo)* v.30, n.1, p. 332-348, jan/jun 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a16>> Acesso em: 25 de mai. de 2020.
- MATOS R. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 1.
- MATTOSO, K. *Bahia, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise contemporânea*. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010.
- MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação: *Resolução SEE Nº 2820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015. Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais*.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2012.

MÍRIAN, Jacqueline; JUNQUEIRA, Maciel. In: *Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Orientações para implementação de políticas públicas de educação alimentar e nutricional no município*. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2010.

MOTT, Luís Roberto de Barros. *A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco*. 348f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas. 1975.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Capítulo 1 e 2.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS SEM TERRA (MST). Atenção Minas Gerais: já começou o Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/09/06/atencao-minas-gerais-ja-comecou-o-circuito-mineiro-de-arte-e-cultura-da-reforma-agraria/>> Acesso em: 25 de maio de 2020

NETO, Luiz Bezerra. *Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016, 192 p.

OLIVEIRA, R.B. *O conservadorismo católico na imprensa de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930: os jornais O Horizonte e Diário (1923-1937)*. Dissertação (Dissertação em História) – UFSJ. São João del-Rei, 2010.

Organização Pan-Americana da Saúde. OMS divulga nova Classificação Internacional de Doenças (CID 11). Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencascid11&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencascid11&Itemid=875)> Acesso em: 03/08/2018.

PAIVA, C. A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, C.; GODOY, M. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

PAIVA, C.; LIBBY, D. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, 1995, p. 203-233.

PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1995.

PEREIRA, M. V. P. *Agricultura Familiar no Vale do Jequitinhonha: produção agropecuária e o acesso às políticas públicas em Almenara/MG, 2006-2018*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais. UFVJM, Diamantina, 2018. 128 p.

PEREIRA, R. C., PUREZA, A. M. S., & HAGE, S. A. M. *Educação do Campo e políticas públicas no município de Abaetetuba-Pará*, Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis, v. 2 n. 1 p. 364-388, 2017.

Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>. Acesso em 04/12/2017.

Portal do Jequitinhonha. Disponível em <<https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>>. Acesso em 25/05/2018.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto Contrassexual-Práticas Subversivas de Identidade Sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 21p. 2014.

PREFEITURA DE ALMENARA. Almenara realiza a 16ª edição da festa da mandioca. Disponível em: <<https://www.almenara.mg.gov.br/noticia/detalhe/245/2017/06/almenara-realiza-a-16-edicao-da-festa-da-mandioca>> Acesso em: 25 de maio de 2020

PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS): Documento de qualificação: Território da cidadania Médio Jequitinhonha. 2010. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio057.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio057.pdf)>. Acesso em: 10/05/2013.

PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Vale do Mucuri. 2010.

RESTITUTTI, C. C. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2006.

RIBEIRO, B. SILVA, L., & NETO, A. *Educação Rural em Minas Gerais: Gênese das Escolas Municipais Ituiutaba (anos 1940)*, Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.46, p. 74-93, 2012.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). *Feiras do Jequitinhonha: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Universidade Federal de Lavras, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). *Sete Estudos sobre a Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. *Agriculturas* - v. 2 – n. 2. Jun. 2005.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. *História econômica & História de Empresas*, São Paulo, v.7, n. 1, p. 7-45, 2004.

RODRIGUES, Rafael; SIQUEIRA, Haloycio Mechelli de; BIANCARDI, Caio César Soares ANDRADE, Magda Aparecida Nogueira; VALENTE, Lucas Motte; PAULA, Lorenza Bandeira de. *A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES*. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/26701/20066>>. Acesso em: 10/10/2018.

RONCATO, Patrícia Eveline dos Santos. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. *Revista Alamedas*. Vol. 4, n. 1, 2016. Unioeste campus Toledo-Paraná.

RUSSELL-WOOD. *Fidalgos e filantropos*. Brasília: UNB, 1981.

SÁ MOTTA, R. P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2002. Perspectiva.

SAMPAIO, A. Crédito e circulação monetária na colônia. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, Caxambu, 2003.

SANTILLI, Juliana. *Um pouco da História das Agriculturas*. In: *Agrobiodiversidade e direitos dos Agricultores*. (2009). Ed. Petrópolis.

SANTOS, Ana Jacqueline Sales. *Um programa, contextos distintos: um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha*. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território), Montes Claros, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Instituto de Ciências Agrárias/UFMG, 2017, p 139.

SANTOS, C. Escolas municipais rurais de Pato de Minas – MG (1941-1998): Da expansão à nucleação. Dissertação (Dissertação em Educação). Uniube. 2012.

SANTOS, R. F. “*Devo que pagarei*”. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SANTOS, R. F. Dívida e endividamento. In: ROMEIRO; BOTELHO. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

SANTOS, R. F. O ouro e a palavra. In: CARRARA, A. A. *À vista ou a prazo*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira da; SOUSA, Anete Araújo de; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; Toral, Natacha. *Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Ciênc. saúde coletiva vol.18 no.4 Rio de Janeiro Apr. 2013.

SARAIVA, L. F. *O Império nas Minas Gerais*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SEABRA, M. C. T. C. Toponímia do Vale: Passado e Presente. In: João Valdir A. de Souza; Márcio S. Henriques. (Org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: PROEx/UFMG, 2010, v.1, p. 83-96.

SCHWARTZ, S. *Segredos internos*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-287, 1983.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e desenvolvimento Agrário. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 06/06/2018.

SERVILHA, Mateus de Moraes. *As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado de Araçuaí-MG*. 166f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2008.

SERVILHA, Mateus de Moraes. *Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Daniel Ferreira da. *Sistemas Agrários e Agricultura no Alto Jequitinhonha – MG*. Tese de Doutorado em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2014, 241 p.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Marcelo Cândido da. Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”. *Diálogos*. v.12, n.2-3, 2008, Maringá, p. 53-64.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo– 39. ed., ver. e atual. São Paulo: Malheiros. Ano 2016.

SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Rosa. A “Educação Rural no México” como referência para o Brasil, *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 45, n. 31, p. 61-81, 2013.

SPECHT, Analine: *Alimentação Escolar e a autonomia econômica das mulheres rurais*. 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=www.mda.br.gov.portal&oq=www.mda.br.gov.portal&aqs=chrome..69i57j69i59.14319j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 24/04/2017.

SPERBER, Dan. O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas. In: JODELET, Denise. (org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

STOLLER R. Sex and gender: the development of masculinity and femininity. New York: Science House; 1968.

Stop Trans Pathologization. Manifesto. Disponível em: <<https://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>>. 2012. Acesso em: 05/11/2018.

TAYLOR, Charles. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais – pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; GERMANI, Alessandra Regina Muller;

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. *Monthly Review*, v. 50, n. 3, jul./ago. 1998, p. 13-29.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. CID-11: Classificando doenças para mapear a maneira como vivemos e morremos. Disponível em: <<http://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases>>. Acesso no dia 20 de novembro de 2018.

ZHOURI, Andréa & ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais*: notas preliminares de uma pesquisa em andamento. In: Anais... IV Encontro Nacional da ANPPAS, jun. 2008.

## **Sobre os autores**

### **Claudiene dos Santos Oliveira Pereira**

Discente do curso de Bacharelado em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

E.mail: claudieneoliveira97@gmail.com

### **Edneila Rodrigues Chaves**

Doutora em História, professora do curso de História, professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

E.mail: edneila.chaves@ufvjm.edu.br

### **Gabriel Lohan de Paula e Silva**

Discente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); participante PIBIC/FAPEMIG, Grupo de Pesquisa “Gênero e Efetivação dos Direitos da Pessoa”(CNPq) - linha de pesquisa em Os Efeitos da Despatologização da Transexualidade: entre Reconhecimento e Tolerância dos Direitos da Pessoa.

E-mail: biellohan@hotmail.com

### **Geraldo Lucas Lopes Ferreira**

Discente do curso de Direito, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), bolsista PIBIC/FAPEMIG, Grupo de Pesquisa Gênero e Efetivação dos Direitos da Pessoa”(CNPq) - linha de pesquisa em Os Efeitos da Despatologização da Transexualidade: entre Reconhecimento e Tolerância dos Direitos da Pessoa.

E-mail: glucaslopes@icloud.com

### **Helder de Moraes Pinto**

Doutor em Educação, professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo, professor do Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri(UFVJM)

E-mail: pintojmp@yahoo.com.br

### **Josélia Barroso Queiroz Lima**

Doutora em Educação, professora do curso de Bacharelado em Políticas Públicas, professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

E.mail: joselia.barroso@ufvjm.edu.br

**Keyla Karla Fernandes Ferreira**

Mestranda em Estudos Rurais, do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER-UFVJM)

E-mail: keylaferf@gmail.com

**Maria Claudia Almeida Orlando Magnani**

Doutora em História, professora do curso de Turismo, professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (UFVJM)

E.mail: mclaudia.magnani@ufvjm.edu.br

**Mariane Rodrigues Silva**

Mestranda em Estudos Rurais, do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

E-mail: marimariane98@hotmail.com

**Marcos Vinícius Pacheco Pereira**

Mestre em Estudos Rurais, pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

E-mail: pachecomarcosv@gmail.com

**Nadja Maria Gomes Murta**

Doutora em Ciências Sociais (Antropologia), professora do Departamento de Nutrição, professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Saúde, Sociedade e Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

E.mail: nadja.murta@ufvjm.edu.br

